



Caderno de TCC 1
Graduando: **Leonardo Pauli**
Orientador: **Samuel Steiner dos Santos**

Antônio Carlos: do rural ao urbano

Sumário

1 Apresentação.....	5
 Parte 01: Introdução ao rural	9
2 Um panorama do rural no Brasil.....	11
3 Uma aproximação com o território rural	14
 Parte 02: A escalaridade na leitura da construção do território	19
4.1 Antônio Carlos no contexto metropolitano	21
4.2 Uma aproximação com o lugar.....	27
 Parte 03: Cidades no rural.....	35
6 Uma análise das dinâmicas no território	38
6.1 Circuitos de produção e consumo.....	39
6.2 Os atores	40
6.3 As instituições	44
 Parte 04: Urbanidades e especificidades do rural.....	51
8 As ruralidades do território.....	54
9 Diretrizes gerais.....	68
 Parte 05: Proposições conceituais.....	69
10 Temática recorte e recorte do território	71
11 Estudo das redes.....	72
12 A Cooperativa	87
 Parte 06: Unidade 02 e a cidade no rural	95
13 Unidade 02: a cidade no rural.....	97
13.1 O terreno	97
13.2 Sistema viário: a proposição de um binário na parcela urbana	101
13.3 O Partido Geral	105
13.4 As praças.....	119
13.5 Unidade 02: a Inserção da Cooperativa no conjunto especializado	131
13.6 Sistema construtivo.....	133
 Referências Bibliográficas.....	135
Outras Referências	136

1 | Apresentação

Este Trabalho é uma compilação de leituras e um estudo analítico do território rural no município de Antônio Carlos, localizado na Grande Florianópolis. Este mesmo é produto da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob orientação do professor Samuel Steiner dos Santos. Ademais de ser um texto analítico e descritivo daquele lugar, e da temática rural na qual aquele território está inserido, busca-se um direcionamento propositivo como sequencia deste trabalho, de forma que sejam combatidas as problemáticas levantadas no estudo das relações dos agricultores com os circuitos de produção e venda.

1.1 | Inquietações

Este TCC surge de uma inquietação, vinda da minha parte, sobre a relação do campo com a cidade no mundo atual: a formação das grandes periferias, o processo migratório, a falta de perspectivas no meio rural e suas desigualdades, dentre outros temas. Também me chama a atenção o estudo das dinâmicas dentro do rural e o que determina tal território ser assim chamado; assim como a relação campo-cidade e as diferentes escalas desta dinâmica (local, metropolitana e global).

1.2 | Motivações

Desde o final do intercâmbio, com o início de algumas leituras sobre a temática, comecei a voltar meu interesse de estudo por temas voltados à relação do urbano com o rural. Muita dessa vontade surgiu pela lacuna que a graduação deixou na minha formação no que diz respeito ao estudo deste território, onde cresci e vivi até ingressar na faculdade. Entender o contexto que cresci e a dinâmica que acontece naquele lugar, entre o urbano e o rural para mim hoje é parte fundamental da minha formação.

Ter realizado a pesquisa durante o semestre 2017.1, sob orientação da professora Maria Inês Sugai, me ajudou a entender o que é parte do rural hoje no Brasil, foi o primeiro passo para os questionamentos que, hoje, para mim vêm à tona. Por mais que tenha sido um tema pouco aprofundado durante a minha formação universitária, ao mesmo tempo esse território fez e faz parte da minha vida, por eu ter vindo de uma realidade rural e grande parte da minha família ter ali permanecido. Ao terminar o semestre de pesquisa vi que o rural que vivenciei por toda a minha vida é quase que uma exceção da realidade de grande parte do território agrário no Brasil; mas mesmo assim, sinto que existem problemáticas que poderiam ser melhor estudadas na relação entre o rural e o urbano em Antônio Carlos. Escolho também este lugar por ter ali crescido, minha aproximação com ele pode dar-se de uma forma mais rica que com a de outro território, pouco vivenciado por mim. Por mais que eu não ache Antônio Carlos o melhor exemplo da questão agrária vivida hoje no Brasil, por não apresentar bolsões de pobreza no campo e nem latifúndios, algumas problemáticas que se repetem em outros lugares também se mostram lá, como: a falta de uma educação voltada ao campo, uso de técnicas com baixo nível tecnológico e que privilegiam grandes corporações na produção de sementes e agrotóxicos; expansão do território urbano sobre o território rural, com a construção de novos loteamentos; e a presença dos intermediários entre a produção agrícola e a venda final desta mesma.

Estas são algumas das questões que me vêm instigando há um tempo e vejo este TCC como uma oportunidade de estudo do meu território, das problemáticas daquele lugar e uma busca por possíveis alternativas às necessidades, tanto do espaço construído como das pessoas que ali vive, em especial os agricultores.

1.3 | Objetivos

Um dos principais objetivos é entender a dinâmica existente no município de Antônio Carlos, levantando questionamentos sobre como aquele espaço foi construído e como as dinâmicas sociais e econômicas se especializam naquele território. Além de ser um estudo de território – ruralismo e ruralidades – precisa ser levantada a questão de como a arquitetura pode auxiliar neste estudo. Este estudo também se faz necessário para entender como aquele espaço foi construído ou como aquele território é usado e supre as necessidades daquelas pessoas, provocando desigualdades e carências.

Com isso, duas questões se mostram importantes e me causam certa inquietação: o fortalecimento da luta política dos interesses e necessidades dos agricultores; e também a independência econômica dos agricultores, no que diz respeito a liberdade de venda da sua produção.

A venda da produção agrícola pelos pequenos produtores rurais do município de Antônio Carlos é o objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso, assim como a territorialização dos distintos tipos de produção, as especificidades de cada microbacia e as urbanidades no rural, tomando o rural como um território heterogêneo. As relações de verticalidades e horizontalidades existentes na relação de Antônio Carlos com a região metropolitana e também entre os diferentes atores e instituições que se relacionam com a parcela rural do município são as diferentes escalas a serem compreendidas neste presente trabalho. Como objetivo final, propõe-se algum equipamento que acima de tudo seja um instrumento político de empoderamento destes agricultores no controle da produção agrícola e sua posterior venda para o mercado consumidor final.

1.4 | Resumo

Este é um trabalho experimental que apresenta uma possibilidade de estratégia política de emancipação dos agricultores das dinâmicas às quais eles se inserem atualmente, aproximando-os do mercado consumidor e colocando-os como agentes que controlam a sua produção e a sua venda. Esta emancipação política dos agricultores só é atingida a partir de uma política pública de valorização destas pessoas como classe e como grupo social. Por isso se busca expandir a dinâmica que hoje se restringe ao rural também para a parcela urbana de Antônio Carlos; para que este também seja um lugar de valorização dos agricultores.

Baseado nesta realidade, se propõe a criação de uma Cooperativa agrícola em Antônio Carlos, não como objeto isolado e descolado da dinâmica do município - que se fundamenta na relação do núcleo urbano com a parcela rural. A Cooperativa Agroecológica proposta se especializa sobre o território em dois equipamentos principais, um na parcela rural do município e outro na parcela urbana, sendo este último o objeto de aproximação e de desenvolvimento projetual deste Trabalho. Este equipamento, portanto, surge como possibilidade de uma estratégia política de organização dos agricultores sobre o território, a fim de que estes tenham domínio sobre as diversas escalaridades da relação produção-venda do que eles cultivam.

Antônio Carlos é um município agrícola, com uma dinâmica rural predominante, onde o núcleo urbano do município tem como função a de suporte e de apoio à parcela rural – é uma cidade no rural (SANTOS, 1993). Desta maneira, se propõe que a Cooperativa se territorialize também naquele espaço, aproximando o agricultor - como grupo social - da dinâmica urbana. Esta é a dimensão política deste trabalho, ao buscar a valorização do agricultor dentro da dinâmica do município como um todo. Porém esta valorização só será atingida ao se fortalecer Instituições já existentes, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos: é nesta instituição que o agricultor pode se ver representado politicamente

como classe social.

A venda da produção agrícola pelos pequenos produtores rurais do município de Antônio Carlos é a principal temática de estudo deste Trabalho, assim como a territorialização dos distintos tipos de produção agrícola, as especificidades de cada microbacia e as urbanidades no rural, tomando o rural como um território heterogêneo. Este trabalho também busca uma alternativa às relações de produção e venda existentes, que atualmente se centralizam na Ceasa - Central de Abastecimento de Santa Catarina - e são totalmente dependentes da sua dinâmica.

|Parte 01: Introdução ao rural

2 | Um panorama do rural no Brasil

Os dados atuais da urbanização no Brasil são reflexo da rápida transformação econômica e social que o país atravessou durante o século passado. Segundo o IBGE, em 1940, a taxa de urbanização no Brasil era de 31,24%, já em 2010, essa taxa passou para 84,36%. Milton Santos (2009, p.36) nos mostra, através de dados, o processo de uma maneira inversa: a saída dessas pessoas do campo em direção às cidades. Em 1960 a população rural no país era de 55,33%, já em 1980 esse percentual passou para 32,41%. No caso específico da região Sul aconteceu o mesmo decréscimo, passando de 62,90% em 1960 para 37,59% em 1980. Desta maneira, é fundamental entender o papel que o campo teve, e continua tendo, na produção do espaço social brasileiro, buscando entender suas transformações e seus impactos no território urbano.

O processo de desenvolvimento econômico no Brasil durante o século XX é reflexo da relação de dominação da lógica urbano-industrial sobre o campo (OLIVEIRA, 1985). A industrialização e o desenvolvimento econômico agravaram as desigualdades entre as distintas regiões do país. “A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas” (SINGER, 1998, p. 36). Por outro lado, também acontece um movimento de expulsão destas pessoas do território rural através da expansão das fronteiras agrícolas, dado pela manutenção do modelo histórico de ocupação agrícola, o latifúndio, a não realização de uma política de Reforma Agrária e a falta de subsídio do Estado ao pequeno produtor rural, são problemáticas que provocam a saída destas pessoas do campo.

“A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo” (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Segundo Francisco de Oliveira “não há praticamente qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano ou num problema que explode como urbano.” (1985, p.68) nesta relação campo-cidade, o primeiro “reduz constantemente o custo de reprodução da força de trabalho urbana de duas maneiras: fornecendo estoques de força de trabalho (mão-de-obra de reserva) e mantendo a funcionalidade do mecanismo de expropriação vigente no campo” (1985, p. 71).

A migração, portanto, têm um caráter duplo e contraditório, é provocada numa relação de atração-expulsão do campo para a cidade.

Além da migração, outro ponto crucial para o entendimento da relação urbano-rural no Brasil, é a dominação econômico-ideológica da cidade sobre o campo. A cidade industrial, e também a contemporânea, mantém as hierarquias de dominação sobre o campo: a cidade além de dominar o campo politicamente, como já acontecia antes, ela ao tornar-se produtiva domina o campo produzindo laços de necessidades que anteriormente não existiam (SINGER, 1998).

“A cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo. É ele que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a afeiçoar-se às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez

mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência), tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e transforme-se na cidade do campo” (SANTOS, 2009, p. 56).

“Quando a agricultura se torna capitalista, ela expande fortemente sua demanda por mercadorias oriundas da economia urbana: instrumentos de trabalho, insumos industriais (energia elétrica, combustíveis, adubos químicos, inseticidas, rações, etc.), bens de consumo industrializado e serviços (de transporte, comerciais, financeiros etc.) produzidos a partir da cidade. Aprofunda-se a divisão de trabalho entre campo e cidade, o que tem por consequência um aumento da demanda pelo produto urbano por parte da agricultura, que não pode deixar de refletir num crescimento da procura por força de trabalho na classe” (SINGER, 1998, p. 43/44).

Ademais da relação de dependência econômica entre a cidade e o campo, também se aprofundaram as relações de dependência territoriais, muitas vezes de forma virtual e através da expansão do seu tecido urbano (MONTE-MÓR, 2006). As comunidades rurais, cada vez mais, necessitam da cidade e de produtos industrializados para a sua manutenção, deixando de lado a produção de artesanatos na própria comunidade e o controle dos meios de produção e de venda dos produtos camponeses. A agricultura passou a ser uma expansão da indústria ao deixar de ser controlada pelo produtor rural.

“O campo, espaço privilegiado da vida e da produção agrária, perdeu seu espaço potencialmente autossuficiente após sua subordinação total à cidade industrial. Esta subordinação do campo à cidade abrangeu não apenas o âmbito da produção e da realização do produto, mas também sua dependência face às crescentes demandas no campo por produtos, tecnologias e serviços ofertados pela cidade” (MONTE-MÓR, 2004, p.5).

2.1 | A ocupação do território

O latifúndio é uma presença histórica no modo de ocupação do território agrícola no Brasil: ele é produto de uma economia de exportação de matérias primas na qual o país sempre esteve atrelado. Porém, como já citado, por Francisco de Oliveira (1985), no pós-Segunda Guerra ocorre a entrada de capital estrangeiro no país e o incentivo, por parte do Estado, da expansão das fronteiras agrícolas. Desta união, entre o capital financeiro e a ocupação histórica do nosso território, surge o agronegócio. Portanto, “a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista” (OLIVEIRA, 2001, p. 187). O latifúndio está totalmente integrado ao capitalismo, servindo de modelo de exploração do capital sobre o modo de ocupação do território agrícola e ao mesmo tempo sendo renovado seu uso, agora ao capital financeiro internacional no que diz respeito ao agronegócio.

O campesinato é um movimento de produção e de ocupação do território contraditório ao agronegócio. A luta pela Reforma Agrária, pelo fim das injustiças estruturais do país e a conquista da cidadania destas pessoas são reivindicações históricas deste grupo social.

“A formação do campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo. A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. (...) A ocupação e

a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e/ou recriação da relação social familiar ou camponesa” (FERNANDES, 2004, p. 181).

A questão agrária no Brasil é uma relação de conflito e de produção de contradições entre diferentes atores, na qual se destacam o campesinato, o agronegócio e o Estado, este como agente ideológico e de controle social de uma classe dominante. Ela é produto da disputa entre estes dois modelos de produção agrícola que são contraditórios e que coexistem. Portanto, este é um conflito, histórico, de disputa pela terra inserido numa sociedade de classes que é fruto do capitalismo (OLIVEIRA, 2007).

“Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade. Porque é um movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital” (FERNANDES, 2004, p. 177).

Este grupo social chamado de campesinato é bastante heterogêneo – tanto na sua composição quanto na relação com a terra – mas todos eles, sem exceção, não têm direito aos privilégios concedidos ao agronegócio e às grandes corporações agrícolas. Fazem parte deste campesinato citado anteriormente os trabalhadores rurais sem-terra – tendo como principal representação política o MST – e os pequenos agricultores já territorializados e que se baseiam na agricultura familiar.

Este primeiro grupo de camponeses tem um embate social e político mais direto com o agronegócio. A luta pela terra no Brasil parte da Reforma Agrária e de uma mudança na lógica de ocupação do território e de desenvolvimento agrário. Por outro lado, o outro grupo de agricultores – já territorializados – são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos no país. O campesinato não deixa de estar em contato com as grandes corporações agrícolas, o que acontece é exatamente o contrário: eles são usados de meio para a produção-casada dos produtos destinados à esta indústria.

2.2 | O rural no contexto estadual

Em Santa Catarina persiste um modelo de ocupação do território que se distingue do restante do Brasil. Aqui, a grosso modo, a agricultura se baseia na pequena propriedade, na produção diversificada e de origem familiar. Não podemos negar que mesmo em um cenário diverso do restante do Brasil a problemática agrícola persiste: grandes empresas do ramo de alimentos dominam a produção dos pequenos produtores rurais, de forma a criarem uma relação de servidão com estes. A agroindústria, portanto, continua sendo uma forma de o capital econômico agir no controle da produção e do mercado agrícola - ainda que na pequena propriedade de origem familiar. Assim como a problemática na produção agroindustrial vem à tona em Santa Catarina também há de ser levantada a presença de diversos latifúndios em todas as regiões do estado.

Este capítulo foi, na sua maior parte, produzido sob a orientação da professora Maria Inês Sugai. Junto a ela realizei uma pesquisa de introdução ao tema, durante o semestre 2017.1. Agradeço imensamente a sua disposição em orientar-me neste trabalho e pelo incentivo na investigação desta temática, pouco estudado na nossa formação como arquitetos.

3 | Uma aproximação com o território rural

Nesta parte do texto levantarei alguns pré-conceitos que temos sobre o rural, dados na forma de estigmas e verdades absolutas. Por outro lado, tentarei mostrar uma outra realidade do rural, com uma revisão bibliográfica que desconstrói esta visão dicotômica e de atraso econômico-social sobre o rural.

3.1 | Os estigmas sociais

Somos, por criação social, levados a pensar o rural como um território atrasado, em comparação ao urbano, e a espera do desenvolvimento que se dará com a sua urbanização. Pierre Bourdieu, em seu artigo “O camponês e seu corpo” (2006), resalta os estigmas e preconceitos incorporados pelos camponeses no seu modo de ser, sendo, estas, impressões urbanas sobre aqueles corpos. O autor analisou a relação da grande quantidade de homens solteiros, nos anos 1960, na parte rural da vila de Béarn, na França, com o modo que são realizados os bailes de jovens naquele lugar.

Bourdieu, a partir da sua descrição e análise, nos mostra como os camponeses são levados a importar modos urbanos para conseguirem se extroverter nos bailes e chamarem a atenção das garotas, que, segundo ele, já estavam muito mais adaptadas aos modos citadinos.

“O camponês é levado a introjetar a imagem que os outros fazem dele, mesmo quando se trata de um mero estereótipo. Passa a perceber seu corpo como corpo cunhado pela impressão social, como corpo empaysanité, rude, carregando o traço das atitudes e atividades associadas à vida camponesa. Em consequência, fica embaraçado em relação a seu corpo e em seu corpo. É por apreender seu corpo como corpo de camponês que tem dele uma consciência infeliz. É por apreender seu corpo como corpo rude que toma consciência de ser camponês rústico. Não é exagero presumir que a tomada de consciência de seu corpo é, para o camponês, a ocasião privilegiada da tomada de consciência da condição camponesa. (...). De fato, embaraçado em relação a seu corpo, ele fica desconfortável e sem jeito em todas as situações que demandam extroversão e nas quais seu corpo é posto em cena. Pôr o corpo em cena, como na dança, supõe que se admita exteriorizar-se e que se tenha uma consciência satisfeita da imagem que se passa para os outros” (p. 87, 2006).

Raulino Reitz, em seu livro “Alto Biguaçu” relata certa semelhança com o caso exposto por Bourdieu, porém em Antônio Carlos, na Grande Florianópolis. Reitz colocou a missa de Domingo e os bailes dos jovens como o momento de exteriorizar o corpo, de ver e ser visto na sociedade da época – final do século XIX. O autor não faz uma análise antropológica desta relação, porém é perceptível a apropriação de novos modos de se conhecer e de se relacionar no campo, que antes eram exclusivos do urbano.

Ao mesmo tempo que estas percepções levantadas por Bourdieu nos fazem refletir sobre certos estereótipos, também somos levados a comparar com a nossa realidade esta dificuldade de inserção do homem do campo na sociedade. Embora as trocas – econômicas e culturais – sejam cada vez maiores entre os territórios urbanos e rurais, e os laços de dependência entre estes mesmos sendo fortalecido, ambos mantêm suas especificidades e características que os distinguem completamente. O rural importa elementos urbanos sem deixar de manter-se como tal. É bastante comum, atualmente, ir à casa de um agricultor e encontrar um carro na garagem, uma estrada pavimentada até o seu estabelecimento

rural, energia elétrica, internet, etc. Todos estes, são elementos urbanos que foram incorporados pelos camponeses na melhora da qualidade de vida e inserção dentro da sociedade contemporânea, cada vez mais globalizada.

3.2 | Um outro rural

A relação do rural-urbano pode ser melhor entendida no texto de João RUA chamado “A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica”. O autor cita dois tipos de abordagens sobre esta questão da relação campo-cidade, mostrando as divergências entre diversos autores e colocando como ponto chave a consideração das dinâmicas e especificidades existentes no território rural.

A primeira vertente, citada pelo autor, coloca a cidade como dominadora do campo e, a partir desta relação de dominação, a urbanização suprimiria a contradição cidade-campo. Uma das maiores críticas feita a estes autores é que “não contemplam as diferenças existentes no próprio processo de modernização deixando de perceber as especificidades e contradições nele contidas. Não enfatizam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade” (RUA, 2005, p.49). Este grupo de autores, aonde estão Henri Lefebvre e Milton Santos, por exemplo, têm suas ideias baseadas nas “urbanidades do rural”, onde o urbano ultrapassa a cidade e se espalha na escala do território. Milton Santos insere a ideia de diferentes escalaridades na construção-composição do território que “pode ser formado de lugares contíguos (horizontalidades) e de lugares em rede (verticalidades): são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas”. (SANTOS, 2005, p. 256). É, principalmente na relação de verticalidades e horizontalidades que o autor baseia a sua teoria sobre o território – desde a sua composição-formação até as dinâmicas existente naquele lugar e com os demais territórios.

O autor propõe que o “território usado seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. (...) O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. (...) O lugar é também, segundo inspiração sartreana, o espaço da existência e da coexistência. “Para ele o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica dos lugares; o lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário, que ele divide em três subcategorias na qual apresentam-se no território: o acontecer homólogo, o acontecer complementar e o acontecer hierárquico” (SANTOS, 2005, p. 297)

Estas são diferentes escalas existentes no território analisado: o primeiro, o acontecer homólogo, diz respeito à especialização de determinada área urbana ou agrícola em algum setor produtivo ou em algum produto específico. O segundo, o acontecer complementar, é a relação entre dois territórios distintos, entre o campo e a cidade, por exemplo. Já o terceiro, o acontecer hierárquico, trata da setorização e organização sob determinado comando alguma atividade produtiva que reflete na vida dos homens e na vida do espaço.

O primeiro e o segundo ‘acontecer’ são formulados e reformulados localmente, já o terceiro é imposto de fora e é sustentado basicamente pela imposição de verticalidades sobre outros territórios.

Ainda segundo o mesmo autor “os lugares também podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela

base de vida comum suscetível de criar normas locais, normas regionais (...). Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumentam a coesão horizontal isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo (...). As uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. (...) Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade”. (2005, p. 260)

Já a segunda vertente, se apoia na ideia de “novas ruralidades”; estes autores em geral “postulam a permanência do rural e de suas especificidades (...) Abramovay (2000 e 2001) combate a ideia de que o rural é residual em relação ao urbano e lembra que é preciso definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica, (isto é, sua relação com as cidades)”. (RUA, 2005, p. 52)

Segundo Moreira¹ (2002, p 54) “o território refere-se aos contextos sociais, culturais e espaciais em que acontece a interconexão entre o urbano e o rural, isto é, quando não é possível considerar o urbano sem o rural e vice-versa”. É indiscutível a relação de dependência existente entre estes dois territórios, porém certos pré-conceitos precisam ser quebrados ao analisar o território rural, evitando uma colocação simplista e de senso comum, que não considera as especificidades e as dinâmicas intrínsecas naquele território: “o rural tem de ser percebido como um espaço incorporado ao/do processo geral de urbanização; integrado ao urbano mas guardando algumas especificidades”. (RUA, 2005, p. 59)

A partir da interação rural-urbano, novas territorialidades são geradas e novas escalas de interação, entre elas, acabam por surgir. O autor também coloca que o trânsito e o contato entre estes diferentes territórios são explorados de forma desigual, alguns camponeses (ou pessoas fora do campo) têm mais contato entre estas diferentes espacialidades que muitos produtores. Ou seja, a posse da terra não garante o controle da produção-venda dos produtos agrícolas colhidos na propriedade e o domínio de distintos territórios por parte do agricultor, a vivência e o domínio sobre as diferentes escalas do território se dá de forma desigual.

“A ideia de hibridiz tentam ultrapassar a antinomia campo-cidade e reconhecer um papel para o rural em que a possibilidade da existência da multiplicidade abra caminho para novas interações que ainda estão por ser realizadas. A percepção de que no rural se vivenciam desigualmente (tal como no urbano) múltiplas territorialidades e trans-múltiplas escalaridades, ainda por realizar, auxilia na análise” (RUA, 2005, p. 57).

José Graziano em seu artigo “Velhos e novos mitos do rural brasileiro” cita novas espacialidades no rural colocando-as como consequência do aumento das ocupações rurais não-agrícolas, que ele denomina ORNAs. O autor coloca que hoje o campo tornou-se também território de moradia para trabalhadores urbanos e também é território de exploração de novas atividades, como: hotéis fazenda, condomínios fechados, trabalhadores de emprego domésticos, etc. Estas atividades Graziano chama de neorurais. Já Rosângela Hespanhol coloca esse desenvolvimento de atividades não rurais pela revalorização do território rural, dado pela “deterioração das condições de vida nas cidades”. (HESPANHOL, 2013, p. 104).

Ainda segundo a autora “ a perspectiva de entendimento do espaço rural apenas como o lugar de realização das atividades agropecuárias pode obstaculizar a compreensão de outras funções/atividades e agentes/sujeitos presentes no campo” (HESPANHOL, 2013, p. 106).

O que Rua pretendeu mostrar em seu artigo é que “há uma espacialidade integrada a um “urbano” difundido por todo o território; que há um rural, com leituras particulares (criações locais) desse movimento mais amplo, que interage com aquele “urbano”; que essas interações transformam os espaços rurais em territórios híbridos (resultado dessas interações) nos quais se dão variadas formas de apropriação e dominação; que as marcas dessa hibridez são as “urbanidades no rural”, integradoras de múltiplas escalas que a ação política exige. ” (2005, p. 61)

A compreensão do espaço rural hoje vai além da compreensão da atividade agrícola ali exercida, uma infinidade de outros fatores auxilia na construção daquele espaço, que já não é mais compreendido como território do atraso e da oposição ao urbano: há de ser colocada a relação dialética campo-cidade como relação de complementaridade. Também devem ser destacadas as especificidade e heterogeneidades no território rural e suas diferentes escalas para a sua análise mais aprofundada.

¹: MOREIRA, Roberto José e GAVÍRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro CPDA - UFRRJ, n. 18, abril, 2002, pp 47-72. O trecho citado foi extraído do artigo “**A resignificação do rural e as relações campo-cidade: uma contribuição geográfica**”, de João Rua, 2005

|Parte 02: A escalaridade na leitura da construção do território

A ideia de escalaridade teorizada por Milton Santos é usada neste capítulo como ferramenta para a leitura das múltiplas escalas que constroem o território rural do município de Antônio Carlos. Como nos afirma João Rua “território e escala serão ferramentas para re-apresentar a multiplicidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais. (RUA, 2005,p. 53)

Segundo Fábio Rodrigues da Costa, em seu texto que faz uma aproximação às leituras de Milton Santos, “não reconhecer a interação entre os diferentes quadros espaço-temporais é um erro analítico e muitas discussões sobre a relação local-global se tornaram uma desordem conceitual devido a não compreensão das diferentes espaço-temporalidades envolvidas. É importante atentar para a tensão dialética entre o material, o concebido e o vivido. ”

O território não é produzido somente pelos atores que ali vivem e que o usam diariamente. Ele também é moldado por forças exógenas a ele e por todo o contexto no qual se insere (SANTOS, 2006). O local (horizontalidades) e o global (verticalidades) são componentes desta escalaridade que têm reflexos nas interações espaciais, no modo de ocupação e nas relações sociais que se dão sobre o território. Portanto, torna-se fundamental o entendimento desta relação de escalaridade, que muito tem a ver com a relação dialética campo-cidade, no estudo da conformação do território e de suas especificidades espaço-temporais.

4.1 | Antônio Carlos no contexto metropolitano

Milton Santos coloca esta classificação de território vertical como o território das empresas, aonde este é usado como recurso, inserido a partir da perspectiva de valor de troca e não pelo seu valor de uso. O lugar, neste caso, é controlado remotamente, por forças exógenas ao território que engloba. Ou seja, não há como analisar isoladamente este território de forma a desconsiderar o contexto no qual está inserido (SANTOS, 2006).

“Mundo e lugar se constituem num par indissociável. (...) O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e afetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política” (SANTOS, 2006, p. 253).

A partir desta lógica econômica as relações de dominação da cidade sobre o campo são estabelecidas. Se constrói, assim, uma racionalidade e apropriação do território em razão de forças exógenas a ele, de maneira que constituam um sistema. É neste momento que a relação de dominação do capital industrial-financeiro (o urbano) sobre a produção agrícola (o rural) pode ser melhor entendida. Cria-se uma dependência tanto da venda do que se produz no campo, como também a dependência pelos produtos industriais (produtos químicos, maquinário agrícola, infraestrutura) para que o campo se sustente economicamente e de alguma forma se desenvolva. Portanto, o desenvolvimento econômico do território rural depende, sobretudo, de relações exógenas a ele.

“Para se compreender o rural e o urbano no contexto contemporâneo é necessário, antes de mais nada, vinculá-lo ao seu par dialético, ou seja, o campo e a cidade. (...) Historicamente, esses pares rural-urbano e campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, já que não existiriam isoladamente, pois embora “apresentem um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto uma to-

talidade concreta do modo de produção capitalista” (SOUZA, 2010, p. 195 apud LOPES; WENDEL, 2010). Campo e cidade, rural e urbano, expressam, numa perspectiva marxista, no modo de produção capitalista, a culminância do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho” (HESPANHOL, 2013, p. 104).

A primeira relação vertical que ocorre no território é uma relação econômica, que tem influências no espaço construído e nas relações sociais sobre este. Se faz, portanto, necessário destacar o caráter contraditório do capitalismo, como produtor de riquezas e de desigualdades; produtor do urbano e do rural. Como já citado anteriormente por Paul Singer, Francisco de Oliveira e Monte-Mór, e agora reafirmado por João Rua: os “produtores familiares camponeses estão integrados diretamente à produção capitalista (...). A integração desses produtores aos complexos agroindustriais e aos mercados tem sido viabilizada, pelos créditos bancários, difusão tecnológica e ampliação da circulação de bens de produção industriais para a agricultura” (RUA, 2006, p. 85).

Também, dentro desta relação econômica na qual este território rural está inserido, podemos destacar algumas políticas públicas de fomentação econômica dos agricultores, como é o caso do PRONAF, Grupo ‘B’, que é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural, onde a renda bruta anual não deve ultrapassar os R\$ 20 mil. Este programa federal também teve reflexos na modernização do maquinário agrícola e na logística da produção, possibilitando a compra de equipamentos usados na produção e também de caminhões. Outro programa, este já a nível estadual, que podemos citar é o SC Rural. Porém este não teve impactos muito significativos no município.

No contexto metropolitano, no qual o município de Antônio Carlos está inserido, não há uma atividade industrial predominante e que se destaque na setorização econômica estadual. O setor de tecnologia, os órgãos públicos, os equipamentos do Estado e o setor de comércio são os grandes destaques da economia regional. Nas bordas desta região, onde o capital imobiliário tem menores interesses e ganhos financeiros, formou-se um grande cinturão agrícola que não se especializou em um produto específico e também não se baseia na indústria agrária, como no Oeste de Santa Catarina. No caso da Grande Florianópolis, a sua porção agrícola tem, sobretudo, como função principal suprir as necessidades alimentares do urbano circundante a ela. A proximidade com o mercado consumidor acabou sendo um facilitador do desenvolvimento destas áreas rurais e ao mesmo tempo uma situação de conflito, aonde em diversos casos ocorreu a tomada de áreas rurais produtivas pela expansão e periferização das cidades. Fato este que ocorre principalmente no eixo sul desta região – onde estão sendo direcionados os investimentos públicos e que aparece como braço de expansão do capital imobiliário, atualmente na direção de Santo Amaro da Imperatriz. O principal equipamento responsável pela valorização da área é a BR 282, que desempenha o papel de direcionador do fluxo de crescimento regional, principalmente pela fácil comunicação logística com o interior do estado de Santa Catarina e também pela possibilidade de compra de terras mais baratas nas bordas da região metropolitana de Florianópolis.

Na escala metropolitana, o equipamento de maior impacto sobre o território rural de Antônio Carlos e de muitos municípios circundantes é a CEASA (ponto 4 no mapa), localizada em São José. Ela é o principal ponto de escoamento da produção agrícola da Grande Florianópolis. Muitos dos agricultores de Antônio Carlos criaram um vínculo de dependência da venda da sua produção junto ao CEASA: ao mesmo tempo que esta instituição promove um mercado final de venda desta produção ela cria uma relação de subordinação de grandes mercados, que controlam a CEASA, sobre os pequenos agricultores do

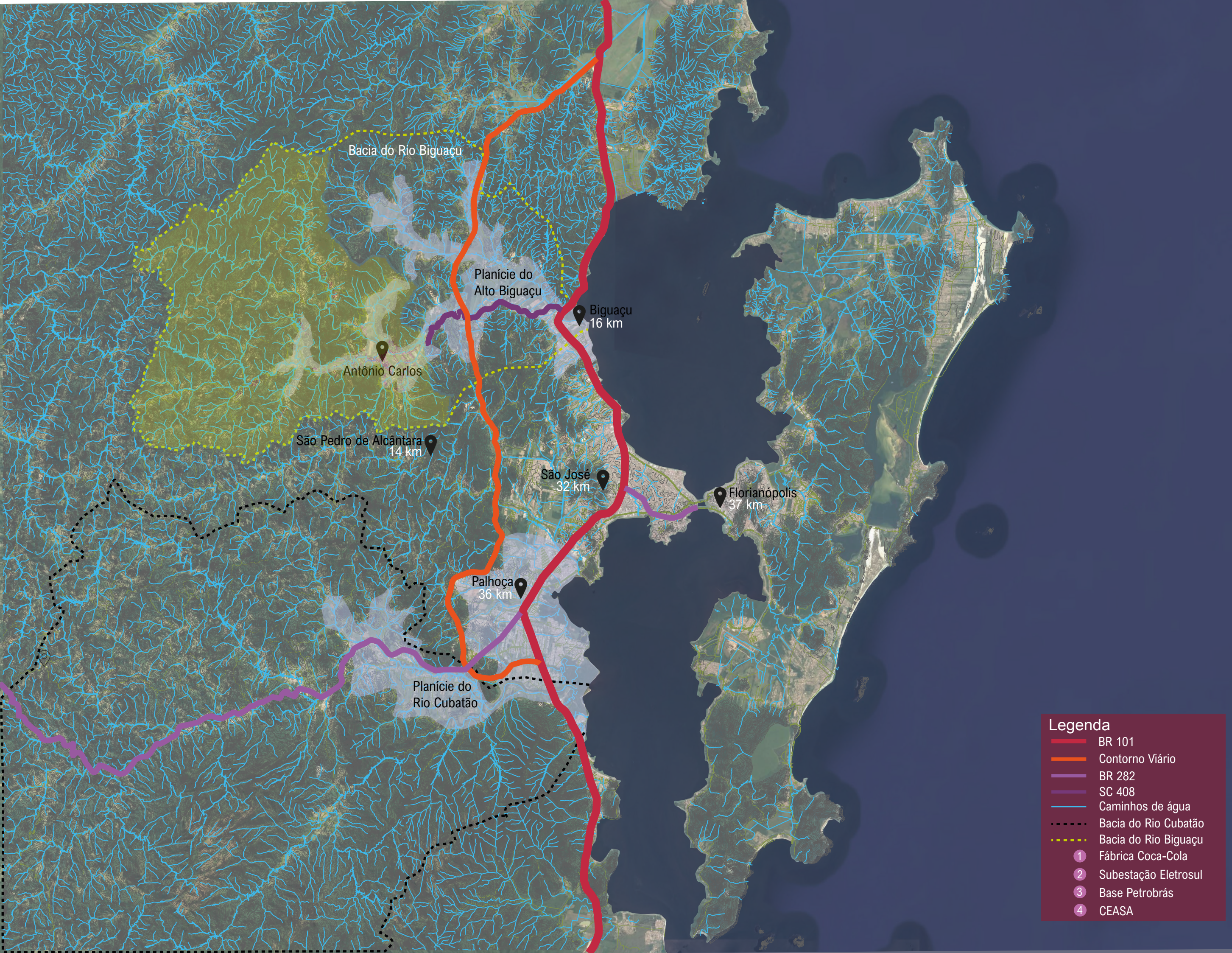
município.

Os eixos conformados pelas infraestruturas são também instrumentos de ação do vertical, do espaço global, sobre o território local. Como elemento desta escala no contexto metropolitano, e que influenciam diretamente o município de Antônio Carlos, podemos citar a BR 101, como elemento facilitador tanto para o acesso ao município como para o rápido escoamento da produção; também merece atenção a construção do contorno viário da Grande Florianópolis, que passará na região entre o município de Biguaçu e Antônio Carlos e que virá a aproximar ainda mais o município dos demais territórios. Dada esta proximidade com a BR 101 e com a construção do anel viário, esta região, atualmente rural, da cidade de Biguaçu passou a ser objeto de interesse do capital imobiliário, com a construção de loteamentos residenciais, como é o caso do Delta Ville, e também de loteamentos industriais.

Por conta deste eixo que aproxima o município de Antônio Carlos com os demais, Biguaçu acaba por desempenhar um papel fundamental sobre este território. Além de ser a cidade que dá acesso a ele, a partir de SC 408, foi deste município que Antônio Carlos se emancipou, em 1963. Portanto existe uma relação histórica de trocas entre ambos os municípios, condicionada tanto pelas redes de infraestrutura (viária, rede elétrica e de internet, etc) como pela conformação geográfica, onde os caminhos de água de Antônio Carlos são as principais vertentes da Bacia do Rio Biguaçu e também pela cadeia de montanhas, que se volta à planície do Alto Biguaçu, por onde passará o Contorno Viário e onde está localizado a parcela urbana do município de Antônio Carlos e de Biguaçu.

Na planície existente entre as centralidades de Biguaçu e Antônio Carlos, que aqui chamarei de Alto Biguaçu, alguns equipamentos de maior escala, que atendem a diferentes territórios e são dirigidos por meios externos ao território da Grande Florianópolis, podem ser citados: o primeiro é a fábrica da Coca-Cola (ponto 1 do mapa), que se instalou em 1986 em Antônio Carlos e é hoje um vetor de crescimento da malha urbana do município. Já os outros dois equipamentos, estão localizados em Biguaçu, na parte rural existente entre os dois municípios: um deles é a subestação da Eletrosul (ponto 2 no mapa), ali instalada em 2009, e a outra é a Base da Petrobrás (ponto 3 no mapa), por onde também passa o gasoduto Bolívia-Brasil, que começou suas operações no início dos anos 2000.

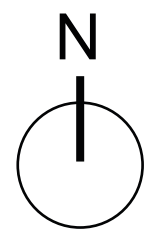
Esta relação de verticalidade que age sobre o território pode ser percebida também na paisagem: territórios rurais deixam de assim sê-lo, dando lugar à loteamentos urbanos e a equipamentos industriais. A porção do território localizada entre as partes urbanas do município de Antônio Carlos e Biguaçu é um exemplo disso. A lógica rural começou a ser transformada com a instalação de equipamentos urbanos de grande porte, como o Anel Viário e a zona industrial, colocando este território como estoque de terras da expansão imobiliária. Esta mudança na lógica espacial produz novas paisagens, nem rurais nem urbanas, são territórios híbridos ainda em construção.



VERTICALIDADES METROPOLITANAS
escala gráfica indicada

MAPA 01

- Legenda**
- BR 101
 - Contorno Viário
 - BR 282
 - SC 408
 - Caminhos de água
 - - - Bacia do Rio Cubatão
 - - - Bacia do Rio Biguaçu
 - ① Fábrica Coca-Cola
 - ② Subestação Eletrosul
 - ③ Base Petrobrás
 - ④ CEASA



4.2 | Uma aproximação com o lugar

Como caso de estudo para este TCC, decidi trabalhar com o município de Antônio Carlos, de modo a entender a problemática rural-urbana / rural-rural existente naquele território: as suas diferentes escalas de atuação e como é a sua dinâmica local e com o contexto metropolitano no qual está inserido.

Contextualizar historicamente o que é Antônio Carlos hoje, como resultado de um conjunto de ações ora verticais ora horizontais na sua construção, também se faz necessário. A historiografia antônio-carlense costuma ser construída baseada na imigração alemã ao que hoje é o município. Porém, anterior a isso, existiam grandes fazendas de açorianos que, segundo Raulino Reitz, mantinham uma base escravagista e de grandes propriedades, que ocupavam grande parte do que hoje é o município de Antônio Carlos. Aos poucos, os colonos alemães, ao se capitalizarem, compraram estes terrenos, que acabaram por tornarem-se pequenas propriedades agrícolas de base familiar. Essa pode ser mencionada como a primeira mudança significativa no padrão de ocupação existente no município, onde a grande propriedade de base escravagista e origem açoriana dá lugar à pequena propriedade familiar e de colonização alemã.

Situação fundiária em 1975		
Menos de 1 ha	33 prop.	6,11%
1 a menos de 2 ha	61 prop.	11,30%
2 a menos de 5 ha	220 prop.	40,74%
5 ha ou mais	226 prop.	41,85%
Total	540 prop.	100%

Tabela 01: estrutura fundiária. Fonte: REITZ, 1988, p.

O INCRA relaciona as maiores propriedades (1975)	
José Matusalém Comelli	999,2 ha
João Cardoso Rocha	1095 ha
Serraria Madereira Rachadel Ltda	1110,9 ha

Tabela 02: latifúndios no município. Fonte: REITZ, 1988, p.

Mesmo tendo um padrão de ocupação fundiária baseado na pequena propriedade familiar e policultora, em 1975 ainda existiam três grandes propriedades, que se aproximavam dos mil hectares. Estes exemplos podem ser tomados como exceção, levando em consideração o que se vê atualmente no município. Segundo o INCRA, atualmente existem 1338 imóveis rurais distribuídos em 19.919,7 ha em Antônio Carlos, o que nos leva a uma média de 14,9 ha por propriedade. Mesmo a média não podendo ser tomada como uma verdade a todas as propriedades ela pode nos levar a um indicador de parâmetro da ocupação fundiária no município.

Atualmente a estrutura fundiária existente no município se assemelha à tabela seguinte. Porém, esta mesma sistematiza as glebas existentes em somente dois grupos; desta forma, esta classificação não se aproxima de dados mais concretos e semelhantes à situação fundiária do município. Segundo o INCRA 74,30% das propriedades do município têm até 4 módulos fiscais, o que equivalem a 72 hectares. Este valor abre margem a uma variação bastante grande de tamanho das propriedades em uma mesma categoria: uma propriedade com 50 hectares está no mesmo grupo de uma propriedade de apenas 5 hectares.

Estrutura fundiária		
Até 4 módulos fiscais*	650 prop.	74,30%
Mais de 4 módulos fiscais*	26 prop.	25,70%
*segundo o INCRA, um módulo fiscal em A. Carlos corresponde a 18 ha		

Tabela 03: estrutura fundiária atual. Fonte: INCRA

Mesmo o módulo fiscal do município sendo de 18 ha, valor este estabelecido pelo INCRA, uma constante que pode ser observada naquele território é a presença da pequena propriedade policultora e de organização familiar, sendo poucas as propriedades onde existem trabalhadores assalariados que auxiliem na produção agrícola. Segundo a lei 11326/2006, as propriedades agrícolas com até 4 módulos fiscais – sendo estes estabelecidos pelo INCRA – são consideradas propriedades de agricultura. Isto é importante ser estabelecido para o planejamento de políticas públicas junto a estes agricultores e também o acesso destes a programas de crédito, como o PRONAF.

É notável que o município continua crescendo no total de habitantes, porém ele se dá quase que exclusivamente na parcela urbana do município (IBGE, 2010). A partir dos dados citados na tabela 04 é possível perceber que a parcela rural do município não apresentou esvaziamento nos últimos anos, indo contra a tendência nacional – já citada no início desta pesquisa. Ao mesmo tempo que o campo se mantém estável na sua população, o urbano no município apresenta o maior crescimento populacional – aumentando em mais de três vezes quando comparados os dados de 1980 com os atuais. Essa atração ao urbano ocorre a partir de três dinâmicas: a primeira se dá dentro do próprio município (como forma de êxodo rural); a segunda está inserida na escala regional, por apresentar o preço da terra e do aluguel mais barato quando comparado a outros municípios; e uma terceira, esta já na escala nacional, com a migração de uma grande quantidade de nordestinos ao município como reflexo da atração destas pessoas às melhores perspectivas de emprego e qualidade de vida existentes na região Sul do país.

Como atrativos a estas pessoas podemos citar o bom índice de IDH do município e uma maior concentração de oportunidades de emprego da área urbana, local este onde se concentram a maior parte do comércio e serviços do município, além de ser o lugar onde está instalada a fábrica da Vonpar (Coca-Cola) em Antônio Carlos. Este equipamento é atualmente o principal motivo da expansão urbana se dar na porção leste da parte urbana, tornando-se este o principal eixo de expansão do município. A empresa é a maior existente no município e também a que mais gera postos de trabalho.

Outro fato a ser destacado (ver tabela 04) é a diminuição do tamanho das famílias do município: em 1970 as famílias eram constituídas por uma média de 6,44 pessoas, enquanto na década de 80 este valor girava em torno de 5,13 pessoas. Segundo o censo de 2010, fornecido pelo IBGE, a população total no município era de 7458 pessoas, sendo que 5117 destas viviam na parcela rural. Segundo a Epagri, neste mesmo ano, 1190 famílias viviam na zona rural do município, o que nos leva a uma média de constituição familiar de 4,3 pessoas. Este dado nos mostra que a tendência nacional de diminuição de pessoas por família também é evidente na zona rural do município de Antônio Carlos.

Histórico populacional							
	1940	1950	1960	1970	1980	2010	2017 (estimativa)
URBANO							
Homens	-	141	432	-	364	1.144	-
Mulheres	-	127	367	-	354	1.197	-
Total	183	268	799	502	718	2.341	-
RURAL							
Homens	-	2.127	1.931	-	2.430	2.613	-
Mulheres	-	1.951	1.792	-	2.269	2.504	-
Total	3.772	4.078	3.723	5.122	4.699	5.117	-
POPULAÇÃO TOTAL							
Homens	-	2.268	2.363	-	2.794	3.757	-
Mulheres	-	2.079	2.159	-	2.623	3.701	-
Total	3.955	4.346	4.522	5.624	5.417	7.458	8.223

Tabela 04: histórico populacional. Fonte: REITZ, 1988, p. 65 / EPAGRI/Antônio Carlos / IBGE 2010

Por mais que a parte urbana do município de Antônio Carlos tenha certa independência econômica, principalmente pela localização da principal atividade industrial da cidade, que é a produção de bebidas não alcoólicas – Vonpar – a cidade acaba por ter uma relação muito próxima à dinâmica do campo, desempenhando o papel de suporte às atividades agrícolas no município. Milton Santos, 2009, nos esclarece melhor a função tomada por muitas áreas urbanas junto ao campo, denominando-as de cidades no rural.

“A região urbana tem na unidade devida sobretudo à interrelação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida à interrelação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. Isso, naturalmente, não exclui uma hierarquia de respostas no sistema urbano regional. Aliás, todas as cidades (e regiões urbanas) do sistema urbano nacional são, de uma forma ou de outra, interessadas pela atividade rural, às quais se ligam segundo diversos níveis de interrelação e de controle.

Mas, nas regiões agrícolas, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel.

Essa subdivisão do País em um Brasil urbano e um Brasil agrícola somente têm validade como generalização, não prescindindo, desse modo, de análise mais aprofundada, ainda por fazer, das especificidades dos diversos subespaços.” (SANTOS, 2009, p. 76)

A atividade industrial é responsável por uma grande parcela da movimentação financeira no município, respondendo por certa de 30% do PIB municipal. As pequenas indústrias também desempenham um papel significativo neste montante, tendo nestes circuitos algumas unidades de indústrias de beneficiamento de produção agrícola – agroindústrias – como é o caso da ‘Chácara Beija-flor’, ‘Sabor da Mesa’, a ‘DJ Pamonhas’, a ‘Aipim Chips’, etc.

Muitas destas empresas têm investido na produção de alimentos orgânicos, tendo em vista a possibili-

dade de maior lucro com a venda destes produtos; é perceptível o aumento do número de agroindústrias no município, que é parte representativa da economia do município.

PIB 2013	483.736.000,00	100%
Agropecuária	172.111.000,00	35,58%
Indústria	148.852.000,00	30,77%
Serviços (exclusive adm, saúde, educação pública e seguridade social)	103.178.000,00	21,33%
Administração Pública	33.170.000,00	6,86%
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	26.427.000,00	5,46%
PIB per capita	60.376,46	

Tabela 05: PIB do município. Fonte: IBGE 2013, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outra importante fonte de arrecadação municipal é a agricultura. Antônio Carlos destaca-se na produção de hortaliças na Grande Florianópolis, sendo um importante abastecedor de grandes redes de supermercados do litoral catarinense e da região metropolitana. Esta é a atividade econômica onde esta pesquisa se centra e onde as relações de verticalidades e horizontalidades serão analisadas de forma mais profunda. A maior parte da produção agrícola é a de hortaliças, onde se destacam culturas, como a alface, a rúcula, o agrião, o brócolis, o espinafre – em geral as folhagens de pequeno porte; do outro lado desta produção agrícola temos as caixarias e a plantações de culturas que levam mais tempo para serem produzidas, onde se destacam a cenoura, a berinjela, o pimentão, a batata-doce e o chuchu.

Conforme apresentado anteriormente, podem ser destacados dois grandes circuitos agrícolas no município de Antônio Carlos, que se distinguem na logística da sua produção e na renda obtida a partir do trabalho sobre a terra; ao mesmo tempo que convergem em interesses de classe como a garantia da venda da sua produção a um preço justo pelo trabalho realizado, evitando cenários aonde os intermediários controlam a venda e o preço da produção. Também são interesses comuns de classe uma legislação ambiental que privilegie o pequeno agricultor, o incentivo e o treinamento técnico para melhora da produtividade e da qualidade do alimento produzido pelos agricultores.

Com o objetivo de facilitar o entendimento e a localização de quem desconhece o território em estudo e como primeira aproximação o dividi em diferentes setores (ver mapa 02), tendo como principal fator de categorização a localização das diferentes microbacias dentro do município. Os setores e os bairros correspondentes são os seguintes:

Setor 01 - Microbacia do Rio Louro: Morro da Glória e Louro;

Setor 02 - Microbacia do Rio Santa Maria: Santa Maria, Braço do Norte, Egito, Rancho Miguel e Rocinha;

Setor 03 - Bacia do Rio Biguaçu: Usina;

Setor 04 - Microbacia do Rio Farias: Faxinal, Alto Rio Farias e Santa Bárbara;

Setor 05 - Microbacia do Rio Rachadel: Vila Doze, Rachadel, Guiomar, Guiomar de Dentro e Guiomar de Fora,

Setor 06 - Microbacia do Rio Vermelho: Canudos e distrito Sede (parcela urbana)

Produção agrícola					
	Unidade	1975	1985	2008	2016
Alface	pé / tonelada	89 t	284 t	23.400 t	58.500.000 pés / 29250 t
Rúcula	maço / tonelada	-	-	4.500 t	27.000.000 maços / 8.100 t
Salsa	maço / tonelada	-	42 t	3.000 t	23.940.000 maços / 7.182 t
Cebolinha	maço / tonelada	-	101 t	2.400 t	21.600.000 maços / 6.480 t
Couve-folha	maço / tonelada	23 t	76 t	2.400 t	19.800.000 maços / 5.940 t
Repolho	pé / tonelada	273 t	691 t	1.600 t	2.160.000 pés / 3.240 t
Espinafre	maço / tonelada	-	-	12.000 t	9.000.000 maços / 2.700 t
Agrião	maço / tonelada	-	-	450 t	4.500.000 maços / 1350 t
Cenoura	tonelada	60 t	272 t	26.400 t	26.400 t
Beterraba	tonelada	35 t	393 t	26.400 t	26.400 t
Batata-doce	tonelada	25 t	133 t	19.500 t	17.820 t
Mandioca	tonelada	4116 t	5.126 t	14.850 t	14.520 t
Chuchu	tonelada	22 t	30 t	10.800 t	10.800 t
Berinjela	tonelada	-	-	6.000 t	6.000 t
Pimentão	tonelada	11 t	104 t	4.400 t	4.400 t
Abóbora	tonelada	-	9000 t	2.400 t	2.400 t

Hortaliças

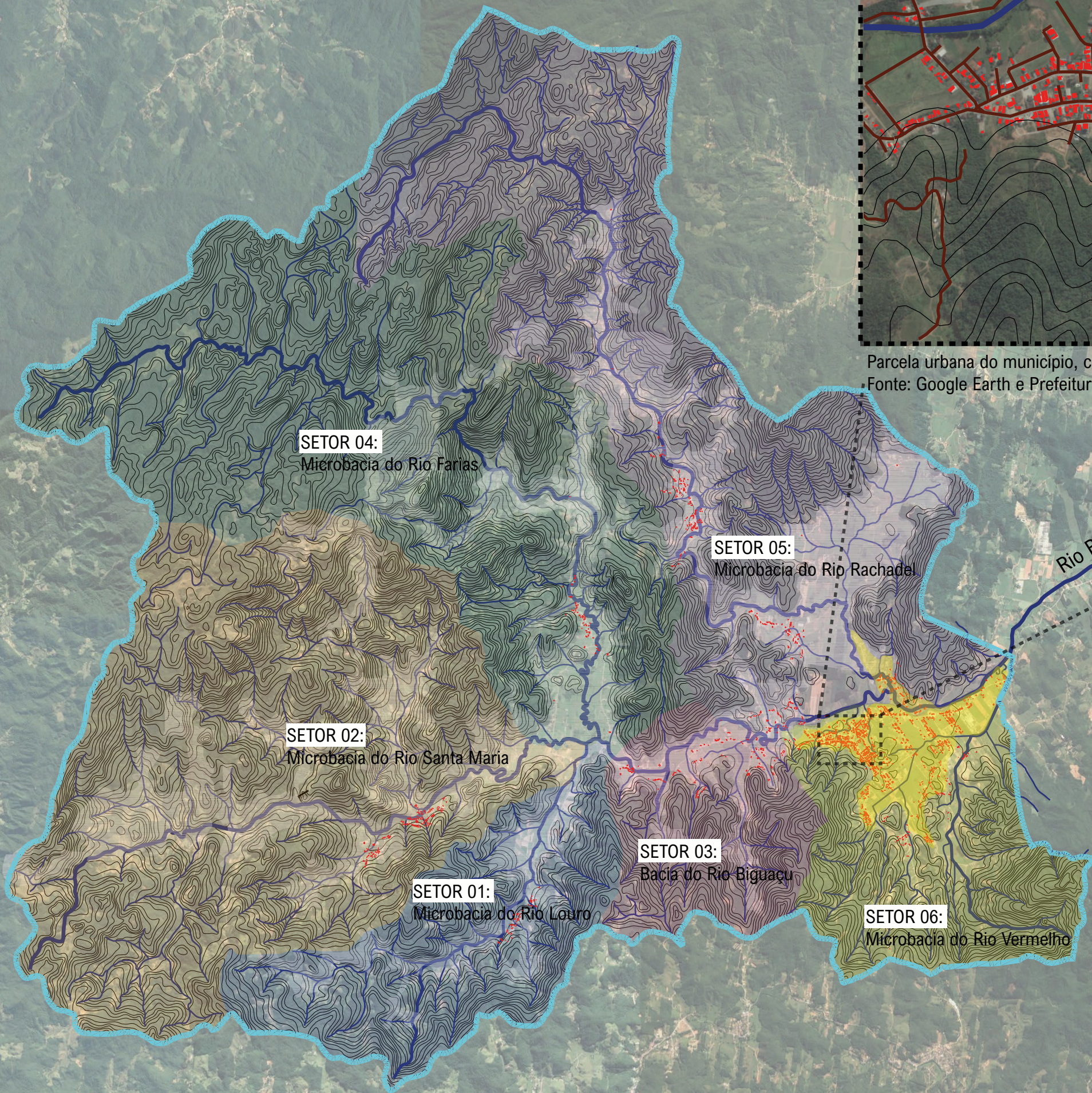
Caixarias

Tabela 06: principais produtos agrícolas. Fontes: REITZ, 1988, p.101 (adaptado) e EPAGRI/Antônio Carlos.

Nota 01: O peso considerado para os maços segundo recomendação da Epagri é de 300 g, do pé de alface de 500 g e do repolho de 1,5 kg.

Com a ocupação e modificação do território agrícola do município pelos agricultores que ali trabalham diversas problemáticas ambientais começaram a vir à tona: a ocupação das margens fluviais e sobretudo o uso abusivo de agrotóxico são os principais problemas ambientais do município. Ao mesmo tempo que o território rural é afetado, também territórios vizinhos são atingidos por estes danos ao meio ambiente. Segundo a Epagri / Antônio Carlos, ao longo do tempo, as terras ao redor do Rio Biguaçu foram sendo cada vez mais exploradas pela agricultura e pela ocupação humana, o que ocasionou um agravante na degradação do solo e da água, principalmente pelo uso inadequado do solo, do desmatamento, das queimadas, do uso de insumos químicos e da adubação com esterco de animais.

Este modelo de agricultura está comprometendo as águas na sua quantidade e principalmente qualidade. Em 1998 a equipe local da Epagri fez um levantamento das águas dos rios, através de análises laboratoriais e todas as amostras apresentaram um alto índice de contaminação.

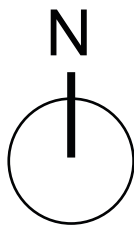


Parcela urbana do município, com destaque para a Praça Central
 Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Antônio Carlos. Modificado pelo autor.

Legenda	
	Limite do município
	Perímetro urbano
	Área com produção agropastoril
	Rios
	Setor 01 - Microbacia do Rio Louro
	Setor 02 - Microbacia do Rio Santa Maria
	Setor 03 - Bacia do Rio Biguaçu
	Setor 04 - Microbacia do Rio Farias
	Setor 05 - Microbacia do Rio Rachadel
	Setor 06 - Microbacia do Rio Vermelho

APROXIMAÇÃO COM O LUGAR
 escala gráfica indicada

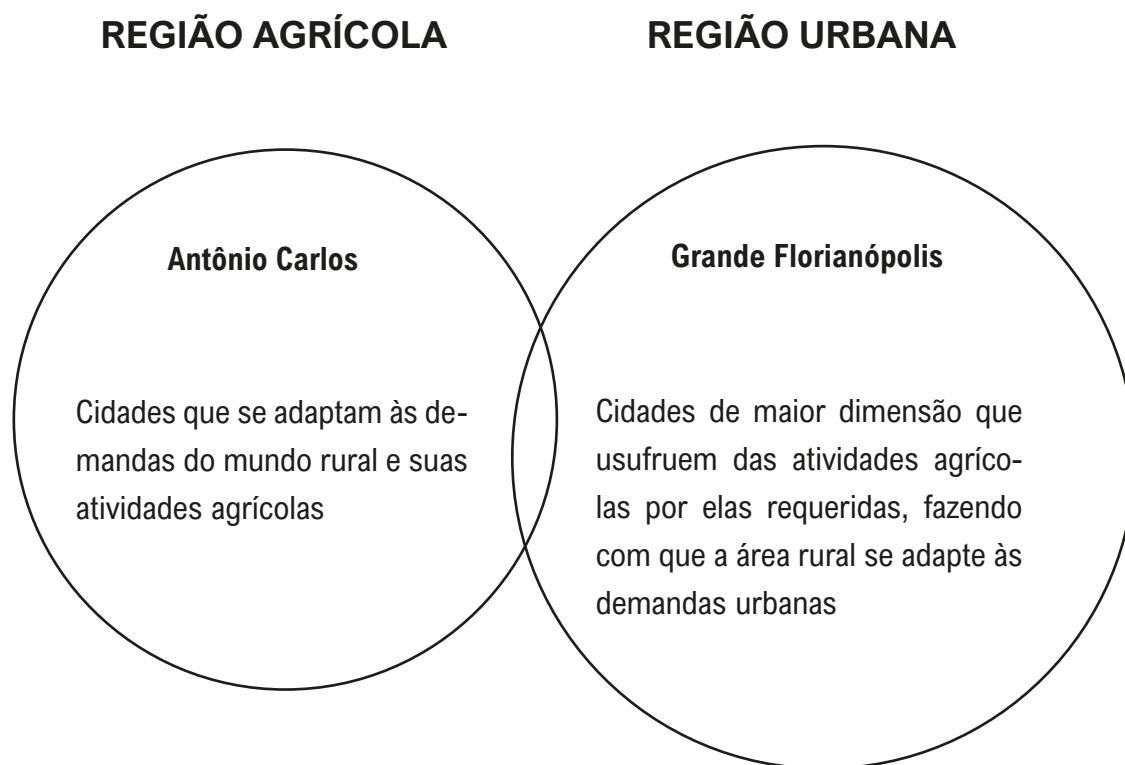
MAPA 02



|Parte 03: Cidades no rural

O território rural não pode ser entendido como um grande vazio, ao mesmo tempo, em que não deve ser separado, enquanto análise e estrutura, do sistema capitalista, na qual está inserido, assim como da globalização. Como lembrado por Milton Santos, o território rural também está inserido no processo de globalização, vinculando-se à lógica de dominação e controle do capital financeiro sobre o território local.

Este mesmo autor em sua análise sobre a formação de regiões agrícolas e urbanas no Brasil fala da relação das cidades com o rural, mostrando uma interdependência entre estes dois territórios.



Esquema 01: distinção entre região agrícola e região urbana. Fonte: Baseado em SANTOS, 1993.

Esta introdução de cidades no rural se faz necessária porque mostra muito da dinâmica interna do município de Antônio Carlos, onde a parcela agrícola, além de concentrar a maior parte da população, também concentra grande parte da atividade econômica do município, que se baseia na agricultura. A cidade, neste caso, acaba por desempenhar um papel de apoio às atividades agrícolas e as pessoas que vivem naquele território rural.

“A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias, encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. Isso naturalmente, não exclui uma hierarquia de respostas no sistema urbano regional. Aliás, todas as cidades (e regiões urbanas) do sistema urbano nacional são, de uma forma ou de outra, interessadas pela atividade rural, às quais se ligam segundo diversos níveis de interrelação e de controle.

Mas, nas regiões agrícolas, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto nas regiões

urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel. ”

(SANTOS, 1993, p.76)

Como afirmado anteriormente por Hespanhol, o território rural é um todo indissociável do urbano, que acaba por ser totalmente influenciado por este: a internet já tem chegado ali; as infraestruturas urbanas, como a pavimentação das vias, é cada vez mais uma constante naquele espaço; e também alguns modos de ocupação e equipamentos urbanos podem ser cada vez mais observados na parcela rural. Porém o rural não está inserido num todo urbanizado, preservando suas especificidades, afirmando-se como território heterogêneo.

“De acordo com Carneiro (1998), não há como negar que no período atual existe uma maior aproximação entre os mundos rurais e urbanos, tornando cada vez mais difícil a delimitação entre as suas fronteiras. No entanto, essa maior aproximação e articulação entre o rural e o urbano não leva necessariamente à homogeneização e à urbanização da sociedade” (HESPANHOL, 2013, p.108).

“O espaço rural não deve ser entendido em oposição ao espaço urbano, mas em sua relação de complementariedade com as cidades” (...) “A consolidação de relações de proximidade entre os espaços rurais e urbanos está associada às condições de acesso a infraestrutura, equipamentos coletivos e serviços à população rural que garantam a cidadania e autonomia” (HESPANHOL, 2013, p. 109/110).

As cidades, de um modo geral, e Antônio Carlos não foi exceção, surgiram a partir de uma pequena concentração urbana, geralmente vinculadas ao poder econômico e religioso vigentes. Estas pequenas concentrações também podem ser observadas na parcela rural do município.

Geralmente, junto à capela do bairro é notável uma maior concentração de residências, assim como a presença de um campo de futebol e pequenas mercearias. Estes equipamentos são pontos geradores de centralidade nestes bairros, ao provocar certa vivacidade; dada pela concentração dos atores do restante do bairro naquele local em certos períodos do dia e principalmente nas tardes de sábado e domingos. O bairro que mais desempenha este papel é o Centro do município de Antônio Carlos, que pode ser colocado como urbano, mas que desempenha um papel de cidade no rural.

Esta característica do município é determinante na análise das relações horizontais e verticais que se dão sobre aquele território: a maneira como os circuitos agrícolas se estabelecem, como se territorializam as relações sociais e o papel dos seus atores; e também na morfologia do espaço rural, com suas pequenas urbanidades e suas especificidades.

A partir das considerações anteriores podemos levantar algumas conclusões e destacar algumas características que se sobressaem na dinâmica do território rural do município de Antônio Carlos. Algumas especificidades, agentes e dinâmicas que ali se territorializam merecem uma maior atenção e estudo para o entendimento da espacialização destas relações.

6.1 | Circuitos de produção e consumo

Destacam-se dois circuitos agrícolas no município de Antônio Carlos que são as caixarias e as hortaliças. Estes circuitos ao mesmo tempo que se distinguem na relação econômica entre o agricultor e o consumidor final, principalmente por conta dos intermediários, também está ligado a uma territorialização distinta da produção: os circuitos agrícolas se configuram a partir das diferentes micro bacias de Antônio Carlos e têm como destino final mercados consumidores diferentes.

Os circuitos agrícolas se diferenciam tanto no tipo de produção extraída da terra como na logística até o consumidor final, o que implica diretamente na relação econômica entre cada etapa do processo produtivo, como é possível notar na tabela abaixo (tabela 07) e no esquema 01 e 02, na página seguinte.

Variação do preço da produção agrícola		
	Caixaria: Cenoura, batata-doce e beterraba (22 kg)	Hortaliça: alface, rúcula e couve-folha (unidade)
Etapa 01 (produtor rural)	R\$ 15,00 a R\$ 25,00	R\$ 0,50 a R\$ 0,60
Etapa 02 (CEASA / Intermediário)	R\$ 25,00 a R\$ 35,00	R\$ 0,80 a R\$ 0,90
Etapa 03 (Vendedor final - sacolão)	R\$ 47,00 a R\$ 48,00	R\$ 1,20 a R\$ 1,50
Etapa 03 (Vendedor final - supermercado Bistek)	R\$ 41,00 a R\$ 65,00	R\$ 1,78 a R\$ 1,98

Tabela 07: variação do preço na produção agrícola. Fonte: Entrevista com agricultores e sacoleiros.

A variação de preço entre o produtor rural e o consumidor final é dado pelo tipo de produto agrícola analisado, que depende principalmente do circuito no qual ele está inserido, e também da quantidade de intermediários, como pode ser observado no esquema 01. Este é o principal agente na definição do preço recebido pelo agricultor na sua produção: a CEASA, portanto, acaba por ter um papel decisivo como confluente destes atores, os intermediários, que ali acabam por decidir o valor de suas mercadorias. Este valor é definido pela quantidade de determinados produtos agrícolas no mercado, fato este que está diretamente ligado à época de colheitas e entressafras, e também pela procura por estes produtos, que costuma manter-se estável no decorrer do ano, sobressaindo-se principalmente no verão. O circuito que apresenta uma maior quantidade de intermediários e está mais ligado à CEASA é o circuito das caixarias. Já o circuito das hortaliças, em geral, é mais curto e com a existência de um número menor de intermediários na logística entre o produtor e o consumidor final, o que garante maior estabilidade ao produtor, tanto na quantidade de produção como no preço. Este circuito é mais curto principalmente pela validade dos produtos ali colhidos: uma alface tende a ter um prazo de validade menor que o de uma batata, exigindo uma maior rapidez na logística. Com isso, o agricultor acaba se aproximando mais do consumidor final, mesmo sem ter o controle da logística da produção garantida.

Os principais pontos a serem analisados são os circuitos agrícolas com maior quantidade de intermediários e que por consequência também são os que têm maior afastamento entre o produtor rural e o consumidor final. Cada intermediário que aparece no sistema produtivo é um lucro a mais que é gerado sobre aquele produto ao mesmo tempo que também é uma renda expropriada do agricultor para satisfa-

zer a de outros atores. É neste circuito que o agricultor é descolado das diferentes escalas do território produtivo e da logística da produção e venda da sua agricultura.

A territorialização destes circuitos se dão de maneira distinta, por conta de duas condicionantes principais. A primeira dela é a área produtiva a ser cultivada e o tamanho das propriedades. A segunda delas, que é um reflexo desta primeira, é a especificidade e o trabalho exigido para a manutenção da propriedade agrícola. A produção de caixarias exige uma baixa manutenção e um período de maturação mais longo, em geral 90 dias; por consequência, esta produção exige menor mão-de-obra e é mais viável em terrenos com maiores dimensões. Já a produção de hortaliças necessita uma atenção maior, territorializando-se, em geral, em propriedades de tamanho reduzido, para facilitar a manutenção da produção e também para maior controle da família, evitando a necessidade de terceiro no auxílio do cultivo. Outro aspecto que distingue os dois circuitos diz respeito a perecibilidade dos alimentos ali produzidos. As hortaliças, como em geral são folhas, têm pouca resistência após colhida, o que exige uma maior rapidez na logística entre o agricultor e o consumidor final. Já as caixarias têm um tempo perecível maior, o que possibilita que este circuito possa vir a ser mais longo.

6.2 | Os atores

Por atores entende-se os agentes que constroem e vivenciam o meio rural: ele pode ser um agricultor ou um trabalhador urbano que vive ali, o que importa é como ambos se territorializam e como aquele território é usado por cada ator. Também poderiam ser citados outros atores, como os agentes do Estado e do capital financeiro, mas por opção decidi deixá-los fora desta análise.

6.2.1 | *Agricultor*

Eles são os principais atores que estão a construir o território rural. Mesmo sendo um grupo social específico ele também apresenta algumas subdivisões que estão vinculados segundo a situação trabalhista e de posse da terra.

6.2.1.1 – Proprietário de terra: a maioria destes agricultores também são donos de todos os meios de produção – que incluem maquinários, sementes, fertilizantes, etc; nesta categoria o agricultor tem maior controle sobre a sua produção, o que não garante que o mesmo aconteça com a venda do que foi produzido nas suas terras. Esta é a categoria na qual a maioria dos agricultores de Antônio Carlos está inserida, tendo como base territorial a pequena propriedade familiar.

6.2.1.2 – Arrendatário: estes sujeitos são donos dos meios de produção, mas não têm a posse da terra, inserindo-se em desvantagem, ao ator anterior, na dinâmica de produção agrícola.

Dentro destas duas primeiras categorias alguns agricultores também podem controlar todo o processo de venda da produção até o consumidor final, sem que exista a interferência de intermediários no processo de comercialização dos produtos agrícolas

6.2.1.3 – Empregados agrícolas: estes atores não têm a posse dos meios de produção nem a posse da terra na qual trabalham. Eles são pagos, geralmente pelos atores 1.1 e 1.2, na forma de dinheiro pelo trabalho realizado.

6.2.1.4 – Trabalhador sem-terra: este trabalhador na maioria das vezes exerce a função social de 1.3 (empregado agrícola) por não ter os meios de realizar a sua produção agrícola. Estes agricultores são minoria no município, mesmo não havendo dados quantitativos, nota-se pelo processo histórico de ocupação daquele território uma divisão homogênea da terra.

6.2.1.5 – Escravo: estes atores não têm a posse de nenhum dos meios de produção, inclusive da terra. O que o diferencia do trabalhador sem-terra é a não existência de um salário sobre o seu trabalho realizado. Não existem dados e quantitativos da existência destes atores em Antônio Carlos, porém, segundo fontes históricas como Raulino Reitz, temos notícia de uma época escravista antes da chegada dos imigrantes alemães ao município.

Ao mesmo tempo que temos estes sujeitos como protagonistas daquele território e principais construtores deste mesmo, eles não são os únicos a ocuparem e usarem daquele espaço.

6.2.2 | *Trabalhadores urbanos*

Alguns trabalhadores urbanos usam o território rural como moradia, não desempenhando nenhuma atividade produtiva ali. São motivos desta escolha a permanência nas terras familiares e também o valor da terra, que é substancialmente mais barato que na parte urbana do município.

6.2.3 | *Comerciantes*

Podemos identificar a existência de comércio também no território rural, como será mostrado logo em seguida, que estão relacionados com a conformação de pequenas urbanidades e centralidades de bairro.

6.2.4 | *Proprietários de pequenas agroindústrias*

Geralmente estes agricultores baseiam seus rendimentos na transformação do produto agrícola, deixando de lado a produção agrícola na terra. Portanto, além de ser um intermediário com o consumidor final, este ator também se relaciona com uma cadeia de outros agricultores, controlando os preços e a demanda da produção agrícola destes mesmos.

6.2.5 | *Intermediário na produção agrícola*

É a pessoa na qual controla a venda da produção agrícola de outros agricultores. Este ator em geral beneficia parte dos produtos para agregação de valor (lavagem da batata e da cenoura, por exemplo) ao produto, que posteriormente são vendidos na CEASA e nos supermercados da Grande Florianópolis. O intermediário também pode desempenhar outros papéis, que em geral são os de agricultor empregador e o de proprietário de terras.

6.2.6 | *Proprietários de equipamentos neorurais*

Podem ser listados alguns equipamentos neorurais que ali se territorializam, como os parques aquáticos e os hotéis fazenda. Outro ator que pode ser aqui categorizado é o sitiante. Este talvez seja um dos atores que mais vem transformando o território rural de Antônio Carlos, principalmente nas bordas rurais – na parte mais montanhosa do município – e também nos bairros Guiomar de Dentro e Morro da Glória.

Estes são os principais atores responsáveis pela construção daquele território e pelas unidades de paisagem ali existentes. É importante salientar, como já levantado por José Graziano (2001), que se faz necessária a inclusão de atores antes desconsiderados no mundo rural, são os atores, chamados por ele, neorurais, além de destacar o principal construtor daquele território que é o pequeno agricultor. Com a emergência do termo “Agricultura Familiar” nos anos 90, o INCRA/FAO incluem neste termo: assentados, arrendatários, parceiros, integrados, posseiros, trabalhadores temporários, sem-terras, agregados, moradores consolidados, em transição e periféricos. Quando proprietários de terra, a gleba não pode ser

superior a 4 módulos fiscais, indicador este que varia por município. Poranto o pequeno agricultor que se baseia sua produção na agricultura familiar pode estar inserido em outras categorias, como a de sem-terra ou a de arrendatário, o que não varia é a sua situação como trabalhador rural que baseia sua atividade produtiva na agricultura.

Mesmo dentro de uma mesma categoria, como a de pequeno agricultor, podem existir interesses de classe divergentes, o que é necessário concentrar certa atenção para o melhor entendimento destes trabalhadores como grupos sociais distintos que ora convergem em interesses, ora divergem entre si.

Depoimentos de alguns atores do rural

Estes depoimentos não são uma transcrição literal das falas dessas pessoas, por isso foi escrito em 3ª pessoa, sendo levantados apenas alguns pontos do que foi debatido na entrevista com estes atores.

Sérgio Besen, dono de agroindústria.

Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2018

Este ator não é agricultor, anteriormente ele era bancário e trabalhava na principal agência do município. Em 2005 se reuniu com alguns agricultores para a criação de uma Cooperativa Agrícola no município, a CAFAC. Esta cooperativa não conseguiu criar forças dentro do município e no mercado da Grande Florianópolis: o grupo, cerca de 20 agricultores, era bastante heterogêneo, não havia uma coesão nos objetivos da cooperativa e também a carga de impostos era bastante grande sobre a venda daquela produção, cerca de 50% do valor do produto era imposto. Outro aspecto que desfavoreceu o crescimento da cooperativa foi a diversidade de produtos, que tinha desde hortaliças, doces de banana, doces artesanais, cachaça, etc, isso acabou dificultando porque geralmente estes produtos têm carga de impostos bastante distintas e também a produção acaba sendo menor, dificultando a concorrência na venda da produção dos agricultores. Atualmente este ator é dono de uma agroindústria que criou logo após o fim da cooperativa, em 2007. Ali ele produz cerca de 4000 vidros pequenos de palmitos por dia, palmito este que vem geralmente de Luiz Alves. O principal ponto de venda da sua produção são pequenos mercados e restaurantes, principalmente da grande Florianópolis, mas chega a vender também para outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Outro importante cliente da agroindústria de conserva é uma grande rede de supermercados, que corresponde a 20% do faturamento mensal da empresa. A principal vantagem levantada por este ator é a existência de um preço fixo durante o ano inteiro para a venda da produção, o que garante maior estabilidade à empresa.

Anélio Koerich, intermediário

Entrevista realizada no dia 31 de março de 2018

Este intermediário também é agricultor e produz parte da produção que posteriormente é vendida. O ponto final de venda da sua produção é a Ceasa, mas eles estão relacionados com uma rede de outros agricultores que fornecem o produto bruto, para então ser lavado - pelo intermediário - e depois vendido para os compradores na Ceasa e compradores em outros estabelecimentos, como pequenos mercados. Estes últimos, são clientes com uma rotina de compra mais confiável, já que na Ceasa a concorrência com outros agricultores e com boxistas é muito maior. A lavagem e higienização da produção ocorre em maquinário especial para isso, necessitando uma menor mão-de-obra e sendo possível uma maior produção.

Este ator trabalha exclusivamente com a venda de produção em caixaria, quando Anélio não consegue produção suficiente para a venda aos seus clientes, acaba comprando mercadoria de outros fornecedores, em geral boxistas.

No final da conversa este ator fez uma crítica aos agricultores de Antônio Carlos por reclamarem do preço pago pela sua produção. Segundo ele “as pessoas estão reclamando de barriga cheia: no tem boxista na Ceasa que consegue comprar no Espírito Santo uma caixa de chuchu a R\$5,00.”

Élio Wilwert, agricultor proprietário de terras

Entrevista realizada no dia 07 de abril de 2018

Este ator, atualmente, está vivendo uma transição da sua produção para as hortaliças, principalmente a alface, por esta ser uma produção mais vantajosa e com uma venda final mais garantida e estabilizada, e porque é bastante difícil manter as duas produções ao mesmo tempo. O agricultor tem sua produção em cerca de 3 hectares, onde produz dentre as caixarias: batata-doce, pimentão, beterraba, berinjela, cenoura; já dentre as hortaliças: alface, repolho e brócolis chinês. Os dois principais produtos ali colhidos são a batata doce e o pimentão. este primeiro é plantado em cerca de 1/2 hectare, o que pode gerar aproximadamente 1000 caixas de 22 kg; já o pimentão é plantado em cerca de 1/4 hectare - cerca de 2000 pés - o que gera aproximadamente 2000 pés.

O agricultor vende sua produção de caixaria uma vez por semana na Ceasa, na pedra, e também para alguns clientes como pequenos mercados e restaurantes. A produção em hortaliça é vendida para um atravessador.

Uma das principais críticas do agricultor é a competição com os boxistas dentro da Ceasa: a instituição privilegia os boxistas, o que dificulta a venda da produção dos pequenos agricultores naquela instituição. A venda para os boxistas também é colocada como uma desvantagem pelo agricultor, já que eles exigem nota fiscal e são os únicos que podem trazer mercadorias de fora do estado de Santa Catarina, o que acaba definindo o preço pago pela produção dos pequenos agricultores de Antônio Carlos.

Ruberval Schmitt, agricultor proprietário de terras

Entrevista realizada no dia 07 de abril de 2018

Este agricultor tem cerca de 2,5 hectares com plantaço cultivada, que atualmente é de pimentão, berinjela e batata doce. O agricultor lava sua produção manualmente em casa, o que possibilita a venda da sua produção para o mercado final, em geral sacoleiros da região. Mesmo Ruberval não necessitando de intermediários para a venda da sua produção, ele acaba competindo com os preços da Ceasa, sendo na maioria das vezes necessário que fazer um menor preço para garantir que os sacoleiros comprem a sua produção e não a de um boxista na Ceasa.

Outra crítica levantada pelo agricultor é a falta de garantia de venda da produção, o que deixa numa posição totalmente dependente dos interesses do sacoleiros e dos intermediários, já que ele não tem acesso a venda direta ao consumidor final.

Este ator critica o uso excessivo de agrotóxicos e herbicidas na produção agrícola do município, o que vem causando sérios problemas ambientais que provavelmente serão ainda mais sentidos no futuro. Ruberval também fez uma crítica da falta de apoio e assistência da Epagri, tanto nesta questão ambiental quanto na produção agrícola. O agricultor ao final recorda que é importante “não desistir e manter a esperança que um dia pode melhorar”.

Esta aproximação com as pessoas que constroem aquele espaço, que aqui venho a chamar de atores, é de fundamental importância para acercarse da problemática vivida por eles no dia-a-dia e como se dão os conflitos de interesses sobre aquele lugar.

6.3 | As instituições

Busco neste subcapítulo trazer à tona as principais instituições e políticas de Estado que atingem o território rural de Antônio Carlos. As instituições estudadas para este trabalho foram divididas segundo a escala está sob comando, por mais que a sua efetivação como política se dê em alguma outra escala ou território. Estas instituições muitas vezes são elos de ligação entre o território de Antônio Carlos com os demais, também funcionam com agentes de relações verticais sobre este lugar e em determinadas situações são fortalecedores de horizontalidades.

6.3.1 | Escala Nacional

A principal instituição responsável por políticas públicas voltadas à agricultura familiar, na escala nacional, é o **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Como política pública deste agente e que atinge diretamente o território de Antônio Carlos podemos citar o **PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário “os projetos devem gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Os recursos podem ser destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. A renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil”. Dentro deste programa federal existe uma linha de microcrédito rural direcionada a famílias agricultoras de mais baixa renda, voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do

meio rural. Este programa chama-se PRONAF Grupo B e é voltado a famílias com renda bruta anual de até R\$ 20 mil. O PRONAF atinge a escala municipal através da Epagri, que é a instituição responsável por selecionar os agricultores participantes do programa.

6.3.2 | Escala Estadual

Já na escala estadual, a principal instituição responsável por políticas públicas voltadas à agricultura familiar é a **Epagri**, que está subordinada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. A Epagri atua junto aos agricultores fornecendo assistência técnica, além da promoção de cursos, palestras e visitas às propriedades. A instituição também é responsável por alguns programas do governo estadual no que se refere a políticas públicas voltadas aos agricultores. Atualmente o programa levado à cabo é o 'SC Rural' - financiado com subsídio do Banco Mundial - e que busca atingir principalmente a questão comercial da produção agrícola e também a capacitação de jovens, de forma que estes permaneçam no campo.

Anteriormente, os programas 'Microbacias I e II' visavam o melhoramento das infraestruturas das propriedades, com a instalação de fossas assépticas e de telhados nas residências dos agricultores, por exemplo. Estes últimos programas citados, tiveram maior impacto junto aos agricultores de Antônio Carlos, sendo diversos os exemplos de propriedades beneficiadas pelo programa.

Também dentro desta escala, mas se relacionando diretamente com o dia-a-dia dos agricultores de Antônio Carlos, está a **CEASA** - Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - localizado no município de São José, na Grande Florianópolis. Esta instituição foi criada para a venda da produção agrícola dos produtores rurais para o mercado final, em geral supermercados e sacolões. Apesar de esta ser um instrumento facilitador da venda da produção dos agricultores, ela é também o principal controlador dos preços e da demanda por mercadoria junto aos agricultores. Isto acontece porque no espaço físico da CEASA encontram-se dois grandes grupos, aqui chamados de "pedra" e "boxistas", termos estes usados pelos atores daquele local. A pedra é um galpão onde os agricultores estacionam num grande corredor e ali esperam os compradores chegarem para negociar a venda das suas mercadorias. Este agricultor da "pedra", em geral, é um produtor rural ou um intermediário.

Já os boxistas, por via de regra, são intermediários. Em geral, a mercadoria vendida por eles é trazida de outros territórios, fora da Grande Florianópolis, como forma de barateamento e possibilidade de venda em maior quantidade os seus produtos. São estes atores, donos dos "Box", quem definem os preços a serem pagos pelas mercadorias dos agricultores que vendem na "pedra". O poder de compra e de venda dos boxistas é muito maior que a dos demais, tendo em vista que a quantidade de mercadoria destes é substancialmente superior; em geral esta mercadoria vem de latifúndios com maquinário agrícola mais sofisticados que os agricultores da Grande Florianópolis. Os boxistas também são os únicos vendedores da Ceasa autorizados a comprarem mercadorias de outros estados e venderem naquela instituição.

Esta é a principal crítica dos pequenos agricultores quanto a CEASA: apesar de ser uma instituição que facilita a venda da produção dos agricultores, ela acaba por promover a desregulação do mercado, ao não estabelecer um preço mínimo a ser pago pela produção agrícola ali vendida, submetendo o pequeno agricultor aos interesses dos intermediários de maior poder, que se vinculam a latifundiários de outros estados e a CEASAS de outros estados. A CEASA não privilegia a escala local nem os interesses dos pequenos agricultores, ela segue os interesses dos grandes intermediários, que determinam os preços ali praticados.

Estas são instituições que se territorializam em uma escala intermediária, justamente porque ora se vinculam com estruturas de poder verticais - como é o caso do Banco Mundial no programa 'SC Rural' - ora se relacionam com as necessidades e os interesses junto aos agricultores.

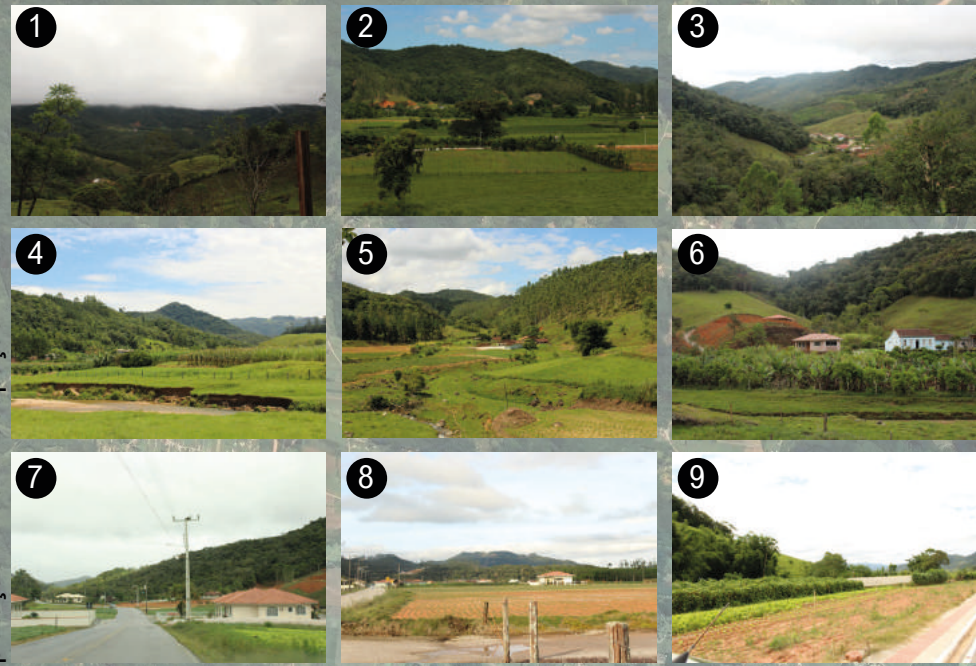
6.3.3 | *Escala Municipal*

As três principais instituições que atuam junto aos agricultores na escala municipal, são: a **Epagri**, esta já citada anteriormente, a **Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente** e também o **Sindicado dos Trabalhadores Rurais** do município. Nesta escala as relações de horizontalidades se tornam mais evidentes, sendo uma escala onde o agricultor tem maior possibilidade de explorar novas relações sociais e também uma maior aproximação com os demais atores.

A Epagri, como já dito, é responsável pela assistência técnica aos agricultores e pela realização de programas de fomentação econômica junto aos agricultores. Já a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente é responsável pelo suporte técnico aos agricultores, com o empréstimo de maquinário agrícola e com serviços, como a lavragem de terras.

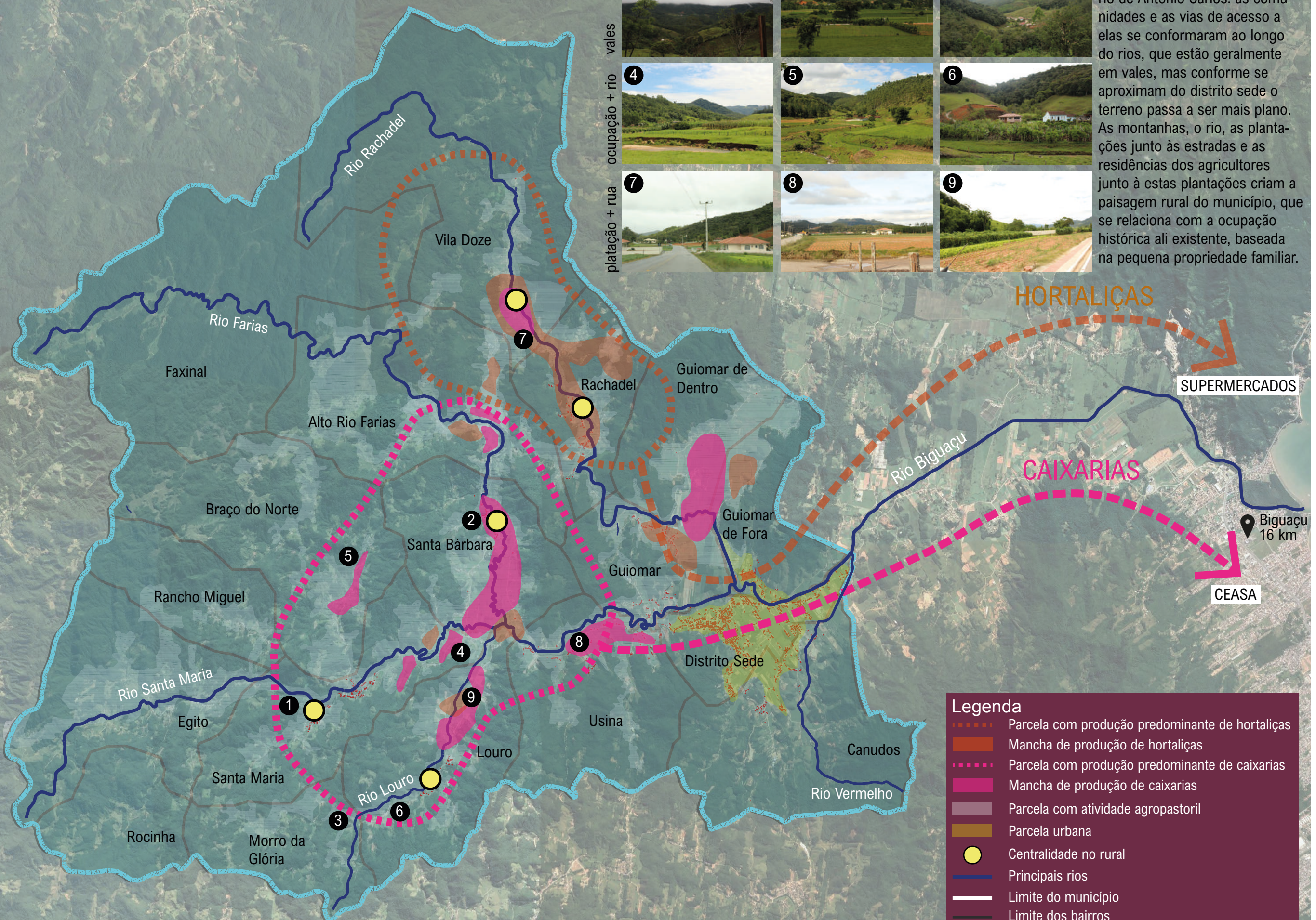
Outra instituição de grande importância na dinâmica municipal é o Sindicato: a partir da vinculação à esta instituição, os agricultores têm acesso à aposentadoria e aos direitos trabalhistas. Portanto, ele, têm um papel importante na luta pelos direitos e necessidades dos agricultores, porém o seu como de luta e de reunião dos agricultores como categoria de classe é pouco explorado. O Sindicato, acima de tudo, é um instrumento político dos agricultores para o melhoramento das suas condições de trabalho e na luta pelo tabelamento de preço mínimo pela produção agrícola no município.

Elementos da paisagem



Alguns elementos da paisagem se destacam na leitura do território de Antônio Carlos: as comunidades e as vias de acesso a elas se conformaram ao longo dos rios, que estão geralmente em vales, mas conforme se aproximam do distrito sede o terreno passa a ser mais plano. As montanhas, o rio, as plantações junto às estradas e as residências dos agricultores junto a estas plantações criam a paisagem rural do município, que se relaciona com a ocupação histórica ali existente, baseada na pequena propriedade familiar.

vales
ocupação + rio
plantação + rua

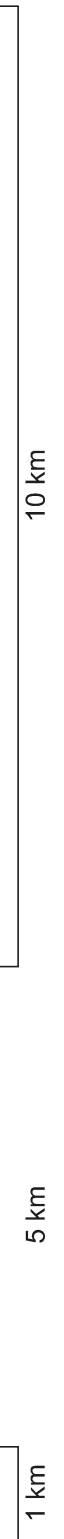
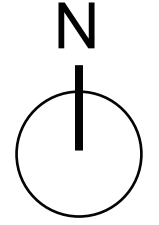


Legenda

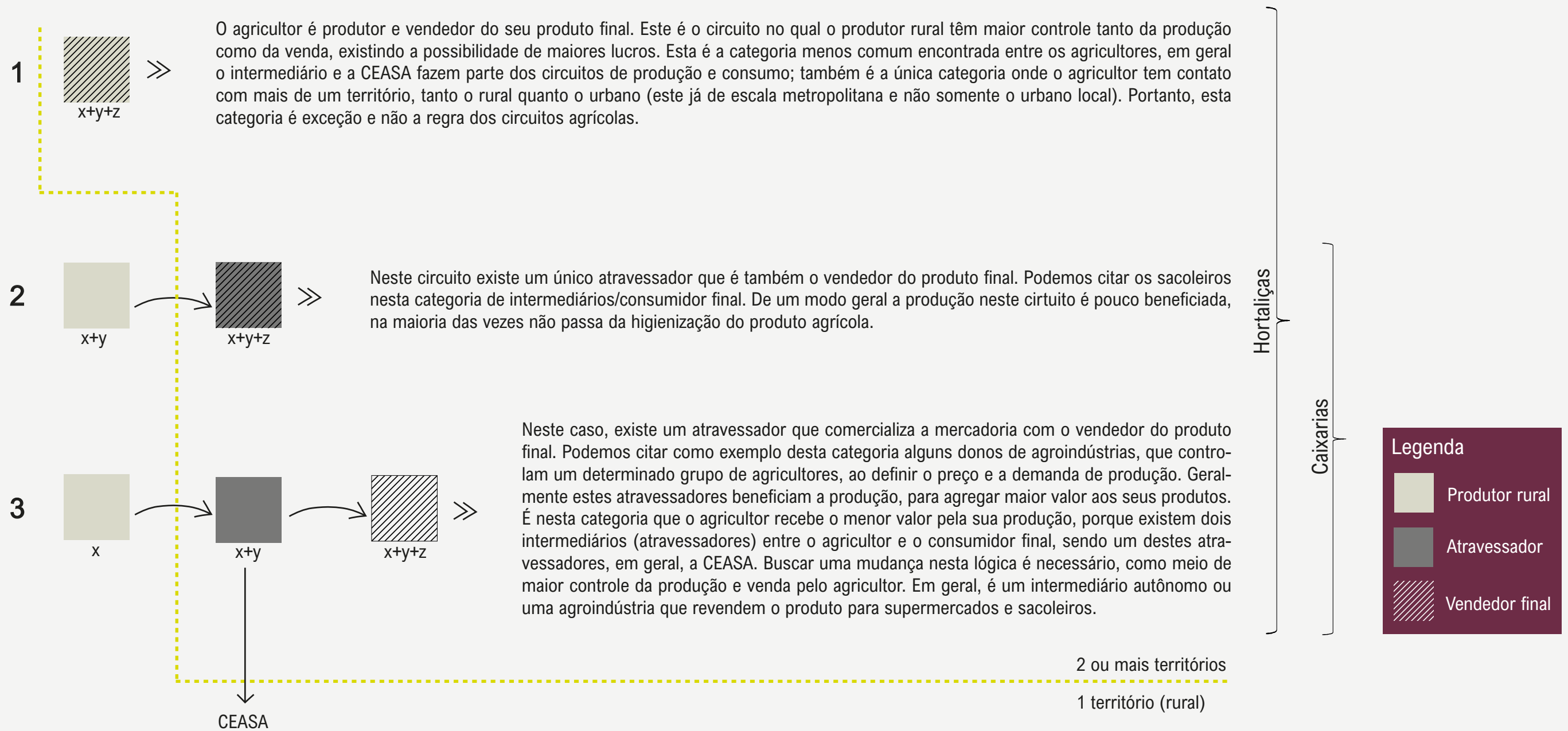
- Parcela com produção predominante de hortaliças
- Mancha de produção de hortaliças
- Parcela com produção predominante de caixarias
- Mancha de produção de caixarias
- Parcela com atividade agropastoril
- Parcela urbana
- Centralidade no rural
- Principais rios
- Limite do município
- Limite dos bairros

CIRCUITOS AGRÍCOLAS E ELEMENTOS DA PAISAGEM
escala gráfica indicada

MAPA 03



Esquema 02 | Circuitos de produção e consumo



Esquema 03 | Logística da produção agrícola



|Parte 04: Urbanidades e especificidades do rural

Milton Santos defende que “a globalização não provoca a homogeneização do espaço, mas ao contrário, com a ampliação das especializações produtivas das regiões determinadas pela globalização, intensificam-se as diferenciações do espaço” (HESPANHOL, p.108). Este tópico está totalmente relacionado com os anteriores, mas o trago como meio de reforçar casos de excepcionalidades e características mais marcantes àquele território.

A partir desta análise podemos perceber um padrão de ocupação e de produção bastante heterogêneo no território rural do município de Antônio Carlos. Duas das principais microbacias do Rio Biguaçu são eixos conformadores destas distinções: na microbacia do Rio Rachadel percebemos uma maior produção de hortaliças, uma maior densidade – principalmente no bairro Vila Doze - e um padrão de construção de maior qualidade; já na microbacia do Rio Santa Maria – que engloba também o Rio Louro e o Rio Farias, se percebe uma maior produção de verduras em caixaria e também uma presença maior de trabalhadores urbanos nesses bairros, principalmente por conta da pouca área produtiva.

Mesmo dentro destes territórios podemos perceber heterogeneidades, como o Bairro Guiomar de Dentro – localizado na microbacia do Rio Rachadel – que tem um padrão bastante diferente do restante da região: ele se baseia mais na pecuária, na plantação de gramas e de caixarias, sendo bastante baixa a produção de hortaliças. Outro ponto importante deste território-exceção é a grande quantidade de sitiantes no local, mostrando uma mudança no padrão de ocupação e de uso do território, ou seja, acontece ali um padrão de desterritorialização de pequenos agricultores e de territorialização de sitiantes, em geral cidadãos.

Já na Microbacia do Rio Santa Maria podemos perceber uma maior distinção na planície do Bairro Santa Bárbara, por destacar-se uma grande produção agrícola e preservar as atividades agrárias, enquanto nos outros bairros, principalmente Louro e Santa Maria, podemos perceber maior quantidade de urbanidades, uma menor produção agrícola e uma quantidade maior de trabalhadores urbanos morando ali. Também nesta micro bacia, podem ser citados como território exceção a construção de um loteamento urbano no bairro Louro e a existência de diversos sitiantes no bairro Morro da Glória.

“Com isso se quer dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade da territorialidade que distingue, pelo que se pensa, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (ALENTEJANO, 2013, p. 11).

O campo “tem particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais” (HESPANHOL, 2013, p. 108). São estas especificidades do território que produzem diferentes ambiências e diferentes relações do homem com aquele espaço: os distintos circuitos agrícolas geram diferentes padrões de ocupação, densidades e qualidade das construções. As centralidades de bairros concentram certa urbanidade, fato este que se relaciona com o caráter multifuncional do campo, que abriga distintas territorialidades que interagem entre si e criam espaços híbridos: espaços rurbanos, que são gerados por equipamentos promotores de urbanidades, como igrejas e campos de futebol.

Já na parcela agrícola do município podemos destacar duas centralidades. A primeira delas está localizada no bairro **Vila Doze**, na **micro bacia do Rio Rachadel**, e está vinculada ao circuito das **hortaliças**. Já a segunda centralidade de maior destaque no território agrícola do município está no bairro **Santa**

Maria, situado na **micro bacia homônima**. Esta está vinculada ao circuito produtivo das **caixarias**. Também merece ser destacada a grande quantidade de trabalhadores urbanos neste bairro, característica esta que pode ter respostas na sua conformação geográfica: o bairro se localiza em um vale estreito e montanhoso, sem grande quantidade de terras disponíveis para plantio. A principal área produtiva do bairro se localiza no planície próxima ao bairro Santa Bárbara, onde concentra-se a produção de caixarias no município

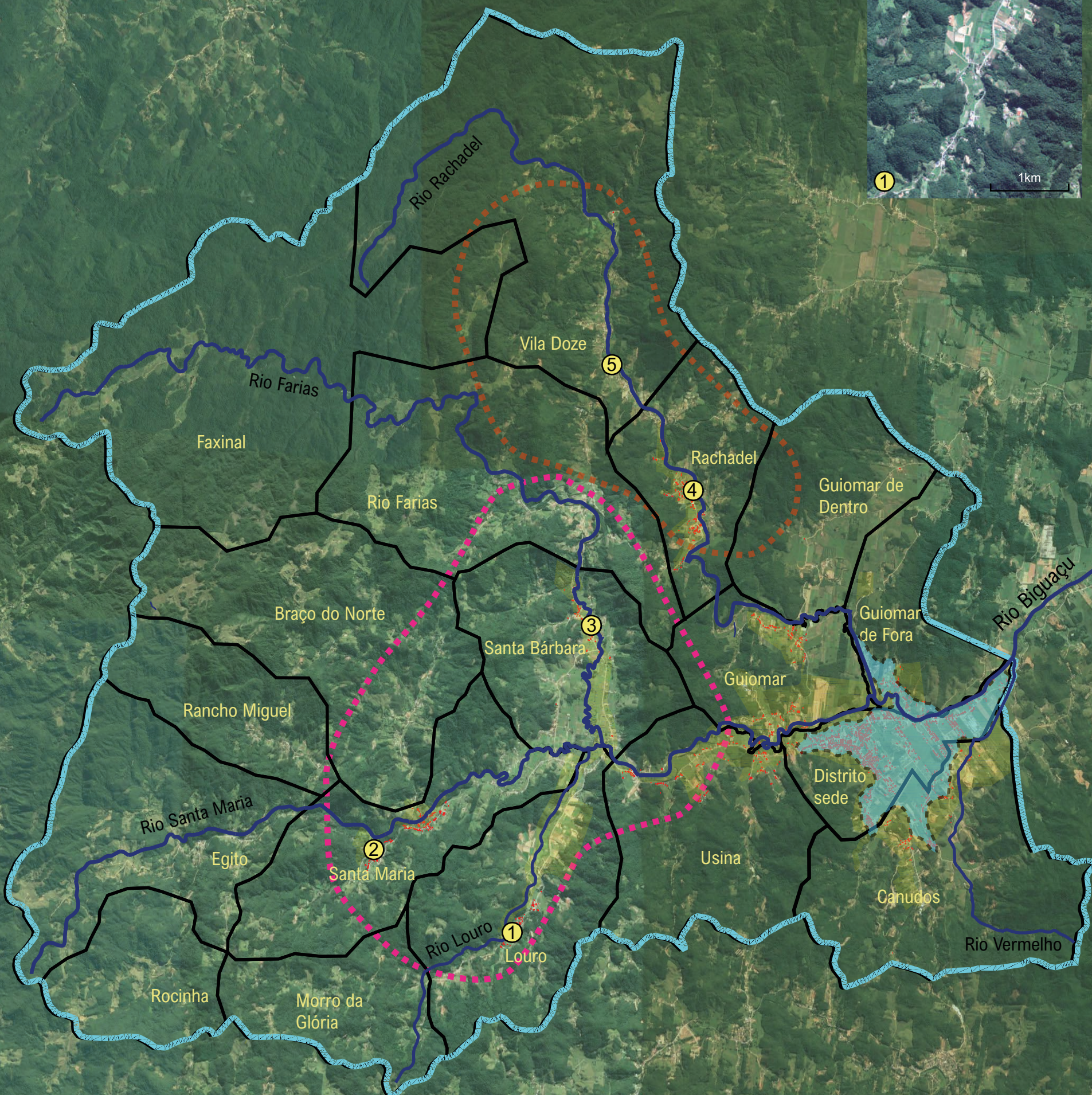
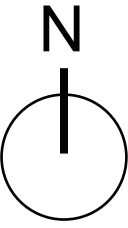
8 | As ruralidades do território

Neste capítulo da pesquisa busco descrever e mapear as heterogeneidades do território rural, a partir da divisão do território em suas micro bacias e em seus diferentes bairros. O território rural não é homogêneo e apresenta modos de produção e padrões de ocupação do território que se distinguem de um bairro para o outro. Chamo a atenção também para as diferentes paisagens e fragmentos de paisagens que se destacam nestes bairros, que na maioria das vezes se dá pela relação da geografia, a ocupação humana e a atividade agrícola que é ali realizada. As diferentes paisagens podem ser percebidas na forma de diferentes texturas provocadas principalmente com a transformação do território para a realização da atividade ali executada.

No mapa a seguir busco territorializar as pequenas urbanidades no espaço rural do município, tomando como base conceitual os escritos de João Rua (2005/2006) e o conceito de espaços *rurbanos*. Outra informação importante colocada no mapa é a divisão de bairros e de microbacias (setores) na qual eles estão inseridos, para facilitar o entendimento da conformação do território do município. Nele também procuro mapear os diferentes circuitos agrícolas colocados junto às micro bacias correspondentes, informação esta já destacada no mapa anterior.

Também neste mapa, chamo a atenção para o perímetro urbano do município. Este acaba abrangendo as principais centralidades da parcela rural do município. Esta demarcação é justificada pela prefeitura de Antônio Carlos como estratégia para requerimento de recursos de outras escalas de governo para o município: muitos destes recursos tem de ser empregados dentro do perímetro urbano. Ao mesmo tempo que a estratégia se baseia numa questão econômica, como planejamento de território ela se mostra deficitária, por que deixa de lado o ideal de cidade compacta e uma distinção entre o rural e o urbano de modo que preserve as especificidades deste primeiro e auxilie na manutenção dos agricultores nas suas propriedades. Uma das consequências que podemos citar dessa expansão do perímetro urbano sobre a parcela rural: em 2015 foi construído um loteamento urbano no bairro Louro, localizado a cerca de 7 km do distrito sede do município.

Urbanidades no rural

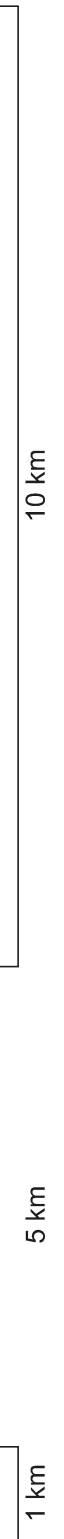


Legenda

- ⋯ Parcela com produção predominante de hortaliças
- ⋯ Parcela com produção predominante de caixarias
- ▨ Parcela urbana
- Perímetro urbano determinado pela prefeitura
- 1 Urbanidade de Louro - Setor 01
- 2 Urbanidade de Santa Maria - Setor 02
- 3 Urbanidade de Santa Bárbara - Setor 04
- 4 Urbanidade de Rachadel - Setor 05
- 5 Urbanidade de Vila Doze - Setor 05
- Rios
- Limite dos bairros

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS E URBANIDADES
escala gráfica indicada

MAPA 04



8.1 | Setor 01 | Micro bacia do Rio Louro

8.1.1 | Louro

A maior parte da plantação existente no bairro é de culturas de caixaria como o chuchu, o aipim e o milho. A parte de maior produção agrícola está localizada na planície que também conecta os bairros de Santa Bárbara, Santa Maria, Usina. É nesta planície onde se localiza a maior parte da produção de caixaria do município, portanto este bairro está inserido no circuito de produção.

Grande parte do bairro está localizado dentro do perímetro urbano definido pelo município, já que existe certa urbanidade, principalmente nas proximidades do campo de futebol e da capela do bairro, onde aparecem um parque aquático e alguns pequenos comércios. São equipamentos importantes a serem citados no bairro: a Capela do bairro e o salão de festas; os dois campos de futebol (Bonsucesso e Louro); as mercearias próximas a capela; a madeireira Madelei; a agroindústria de produção de melado de cana Tio Chico; e o Parque Aquático Junkes.



Figura 1 / 2 / 3 - Fotos do bairro Louro. Fonte: fotos do autor



Figura 4 – Foto aérea do bairro Louro. Fonte: Google Earth. Modificado pelo autor

8.1.2 | Morro da Glória

Este bairro é quase que uma extensão do anterior: o seu acesso é dado pela mesma estrada geral. Porém, este se localiza na porção de maior altitude e mais montanhosa do bairro, sendo de maior a dificuldades para a produção agrícola e apresentando maior número de sítios.

São equipamentos importantes a serem citados no bairro: os sítios ali existentes, o campo de futebol (Morro da Glória); a gruta existente; e agroindústria de produção de melado de cana Eugênio Petry.

8.2 | Setor 02 | Micro bacia do Rio Santa Maria

8.2.1 | Santa Maria

Este bairro também está inserido na planície citada anteriormente, onde se concentra a produção de caixarias. O terreno da comunidade é bastante montanhoso e com uma planície estreita que se conecta com os demais bairros. A ocupação da comunidade é relativamente densa, quando comparada às demais. Santa Maria sempre foi, historicamente, um dos bairros rurais com maior urbanidade, dada a importância da sua capela e também por ser acesso a outros bairros, como Egito e Braço do Norte. Em Santa Maria podemos observar uma grande quantidade de trabalhadores urbanos que ali residem, por conta da limitação de terras produtivas e também pelos equipamentos que ali se inserem, muitos deles de caráter urbano, como é o caso de escola municipal.

São equipamentos importantes a serem citados no bairro: a capela e o seu salão de festas; os dois campos de futebol (Cruzeiro e Santa Maria); a escola municipal de educação infantil; a destilaria Scherer; a destilaria do Vicentinho Schmitt; a madeireira Schappo; e fábricas de móveis, como a Möbel.



Figura 5 / 6 / 7 / 8 – Fotos do bairro Santa Maria. Fonte: fotos do autor.



Figura 9 – Foto aérea do bairro Santa Maria. Fonte: Google Earth. Modificado pelo autor.

8.2.2 | Egito

A produção agrícola no bairro não se destaca quando comparado com o restante da Microbacia do Rio Santa Maria: ele se localiza na parte mais alta do município. Em geral, as edificações se localizam ao lado da estrada principal do bairro, que leva até o município de Angelina, este provavelmente é o principal fator da baixa produtividade do bairro: a falta de terras planas e produtivas.

O principal equipamento existente no bairro é a capela e o salão de festas junto a ela, onde anualmente é realizada a tradicional festa do seu padroeiro.

8.2.3 | Rancho Miguel

O bairro, apesar de pequeno e com poucas famílias, apresenta uma produção agrícola considerável. Nele não existem equipamentos importantes e que tenham influência em outro território.

8.2.4 | Braço do Norte

Este bairro é um dos principais na produção de caixarias na Microbacia do Rio Santa Maria. Apesar do terreno montanhoso, a produção agrícola é realizada tanto nas planícies, mais próxima ao rio, quanto nas partes mais altas. Ali a topografia mesmo sendo uma determinante importante, os agricultores acabaram por tirar proveito também dela.

Os equipamentos mais importantes existentes no bairro, são: a destilaria Kreff e a madeireira Schappo.



Figura 10 / 11 / 12 – Fotos do bairro Braço do Norte. Fonte: fotos do autor.

8.3 | Setor 03 | Bacia do Rio Biguaçu

8.3.1 | Usina

O bairro se localiza logo ao lado da mancha urbana do município, portanto apresenta características de transição e de conexão entre a parte rural e urbana de Antônio Carlos. Além desta conexão com a parte rural, no bairro também existe uma conexão com São Pedro de Alcântara, que é bastante utilizada pelos residentes do município vizinho para usar dos serviços ofertados em Antônio Carlos. Usina se caracteriza por apresentar certo equilíbrio na quantidade de produção de hortaliças e de caixarias.

A comunidade Usina apresenta uma ocupação bastante dispersa no território, não sendo perceptível nenhuma centralidade ou algum equipamento que desempenhe esta função. Os principais equipamentos existentes no bairro, são: uma fábrica de móveis; uma agroindústria de conservas de verduras (Anita); fábrica de blocos de concreto; uma agroindústria de beneficiamento de hortaliças (Chácara Beija-flor); e uma agroindústria de lavagem de cenoura.



Figura 13 / 14 / 15 / 16 – Fotos do bairro Usina. Fonte: fotos do autor.

8.4 | Setor 04 | Micro bacia do Rio Farias

8.4.1 | Alto Rio Farias

Os dois circuitos agrícolas – o de hortaliças e o de caixarias – se apresentam de forma bastante homogênea no bairro. Entre as caixarias os produtos agrícolas de maior destaque são chuchu, batata e cenoura; já entre as hortaliças os produtos que mais são cultivados são cebolinha, rúcula e principalmente a alface. No bairro não existe nenhuma centralidade definida claramente, o equipamento que mais cumpre com esse papel é o campo de futebol do bairro (Rio Farias) onde junto a ele. Outros equipamentos importantes no bairro são: o parque aquático Recanto do Sol e uma agroindústria de beneficiamento de milho verde (Pamonha DJ). É também nesta comunidade onde está localizada a estação de captura e de tratamento de água potável que abastece o restante do município.



Figura 17 / 18 / 19 – Fotos do bairro Rio Farias. Fonte: fotos do autor.

8.4.2 | Santa Bárbara

Este é um dos principais bairros na produção de caixarias do município: grande parte da comunidade está localizada na planície que conecta com os bairros Louro e Santa Maria. O bairro também apresenta certa urbanidade e uma centralidade bastante definida: no entorno da capela e do campo de futebol se concentram a maior parte dos moradores e equipamentos de apoio, como mercearias.

Os principais equipamentos do bairro são: a capela e o salão de festas; o campo de futebol (Internacional); uma agroindústria de lavagem de cenoura; uma agroindústria de beneficiamento de mandioca (Aipim Chips); e uma fábrica de móveis planejados.



Figura 20 / 21 / 22 – Fotos do bairro Rio Farias. Fonte: fotos do autor.



Figura 23 – Foto aérea do bairro Santa Bárbara. Fonte: Google Earth. Modificado pelo autor.

8.5 | Setor 05 | Micro bacia do Rio Rachadel

8.5.1 | Rachadel

Esta é uma das comunidades mais importantes do município, principalmente pelo papel desempenhado por sua capela no circuito de festas da cidade, sendo realizada ali duas grandes festas a da Hortaliça e a do Senhor Bom Jesus e também desempenhando um papel de centralidade com outros bairros, como o Rio Farias. O bairro também desempenha um importante papel circuito das hortaliças no município, sendo responsável por parte considerável desta produção agrícola. Também é importante destacar a existência de uma escola municipal de educação infantil, o que evidencia o papel de centralidade que o bairro exerce. São importantes equipamentos a serem destacados no bairro: a capela e o salão de festas; uma agroindústria de beneficiamento de hortaliças; e pequenas mercearias.



Figura 27 – Foto aérea do bairro Rachadel.

Fonte: Google Earth. Modificado pelo autor.

8.5.2 | Vila Doze

Provavelmente este é o bairro com maior produção de hortaliças no município, destacando-se culturas como o agrião, a alface, a cebolinha e a rúcula. Por conta da pouca área plana existente no bairro, é perceptível a adequação e o domínio da topografia para o cultivo dos produtos agrícolas pelos agricultores. Uma característica marcante no bairro é a alta densidade populacional, o que gera um aspecto urbano no caminhar sobre aquele lugar: as casas estão mais próximas umas das outras e mais próximas da Estrada Geral que cruza a comunidade. Se percebe um vínculo bastante forte destas pessoas com aquele território e com a dinâmica da comunidade, nas suas relações de vizinhança, nas atividades econômicas e nos serviços de apoio àquela comunidade.

Os principais equipamentos geradores de urbanidade no bairro, são: a capela e o salão de festas; o campo de futebol (Vila Doze); e pequenos comércios.



Figura 28 / 29 / 30 – Fotos do bairro Vila Doze. Fonte: fotos do autor.

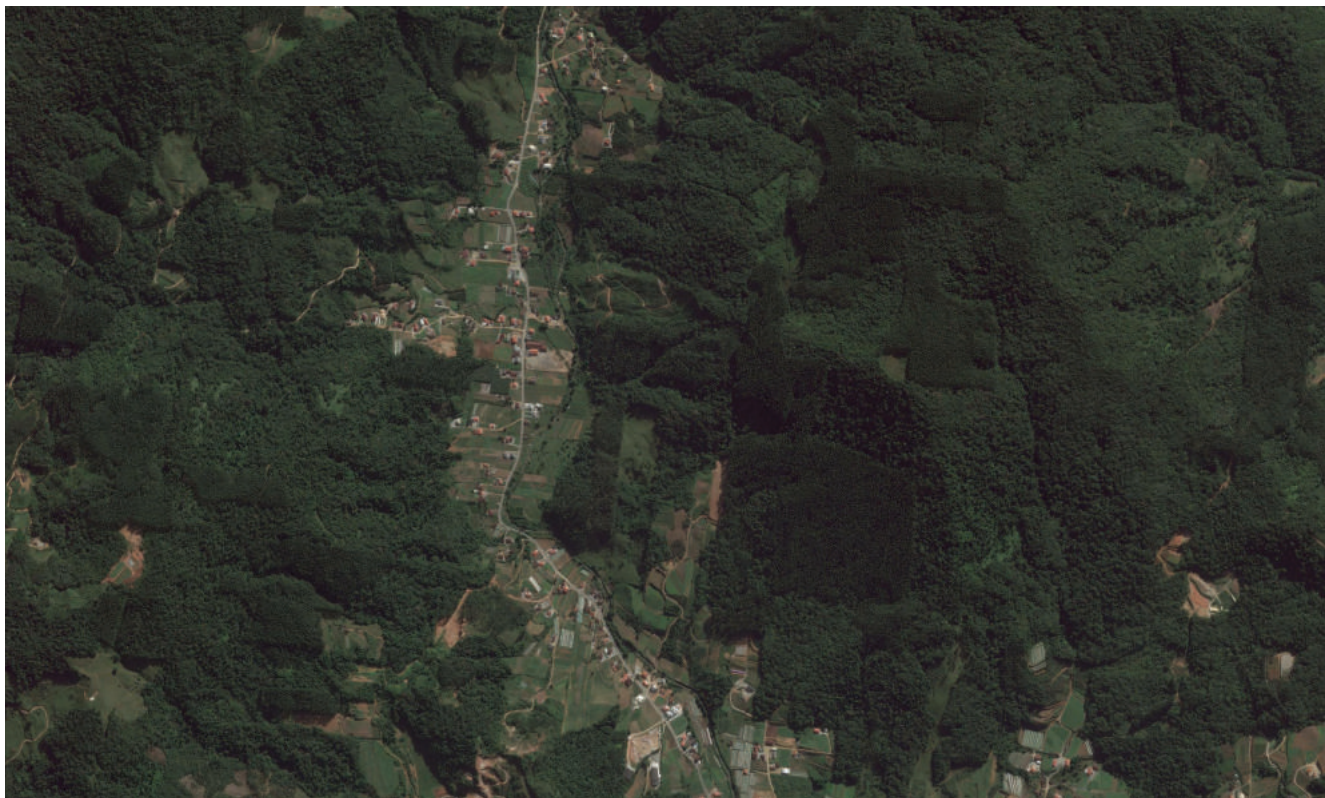


Figura 31 – Foto aérea do bairro Vila Doze. Fonte: Google Earth. Modificado pelo autor.

8.5.3 | Guiomar

Assim como o bairro Usina, que desempenha um papel de transição e de conexão entre a parte urbana e rural do município, a comunidade Guiomar apresenta certa semelhança. Uma característica marcante do bairro é a inexistência de uma centralidade de bairro que produza certa urbanidade e interação social suficiente para a reunião de pessoas de diferentes idades e sexo. Outro acontecimento importante no bairro é a expansão da malha urbana sobre a comunidade: a criação do Loteamento Portal Europeu abre espaço para a expansão imobiliária sobre o bairro – anteriormente a expansão urbana se dava quase somente na direção de Canudos e nas proximidades da fábrica Vonpar.

Nesta comunidade há uma escola de ensino fundamental mantida pela prefeitura que oferece aulas da 1ª a 4ª série. Nela, não existem estabelecimentos comerciais, o único equipamento que se aproxima disso são dois viveiros de criação de mudas para hortaliças.

8.5.4 | Guiomar de Dentro

A partir do recorrido por este bairro, foi perceptível a sua distinção do restante das comunidades do município. Existe uma quantidade significativa de construções com baixa qualidade, baixa densidade com urbanidade quase inexistente e um grande número de sitiantes. A principal atividade agrícola no bairro é a pecuária e a plantação de grama, sendo possível de observar em alguns pontos também plantações de caixaria, principalmente milho, aipim e banana.

É notável que alguns pontos onde antes eram cultivadas culturas de caixaria, ocorreu uma substituição desta produção pela grama, fato que acontece em outros pontos do município. Esta comunidade não apresenta nenhum tipo de comércio, é uma comunidade bastante dispersa no território o que provavelmente dificulta tanto a sua organização social, quanto a manutenção de qualquer comércio ou equipamento rural no local.



Figura 32 / 33 / 34 – Fotos do bairro Guiomar de Dentro. Fonte: fotos do autor.

8.5.5 | Guiomar de Fora

Por ser um bairro de transição entre o meio rural e o meio urbano esta comunidade já parece ter maior vida social que a anterior, mesmo sem ter algum equipamento que seja o gerador desta urbanidade. Isso é possível, principalmente pela relação de vizinhança criada com a maior densificação do bairro e pela proximidade com o centro urbano do município.

A ocupação agrícola do bairro é dada mais no seu interior, ficando a ocupação residencial no entorno da via principal do bairro.

8.6 | Setor 06 | Micro bacia do Rio Ribeirão Vermelho

8.6.1 | Canudos

Historicamente, este bairro é uma continuidade da parcela urbana do município. Porém, ele desempenha um caráter de periferia, onde se nota um padrão construtivo inferior ao do restante do município. Esta comunidade não está inserida em nenhum dos dois circuitos agrícolas, porém é importante destacar o seu caráter de expansão urbana onde a paisagem rural permeia a cidade.

A principal atividade agrícola do bairro é a criação de gado, atividade esta que é usada para a manutenção do uso das terras, tendo em vista a urbanização daquele lugar num futuro próxima: é bastante comum se encontrar loteamentos quase vazios neste bairro. Outra atividade agrícola que aparece em grande quantidade no bairro é a produção de gramas

Os principais equipamentos existentes são: a capela; o campo de futebol (Canudense); o Parque Aquático Recanto da Natureza; algumas pequenas mercearias; equipamentos da prefeitura como a Secretaria da Agricultura e de Obras; e uma agroindústria de beneficiamento de carne de rã.



Figura 35 / 36 / 37 – Fotos do bairro Canudos. Fonte: fotos do autor.

8.6 | Conclusão

As atividades exercidas sobre estes territórios implicam diretamente na paisagem ali existente. O rural, portanto, é a conjunção de diferentes lugares, de diferentes ruralidades, onde semelhanças podem ser observadas, mas a afirmação de ser um território homogêneo não pode ser estabelecida. Segundo, João Rua (2006), o rural é um território heterogêneo que conserva diversas especificidades, criando em diversas situações espaços híbridos, fruto da interação entre o urbano e o rural, sendo estas múltiplas territorialidades vivenciadas por diferentes atores sociais, já citados anteriormente. Se faz necessário “tentar compreender este intrincado processo de “criação de identidades territoriais”, não como um “novo rural”, mas como novas territorialidades, híbridas, mistas de “urbano” e “rural”. É a ideia que João Rua defende de “urbanidades no rural” . (RUA, 2006, p. 88)

O estudo destas urbanidades é necessário para o entendimento da dinâmica interna destas comunidades, evidenciando suas diferenças, suas espacialidades e as especificidades de cada bairro do município, com o objetivo de destacar a produção agrícola heterogênea e a conformação de urbanidades naquele lugar. “Procura-se entender as intrincadas formas de produção do espaço rural, manifestadas em territorialidades híbridas - urbanidades no rural - integradas à lógica geral do desenvolvimento do capitalismo.” (RUA, 2006, p. 83)

9 | Diretrizes gerais

O referencial teórico citado neste texto norteou a leitura e análise do lugar em estudo. A partir dele foi possível entender mais claramente a relação dos atores com aquele território, assim como com as instituições de apoio a eles e as dinâmicas econômicas que ali se espacializam. Antônio Carlos não é um território homogêneo: aquele lugar conserva especificidades e se relaciona com escalaridades bastante distintas. É necessário destacar as relações de horizontalidades e verticalidades a fim de fortalecer as relações da escala local, que Milton Santos chama de território banal.

9.1 - Valorização da agricultura familiar, de forma que o agronegócio (o latifúndio e o grande capital) não dominem a produção agrícola. Buscar a introdução de técnicas alternativas de produção, como os orgânicos.

9.2 - Maior controle por parte do agricultor no circuito de produção e consumo: a diminuição do controle dos intermediários do circuito de venda da produção agrícola é fundamental para este ponto. A reavaliação da importância da Ceasa neste processo também é importante, levando em consideração o papel do pequeno agricultor dentro daquele equipamento.

9.3 - Fortalecimento político dos agricultores: reintrodução do Sindicato como Instituição de defesa dos interesses dos agricultores, se mostrando assim como instrumento político de luta pelos direitos camponeses.

9.4 - Trabalhar as diferentes escalaridades: Rural x Rural | Rural x Cidade | Rural x Metrópole. A primeira escala seria a relação entre as propriedades agrícolas na escala de bairro, buscando fortalecer o papel das centralidades rurais como elementos criados de urbanidades. A segunda se dá na escala municipal, da relação do território rural com a parcela urbana do município, levando em consideração a teoria de 'cidades no rural' de Milton Santos: a cidade cumpre um papel de suporte as atividades agrícolas. Já a terceira escala se dá entre os agricultores e a escala metropolitana, de forma que a sua produção atinga desde o comércio de rua às grandes redes de supermercados.

9.5 - Proposição da criação de uma Cooperativa agrícola no município de Antônio Carlos, a fim de proporcionar uma maior aproximação dos agricultores com o consumidor final. Inserção do equipamento da cooperativa na dinâmica urbana de maneira que estes agricultores conquistem visibilidade dentro do município. Fortalecer o papel de cidade como apoio ao rural e evidenciar o papel de centralidade daquele território.

9.6 - O corpo social da cooperativa será conformado por pequenos agricultores que se baseiam na produção de caixarias e que se localizam dentro do recorte já estabelecido anteriormente.

|Parte 05: Proposições conceituais

10 | Temática recorte e recorte do território

A partir de conversas com pessoas que vivenciam o processo de venda da produção agrícola no dia-a-dia, especialmente agricultores e sacoleiros, estes últimos têm contato direto com a Ceasa, foi possível verificar que a produção em caixaria tende a estar vinculada a intermediários, que por sua vez se vinculam à dinâmica da Ceasa, se submetendo à concorrência com os Boxistas. Já o circuito das hortaliças tende a ser mais direto, sendo menos comum a passagem pela Ceasa, o que possibilita a atuação em outros nichos de mercado.

Com base nos estudos das dinâmicas agrícolas existentes em Antônio Carlos durante o TCC 1 (ver página 29), foi possível verificar que os diferentes circuitos de produção se territorializam de forma distinta no município, isso por conta da conformação geográfica e do tamanho dos lotes: a produção de caixarias se concentra em terras planas e em propriedades maiores, em geral próximo a 4 hectares (dado não oficial, retirado a partir das entrevistas).

Tendo em vista a dinâmica que o circuito das caixarias está inserido, se delimitou esta como a produção agrícola de recorte deste trabalho, destacando principalmente a sua problemática quanto ao seu processo de venda pelos agricultores.

Produção de caixaria em 2016:

Produção agrícola	
	2016
Cenoura	26.400 t
Beterraba	26.400 t
Batata-doce	17.820 t
Mandioca	14.520 t
Chuchu	10.800 t
Berinjela	6.000 t
Pimentão	4.400 t
Abóbora	2.400 t

Caixarias

Tabela 06: principais produtos agrícolas. Fontes: REITZ, 1988, p. 101 (adaptado) e EPAGRI/Antônio Carlos.

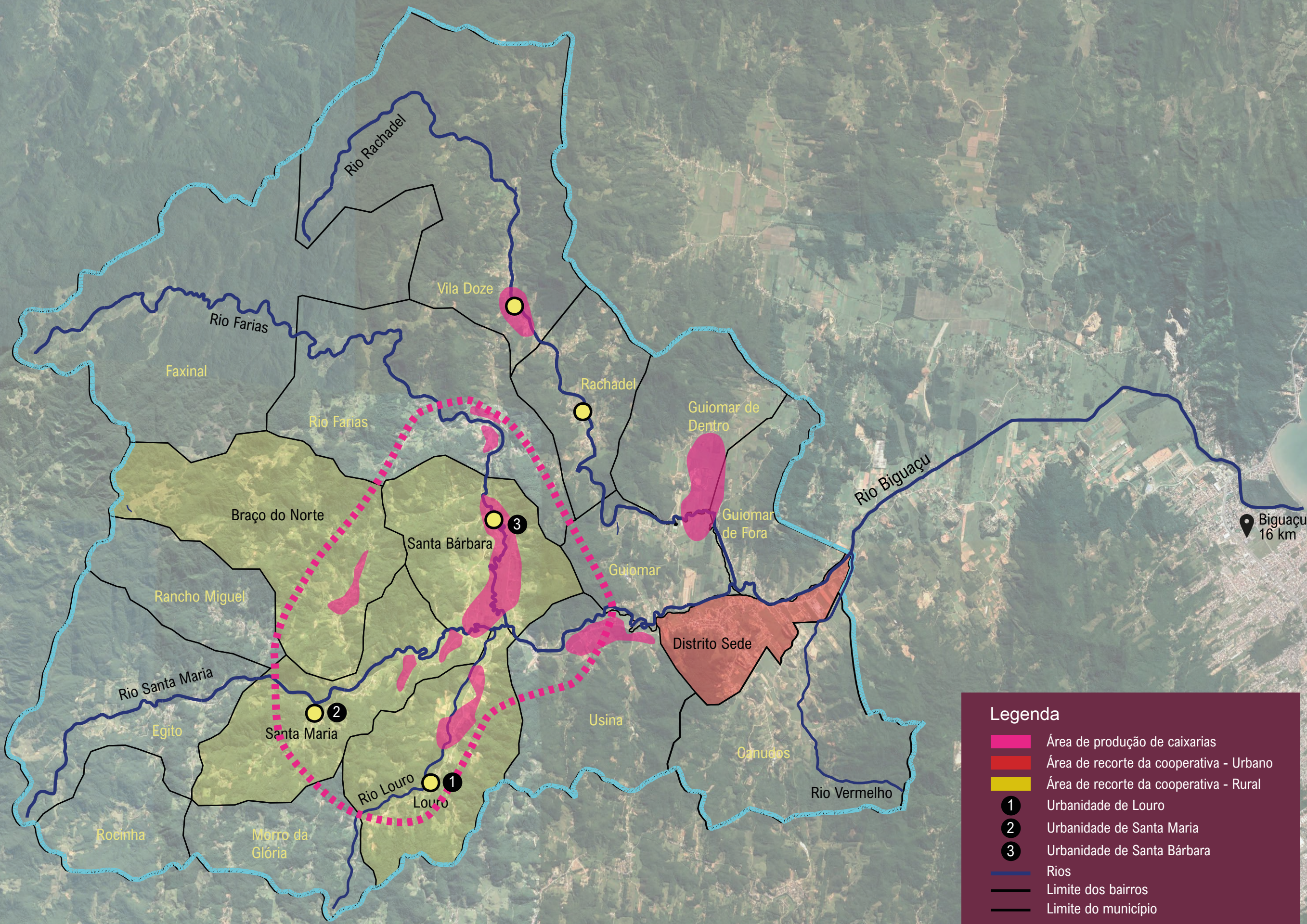
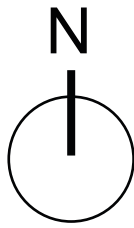
Visto que a área de produção de caixarias se territorializa em um ponto distinto das hortaliças em Antônio Carlos, foi realizado um recorte do território rural para aprofundamento deste Trabalho (ver mapa 5). Os principais bairros com produção de caixarias no município são Louro, Santa Maria, Braço do Norte e Santa Bárbara, sendo, todos, bairros que contêm ruralidades, por ali se concentrarem atividades que assim os definem.

Ainda dentro da definição da área de recorte, optou-se também pela inserção da parcela urbana do município – o Distrito Sede. Mesmo este bairro não apresentando produção agrícola significativa, ele desempenha o papel de cidade no rural, termo este descrito por Milton Santos (1993). O Distrito Sede tem a característica de suporte às demandas da parcela rural e suas “atividades agrícolas circundantes que dependem dessas atividades”. (SANTOS, 1993, p. 76)

É inegável que a parcela urbana do município se insere nestas características, por mais que ela tenha sua dinâmica própria, a sua relação de dependência com as atividades rurais se sobressai. Também é necessário destacar a importância que o Distrito Sede desempenha como centralidade e concentrador de equipamentos de suporte ao rural: é ali onde se localiza a sede da Epagri no município, do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais, da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente e também onde está a Prefeitura Municipal.

Assim, portanto, se define a temática recorte deste trabalho, que nos leva a um recorte do lugar: ao relacionar os bairros rurais com a produção agrícola, também se faz necessário destacar o papel e a importância da parcela urbana do município no contexto rural.



Legenda

- Área de produção de caixarias
- Área de recorte da cooperativa - Urbano
- Área de recorte da cooperativa - Rural
- 1 Urbanidade de Louro
- 2 Urbanidade de Santa Maria
- 3 Urbanidade de Santa Bárbara
- Rios
- Limite dos bairros
- Limite do município

MAPA DE RECORTE TEMÁTICO E DO TERRITÓRIO
escala gráfica indicada

MAPA 05



Neste capítulo se propõe o estudo da rede de produção e venda agrícola existente em contraposição com uma proposta de nova rede que surge a partir da análise das dinâmicas existentes na relação entre o agricultor e o mercado consumidor. Esta proposta se dá com a inserção de novas instituições e agentes que atuem na problemática levantada na análise da Rede existente.

Muito deste capítulo é reflexo dos estudos já realizados anteriormente, como os atores, as instituições, as diferentes escalaridades e as relações entre estes diversos protagonistas. Estas redes refletem relações horizontais e verticais que se especializam no território e nas dinâmicas ali existentes.

“O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas”. (SANTOS, 2005, p.256)

“Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes”. (SANTOS, 2005, p. 259)

11.1 | Rede atual

Atualmente a agricultura familiar no Brasil segue as regras ditadas pelo agronegócio e pelas grandes agroindústrias, que determinam a lógica dos circuitos agrícolas criando dependência de insumos e de tecnologia, e determinando as demandas e os preços pagos aos pequenos agricultores. Por mais que os agricultores não de Antônio Carlos não participem diretamente do circuito agrícola do agronegócio, eles estão inseridos neste mesmo ao terem de concorrer e terem o mesmo destino final de venda que os grandes proprietários de terras: a Ceasa.

“Na produção temos basicamente três formas, a produção empresarial de grande porte (agronegócio) destinado basicamente à produção de soja, milho, cana, celulose e criação extensiva de gado, a produção familiar integrada diretamente às cadeias do agronegócio e a agricultura camponesa com suas diversas formas e identidades pelo Brasil profundo afora. 70% dos alimentos que vão à mesa da população são produzidos pela agricultura camponesa, porém, a chegada deste alimento é mediada pelas cadeias de supermercados e agentes atravessadores da produção que se impõem sobre os camponeses.

A produção efetivada pelo agronegócio e pelo setor familiar integrado às cadeias produtivas busca exclusivamente melhores taxas de lucro, não há um compromisso social com a produção de alimentos, não há uma conexão entre produção e consumo, desta forma planta-se e cria-se aquilo em que há maiores perspectivas de lucro ou maiores garantias de renda, como interessa à política econômica adotada a exportação de commodities agrícolas essas são protegidas e incentivadas em detrimento de uma política de produção de alimentos para abastecimento interno. Isto não é novo, é desde a primeira lavoura de cana no século XVI. O abastecimento interno é garantido pela agricultura camponesa, teimosa, resistente que se nutre de uma utopia lhe conservando a capacidade de produção de alimentos. Havendo déficit

de algum produto busca-se no mercado externo, sendo também uma importante fonte de abastecimento alimentar as importações.

É um contrassenso, um país de dimensões continentais, imensa área territorial agricultável, exportador de matérias primas agrícolas ter que importar alimentos para garantir o abastecimento, isso demonstra que o abastecimento interno se dá ao acaso, não há uma política estruturante, uma primeira elaboração de um Plano Nacional de Abastecimento foi destruído antes de ser implementado pela ditadura militar em 1964.

A divisão territorial da produção brasileira segue as leis gerais do capital, especialização, escala, aumento de composição orgânica, etc, com finalidade exclusiva de auferir maiores taxas de lucro, é esta política que colocou a produção de arroz brasileira no Rio Grande do Sul, a carne bovina no Norte, os grãos no centro-oeste, suínos, aves e lácteos no centro sul. Esta forma de produção se mostra intensiva em insumos externos à unidade de produção, petrodependente e desconectado das demandas de consumo local. Fugir ou contrapor-se a essa divisão significa estar fora do mercado, dificultando a geração de renda e a reprodução da família, assim o agronegócio impõe à agricultura camponesa a sua lógica de produção e abastecimento, contudo, há, e em grandes dimensões resistências”. (MÍDIA NINJA, 2018)

Dentro da lógica de produção e venda atual, o pequeno produtor rural da Grande Florianópolis é pouco valorizado: ele, de um modo geral, está subordinado aos interesses dos intermediários e boxistas, que acabam determinando os preços e a demanda pela sua produção agrícola. A Ceasa acaba sendo um campo de competição onde os agricultores familiares já saem prejudicados: geralmente, eles vendem suas mercadorias para intermediários que concorrem com os preços estabelecidos pelos boxistas. Como a agricultura em Antônio Carlos e no restante da Região metropolitana se baseia na pequena propriedade familiar, a produção destes agricultores e o poder de concorrência com o boxistas se dá de forma desigual.

Os boxistas, que são os donos de Box na Ceasa, como maneira de ofertar produtos mais baratos e mais competitivos no mercado acabam buscando produtos em outras Ceasas e diretamente de latifundiários de outros estados. Por regulação interna da Ceasa, somente os boxistas podem trazer mercadorias de outros estados para vender naquele espaço, o que possibilita a estes intermediários o controle do preço e da oferta de produtos existente na Ceasa, tornando o agricultor refém desta lógica de venda da produção agrícola na Grande Florianópolis, determinada unicamente pelos interesses dos boxistas. Esta dependência criada com a venda da produção na Ceasa, insere o pequeno agricultor numa lógica ainda mais complexa de circuito agrícola: o pequeno agricultor compete com o agronegócio para a venda da sua produção, porém os grandes produtores rurais acabam regulando o mercado – determinam os preços e as demandas de produção agrícola.

Os agricultores de Antônio Carlos estão inseridos no que chamamos de Cadeia Longa de Comercialização, que no Brasil tem como principal arquétipo deste modelo as Ceasas. (CASTELLANO, 2012) “O Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil, mais conhecido por “Sistema Ceasas”, (...) pode ser analisado como uma rede de logística complexa, composta por um conjunto de agentes que disponibilizam de entrepostos e capacidade de transportes de grande porte, possibilitando a reunião dos produtos a nível nacional, facilitando a distribuição através dos mais diversos canais de comercialização, em centros urbanos, e mercados regionais” (CASTELLANO, 2012, p. 27). Este circuito é assim chamado por conta da existência de intermediários no processo de venda da produção agrícola.

Segundo a prefeitura municipal de Antônio Carlos, “aproximadamente 60% da produção vão para as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (Ceasa) de São José, onde pelo menos 14% dos produtos comercializados brotam das terras de Antônio Carlos”. Este dado nos mostra a importância que a Ceasa tem como destino final da produção agrícola do município, sendo, portanto, este um fator determinante na dependência dos pequenos agricultores aos interesses dos intermediários e dos boxistas.

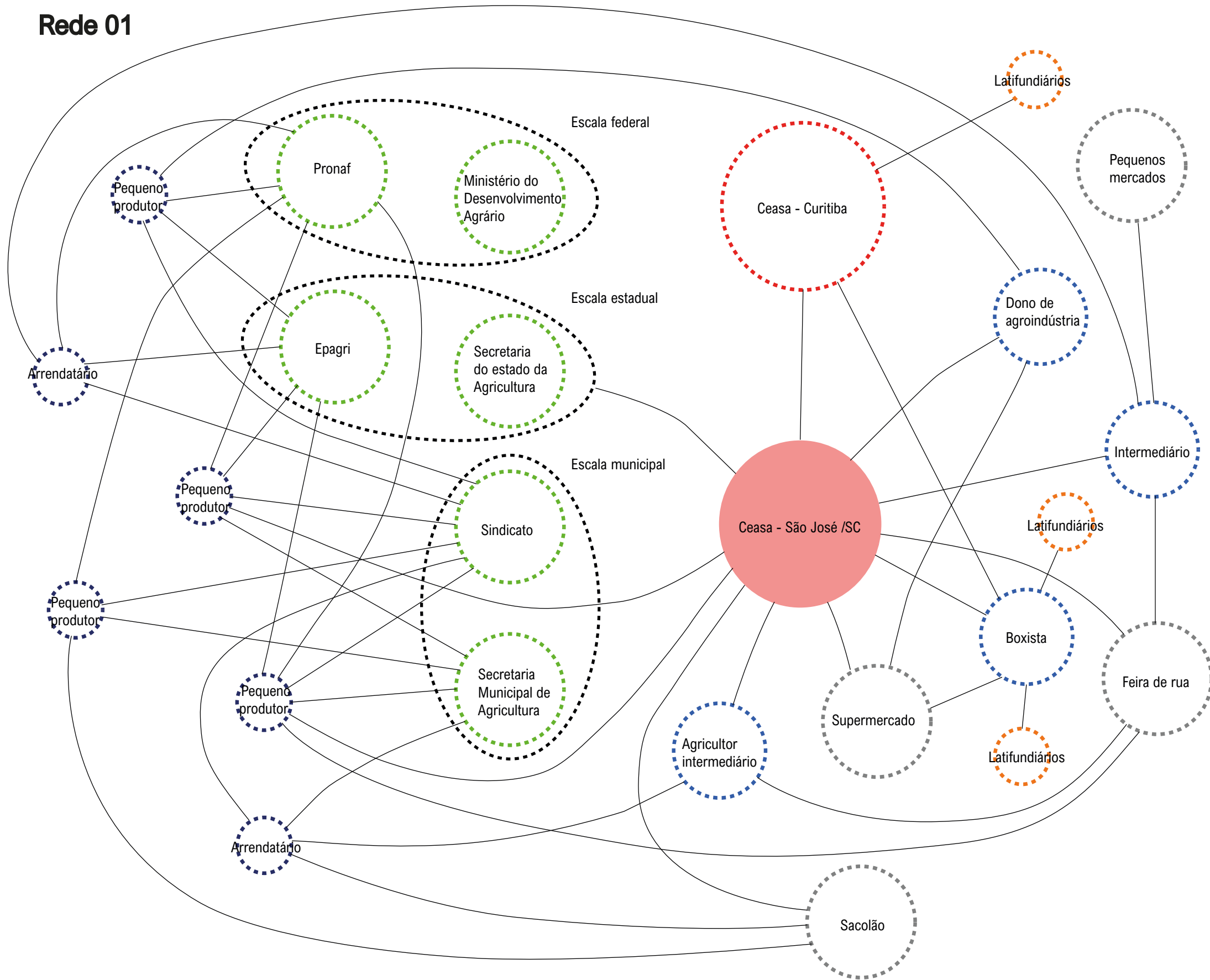
Desta maneira, não existe um contato direto entre o agricultor e o mercado final, existindo um distanciamento entre estes territórios e estes atores. Outro ponto que se nota é que as instituições de suporte aos agricultores agem somente no que diz respeito à produção agrícola, não interferindo na venda da produção e na aproximação do agricultor com o mercado consumidor final – que geralmente são as feiras de rua, os sacolões, os supermercados, etc.



Figura 39: Loja na Ceasa. Fonte: <http://www.imagemdailha.com.br/blog/ceasasc-tera-novo-horario-de-funcionamento.html>. Acesso em 03/06/2018

Figura 40: Intermediários vendendo na Ceasa. Fonte: <http://www.imagemdailha.com.br/blog/ceasasc-tera-novo-horario-de-funcionamento.html>. Acesso em 03/06/2018

Rede 01



A rede atual

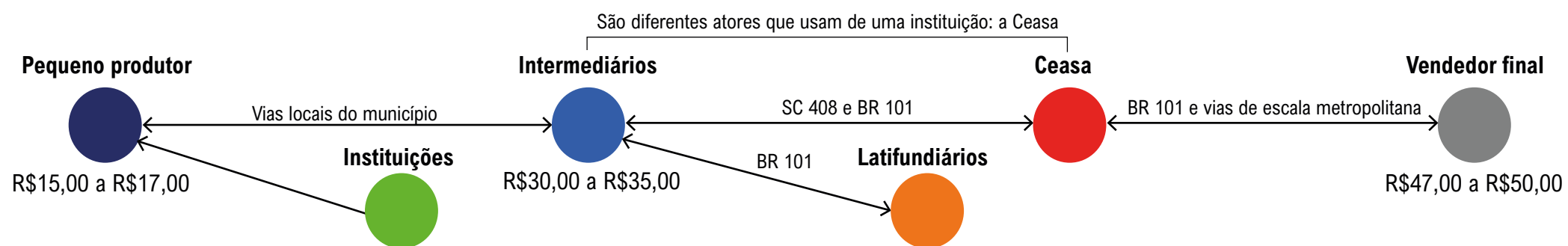
Nesta rede de produção-venda, o agricultor depende do intermediário para conseguir vender sua produção. Este, acaba por definir o preço pago ao agricultor por sua mercadoria, criando uma relação de dependência e subordinação do produtor rural com os intermediários. É notável a importância da Ceasa-São José dentro deste circuito agrícola.

Atualmente a relação do **agricultor** com o mercado consumidor final é dada a partir do intermediário, ou seja, não existe o contato direto do produtor com o vendedor da produção agrícola. Esta relação produtor-vendedor acontece em alguns poucos casos, que podem ser colocados como exceção.

As **instituições** dão suporte a atividade produtiva dos agricultores, seja na sua escala econômica, técnica e social; porém elas não atingem a escala da venda da produção agrícola. Os **intermediários** se relacionam diretamente com as **instituições intermediárias**, neste caso representadas pelas Ceasas. Ainda dentro deste mesmo grupo existem intermediários, como é o caso dos boxistas (os que têm box dentro da Ceasa) que se relacionam com outras escalas de produção, baseadas no latifúndio e que estão deslocados do território metropolitano da Grande Florianópolis. As **vendas finais** em geral estão ligadas às instituições intermediárias e a intermediários como donos de agroindústrias e boxistas.

Legenda

- Pequenos agricultores
- Latifundiários
- Instituições
- Instituições intermediárias
- Intermediário
- Venda final



11.2 | Rede proposta

Tendo em vista a problemática levantada a partir do estudo da atual rede de produção e venda de caixarias no município de Antônio Carlos, foi realizada uma proposta que busca uma aproximação entre o agricultor e o consumidor final, a partir de uma nova rede logística entre estes atores.

A primeira mudança está relacionada com uma mudança na técnica de produção agrícola, que atualmente está baseada no método convencional de cultivo, aonde se faz o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, sem um plano de manejo do solo e o uso consciente dos recursos hídricos. Se propõe, a migração destes agricultores para uma produção agroecológica, a fim de aproximar os agricultores à uma consciência ecológica de respeito às dinâmicas naturais, às condicionantes ambientais, a saúde destes agricultores e uma mudança nas relações de trabalho hoje impostas.

A segunda mudança proposta nesta Rede se dá com a criação de uma Cooperativa Agrícola no município de Antônio Carlos. Ela, a princípio, se constituiria por agricultores com produção de caixarias e em processo de migração para a produção orgânica. A Cooperativa será o principal instrumento de aproximação do agricultor com o mercado consumidor, possibilitando, desta maneira, um maior controle do agricultor no processo de produção e venda, assim como uma maior estabilidade de preços e de demandas por produção. Portanto, a Cooperativa surge como instituição de organização político-econômica e de emancipação destes agricultores.

O terceiro ponto que aparece nesta proposição é a inserção desta Cooperativa Agrícola, citada anteriormente, na Rede Ecovida de Agroecologia, e posteriormente a inserção desta Cooperativa, já vinculada a Rede Ecovida, em uma Cooperativa Central, com a finalidade de ser criada uma Central de distribuição de produtos orgânicos na Grande Florianópolis.

A Rede Ecovida de Agroecologia é uma Associação de grande importância nacional, pois surgiu devido à necessidade de cooperação entre agricultores familiares que optaram pela produção ecológica, possibilitando dessa forma, a conquista de espaço nas políticas de produção ecológica, possibilitando dessa forma, a conquista de espaço nas políticas públicas, tecnologias de produção, além de trocas de informações e experiências. A Rede envolve cerca de 4.500 famílias, organizadas em Grupos e Associações regionais, abrangendo 352 municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, é organizada através de 27 Núcleos Regionais, conforme semelhanças climáticas e culturais. Seu objetivo principal é o desenvolvimento e a viabilização de Agroecologia no Sul do país, através da realização de ações para integração entre agricultores e organizações, trocas de experiências, assistência técnica, discussões e construção coletiva de conhecimentos e soluções, que visam valorizar a biodiversidade, a cultura e o trabalho das famílias de agricultores envolvidos com a Rede, além de incentivar o acesso a mercados locais e aproximação entre produtores e consumidores. (ECOVIDA, 2018)

A partir desta rede onde estão organizados diversos grupos de agricultores e Cooperativas de produção agroecológica, surge a proposição de criação de uma Cooperativa Central para melhor organização da logística e cooperação entre diferentes Cooperativas agrícolas da região metropolitana

A Cooperativa Central e a Central de Distribuição de orgânicos surgem a partir da proposição da aluna do curso de Agronomia Flora de Oliveira Castellano, orientada pelo professor Oscar José Roover, no seu Trabalho de Conclusão de Curso.

“A organização de uma Cooperativa Central de organizações de agricultores familiares e consumidores de alimentos orgânicos de Santa Catarina, tem como principal objetivo a viabilização de uma Central de reunião e distribuição de produtos orgânicos da Agricultura Familiar na Grande Florianópolis. Incentivada principalmente pela necessidade de

criarem uma articulação que facilite a logística e gestão operacional da comercialização, permitindo o melhor atendimento ao mercado.

O objetivo principal dessa iniciativa é a constituição de uma plataforma de apoio e estudos da comercialização de produtos orgânicos da Agricultura Familiar de Santa Catarina. Servindo como um canal de comercialização alternativo aos encontrados atualmente, facilitando a aproximação e comunicação entre produtores e consumidores.

A articulação entre essas organizações, possibilitaria também o planejamento da logística de reunião e distribuição de produtos. Através da elaboração, e o acesso aos canais de comercialização. Dessa forma, menos caminhões teriam que circular nas estradas e cidades, diminuindo os gastos econômicos e ambientais.

A gestão operacional centralizada, permitiria a criação de um ponto de referência para os clientes da Grande Florianópolis, facilitando a articulação entre oferta e demanda, auxiliando assim, o planejamento da produção, e maior acesso ao mercado consumidor. As organizações envolvidas nessa iniciativa são: a Cooperativa da Agricultura Familiar do Vale do Rio Tijucas e Itajaí Mirim (Coopertrento); a Associação de produtores rurais, pesqueiros, e artesanais de Garopaba; a Associação Água Corrente, do município de São Bonifácio; a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba (Acevam); a Cooperativa Ecológica dos Agricultores Artesãos e Consumidores da Região Serrana (Ecoserra); o Instituto ECO, do município de Paulo Lopes; o Centro Motivação Ecológica Alternativas (Cemear); a Associação das Cooperativas e Associações de Produtores Rurais do Oeste de Santa Catarina (Ascooper); e a Cooperativa de Desenvolvimento Regional (Cooperfamília).

(...)

A Cooperativa Central prevê a comercialização de produtos em transição, com o objetivo de incentivar a transição de agricultores convencionais para a Agricultura Orgânica. Dessa forma, as famílias de agricultores teriam maior oportunidade de viabilizarem economicamente suas produções.

Conforme entrevistas realizadas com os representantes das organizações, as principais expectativas com a organização da Cooperativa Central são: Compartilhar a logística de transporte; Transportar cargas completas, barateando assim o frete; Centralizar a oferta de produtos próxima a Florianópolis; Aumentar o volume e diversidade de oferta de produtos; Abrir mercados na capital e outras regiões; Atingir mais consumidores; Incentivar mais agricultores a transitarem da agricultura convencional para a orgânica”.

(CASTELLANO, 2012, p. 34/35)

Portanto, a proposta é a inserção da Cooperativa Agrícola de Antônio Carlos numa cadeia de relação com as demais Cooperativas de produção agroecológica do núcleo Litoral da Rede Ecovida, visando fortalecer a ideia de economia solidária, produção de alimentos com respeito ao meio ambiente e o fortalecimento da agricultura familiar.

Por último, a quarta mudança proposta, se dá na busca por novos nichos de mercado, com consumidores mais conscientes e que valorizem produtos de origem orgânica e produzidos pela agricultura familiar. Busca-se uma relação com a ideia de consumerismo e não de consumismo na venda desta produção, de forma que seja destacado este como produto com uma origem conhecida, inserido numa cadeia curta de comércio e que o trabalho do agricultor seja valorizado.

“A construção de alternativas comerciais para a Agricultura Familiar, deve ser construída através da articulação entre produtor e consumidor, possibilitando a troca de experiências, sugestões e críticas. Favorecendo assim, o planejamento e ampliação da produção, e compartilhamento de seus custos e dificuldades.

O apoio do consumidor, além de atender às necessidades individuais, expressa também, a valorização ao meio ambiente e a culturas tradicionais. Na sociedade atual, que prioriza as relações e atividades urbanas, é na alimentação que encontramos o elo mais forte entre campo e cidade. A procura por produtos orgânicos, engloba além da busca pela saúde, uma busca pela identidade, onde no prazer de comer bem, relações sociais e vínculos com a natureza podem ser estabelecidos. Dessa forma, a relação entre produtor e consumidor, deixa de ser apenas comercial e passa a se basear em valores.

O mercado institucional é também uma importante alternativa comercial para produtos orgânicos da Agricultura Familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”. (CASTELLANO, 2012, p.45)

“Para consolidação de Cadeias Curtas de Comercialização de produtos orgânicos da Agricultura Familiar brasileira, além do apoio do poder público, é necessário também o apoio dos consumidores, optando por adquirir produtos comerciais que possibilitem a aproximação com os produtores, fortalecendo assim, uma economia mais justa, que respeite as diversidades sociais e culturais”. (CASTELLANO, 2012, p. 48)

A busca por novos nichos de mercado e por consumidores que valorizem este tipo de produção é necessária para o fortalecimento da cooperativa enquanto rede. Desta forma, a feira de rua, mercados especializados, o mercado Institucional (PAA) e, no caso dos produtos minimamente processados, os supermercados, são os principais meios de aproximação dos agricultores com o mercado consumidor final. Segundo Anderson Luiz Romão, mestre em Agroecossistemas - PPGA/UFSC e Presidente da Cooperativa Sabor da Terra – COSAT, localizada em Biguaçu, os principais meios de acesso da cooperativa agrícola ao público consumidor é a feira de rua e os programas de Institucionais de aquisição de alimentos.

“Assim, a importância da temática das Cadeias Curtas de Comercialização vai além do número reduzido de intermediários apresentado entre produtores e consumidores, remete a uma valorização social e cultural, na qual existe a possibilidade de trocas de informações, conhecimentos e resgate de estilos de vida mais conscientes e saudáveis. O alimento passa a não atender somente as necessidades básicas nutricionais, mas também aquelas relacionadas a identidade do indivíduo”. (CASTELLANO, 2012, p. 28)

Para que esta proposta seja efetivada e levada à cabo é necessário que os laços de solidariedade e de trocas entre os agricultores de Antônio Carlos sejam incentivados através da construção de novas horizontalidades. A Cooperativa agrícola, mais que um instrumento político-econômico, é também um meio de inserção de uma nova lógica de relação do homem com o que ele produz, e também do homem que produz com o homem que consome.

“Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumentam a coesão horizontal isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo. (...) as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se

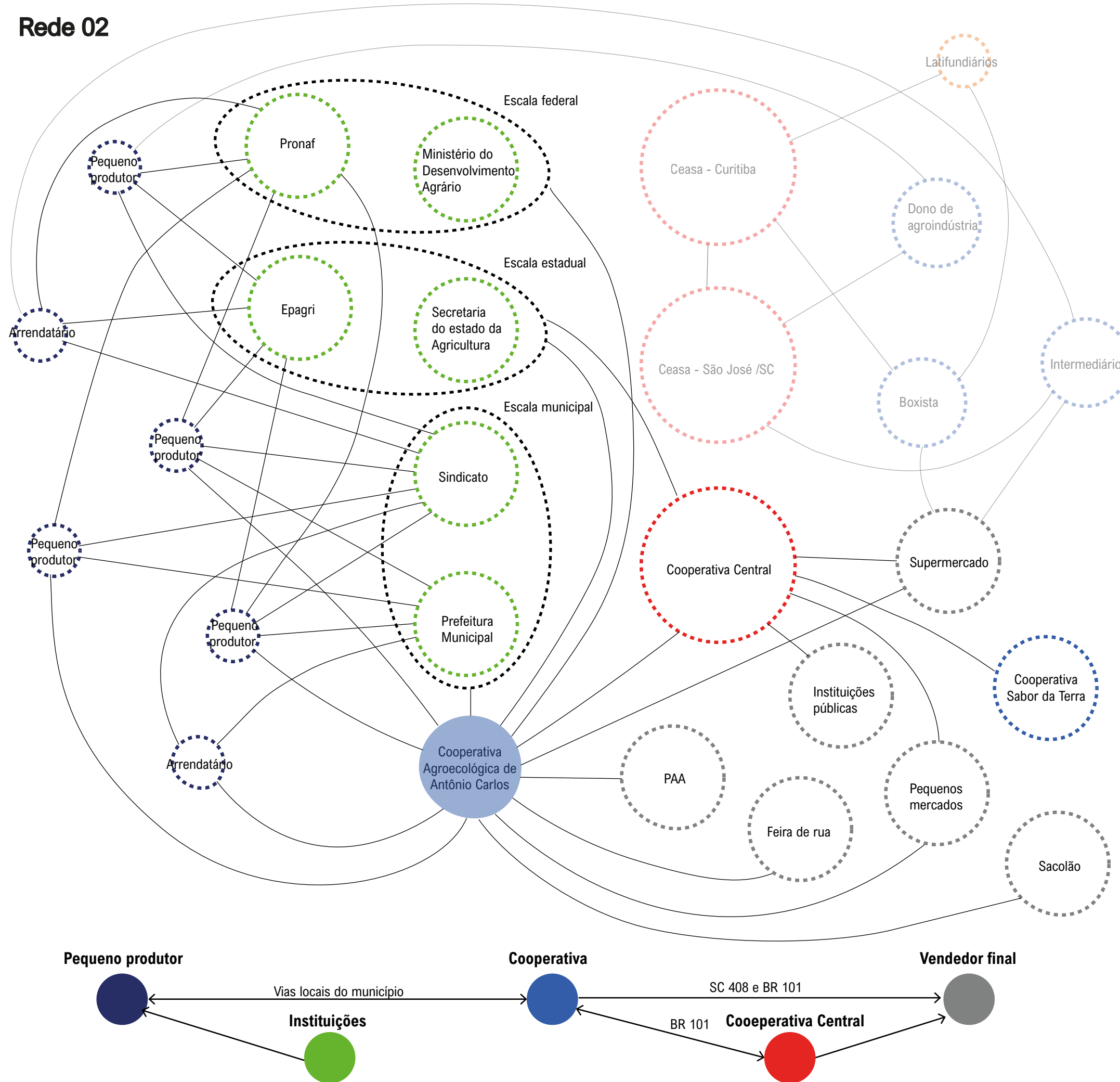
reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. (...) Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade”. (SANTOS, 2005, p.260)



Figura 40: Feira de orgânicos em Bonito do Santa Fé, Paraíba. Fonte: <<http://www.tribuna10.com.br/2017/08/feira-de-produtos-organicos-fortalece.html>>. Acessado em 03/06/2018

Figura 41: Permanência dos agricultores nas suas terras e transição para a produção orgânica. Fonte: Gustavo Pauli.

Rede 02



A rede proposta

Nesta rede de produção-venda a Cooperativa agrícola proposta em Antônio Carlos é inserida. Esta, acaba por tomar o papel do intermediário, colocando o agricultor em contato direto com a venda final da sua produção, proporcionando um maior controle destes agricultores sobre a sua produção, assim como uma maior independência quanto aos intermediários e a Ceasa. Nesta rede se propõe o fortalecimento de relações horizontais e uma aproximação entre o produtor rural e o consumidor.

O **agricultor** se relacionará diretamente com a Cooperativa, mesmo esta tendo sua própria logística interna e setorização. A cooperativa e o agricultor, neste caso, são os mesmos atores, ela é acima de tudo uma ferramenta para os agricultores terem maior controle sobre a venda de suas mercadorias e uma maior proximidade com o mercado consumidor. Com a criação da cooperativa se busca a retirada dos **intermediários** da rede na qual estes agricultores estão inseridos.

Como **instituição intermediária** surge a Ceasa-Cooperativas, que seria uma instituição que reuniria diferentes cooperativas da Grande Florianópolis a fim de facilitar a logística com o mercado consumidor.

Se espera que a partir destes equipamentos e instituições aconteça uma aproximação entre o agricultor e o **mercado consumidor**, possibilitando um melhor preço na venda de suas mercadorias

Legenda

- Pequenos agricultores
- Latifundiários
- Instituições
- Instituições intermediárias
- Intermediário
- Venda final

12 | A Cooperativa

A Cooperativa Agroecológica de Antônio Carlos é proposta neste trabalho como instrumento de emancipação dos pequenos agricultores do município da relação de produção-venda hoje existente, onde o acesso ao mercado consumidor só é possível através de um intermediário, que geralmente vende a produção agrícola na CEASA e só depois disso que chega ao mercado final. A Cooperativa deverá ser um fortalecedor das relações horizontais entre os agricultores e destes com o mercado consumidor, dando maior controle aos produtores rurais nas tomadas de decisões e valorizando-os quanto protagonistas daquele lugar.

Portanto, esta proposta além de ser um equipamento de organização econômica dos agricultores é um instrumento político de projeto do território, tomado como política pública de valorização do agricultor dentro da dinâmica e do espaço construído do município de Antônio Carlos. A inserção dos cooperados numa Cadeia Curta de Comercialização, aproxima-os do consumidor final, de técnicas agrícolas mais conscientes e de um maior domínio sobre sua produção agrícola.

Durante este período de estudos do Trabalho de Conclusão de Curso, me aproximei da organização de algumas cooperativas localizadas na região metropolitana. São elas: Agreco (Santa Rosa de Lima), Cooperativa Sabor da Terra (Biguaçu) e a Cooperativa da Agricultura Familiar de Antônio Carlos – CAFAC (Antônio Carlos), esta última já extinta (2006-2007). O que se percebe em todas, é que surgiram a partir de uma dificuldade com a venda da produção agrícola, buscando novos nichos de mercado e o fortalecimento dos agricultores como grupo social organizado.

A Agreco chama a atenção a maneira que foi usada como um instrumento de mudança social no município onde ela foi criada, Santa Rosa de Lima. Se observa ali um crescimento econômico por parte dos agricultores e uma valorização destes atores dentro do cenário do município: foram eles os responsáveis por alavancar a economia e a permanência daquelas pessoas naquelas terras. A Agreco se territorializa a partir de pequenas agroindústrias no interior do município que são organizadas por pequenos grupos de agricultores. Portanto existe uma produção bastante diversificada e descentralizada pelo território, mas que geralmente estão inseridas dentro da propriedade rural.

Outro exemplo estudado foi a ‘Cooperativa Sabor da Terra’, em Biguaçu, que teve sua criação mais recente, em 2015. No início ela contava com apenas 17 agricultores, atualmente são 32 cooperados: este aumento no número de cooperados ocorreu a partir do início do fornecimento de alimentos da merenda escolar (PAA) dos municípios de Antônio Carlos e Biguaçu, por conta da necessidade de uma maior produção. Atualmente, parte da produção é orgânica e o restante dos agricultores estão em processo de transição de cultivo - a produção orgânica dos cooperados é vendida principalmente em feiras de rua, como a do CCA. A cooperativa ainda não tem um espaço físico, mas se estuda a transformação de uma antiga escola, hoje abandonada, no interior do município em uma agroindústria de beneficiamento. Para garantir o fornecimento de alimentos durante todo o ano se organizaram grupos de 2 a 4 agricultores para entregarem o mesmo produto durante o ano, planejando, assim, a produção para que não houvesse falta de produtos durante o ano. A partir deste planejamento anual da produção, o agricultor saberá uma média dos seus possíveis ganhos e despesas, esta também é uma garantia de estabilidade econômica, ao ter um destino e um preço certo para a sua produção. A organização financeira da Cooperativa funciona da seguinte forma: o agricultor faz uma entrega de sua produção no valor X e gera uma nota fiscal neste mesmo valor que depois será entregue para a Cooperativa. A Cooperativa gera então outra nota fiscal para a prefeitura, agora juntando a produção de outros agricultores, ou seja, essa nota tem o

valor de X+Y+Z. Feito isso, a prefeitura para a Cooperativa (a nota de valor X+Y+Z) e a Cooperativa para o cooperado, mas ele não recebe a nota no valor X: o valor que ele recebe é X - 10% (logística) -5% (administração da cooperativa) – Funrural. Portanto o agricultor não recebe o valor integral da nota fiscal gerada por ele, por conta da manutenção da cooperativa e os gastos com a logística, que é realizada por um terceiro.

A CAFAC (Cooperativa da Agricultura Familiar de Antônio Carlos) infelizmente durou somente dois anos, de 2006 até 2007. Segundo Sérgio Besen, um dos idealizadores e presidente da cooperativa na época a principal dificuldade do grupo foi o acesso ao mercado consumidor e a alta carga tributária que reincidia sobre a Instituição. Eram cerca de 20 agricultores que constituíam a cooperativa na época, que segundo Sérgio, se uniram para buscar novos nichos de mercado e o acesso direto ao consumidor. A produção da cooperativa era bastante diversificada (doces de banana, hortaliças, cachaça) e este foi um dos fatores determinantes na extinção da Cooperativa: não existia uma unidade de interesses e a taxaço de impostos se dava de forma muito distinta nas diferentes produções.

Gilvando Rios, também nos traz um exemplo que retrata das estruturas que os pequenos agricultores estão amarrados e, a partir do cooperativismo, começam a buscar caminhos alternativos de acesso à venda da produção agrícola. O caso que o autor compartilha conosco é o da Associação dos moradores das comunidades do Imbé e Marrecos em Pernambuco, explicado pelo seu presidente.

“A gente começou mais se organizando nessa questão de trabalhar na agricultura orgânica e em 2004 a gente trabalhou no Espaço Agroecológico (Associação de feirantes-produtores de orgânicos), mas a gente sentiu dificuldade em questão de transporte (...) antes se dizia que o produtor só fazia produzir, mas a gente provou o contrário, que o produtor pode produzir e também comercializar, e nessa comercialização o produtor está afastando o atravessador, que é um fator muito importante na vida do produtor é livrar o atravessador”. (RIOS, 2007, p.69)

12.1 | Cooperativa de Produção Agroecológica de Antônio Carlos

A partir destas experiências busco estruturar a organização social e espacial da Cooperativa Agroecológica de Antônio Carlos, adequando estas experiências as especificidades do território e das dinâmicas ali espacializadas.

“No Brasil, o Cooperativismo é regulamentado pela Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que exige um número mínimo de 20 cooperados para a sua constituição. Conta também com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), vinculado ao MAPA, o órgão é responsável por Programas de apoio e fortalecimento, como o Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo do Trabalho (Pronacoop)”. (CASTELLANO, 2012, p.31)

Para melhor viabilidade das estruturas propostas para a Cooperativa, está sendo considerado um mínimo de 80 cooperados construindo-a. Tomando como base os dados de produção fornecidos pela Epagri / Antônio Carlos de 2016 temos os seguintes dados de produção, considerando a produção anual de 80 famílias.

Produção agrícola				
	Atual		Proposto	
	Produção total	Famílias	Produção total	Famílias
Cenoura	26.400 t	675	3.128,88 t	80
Beterraba	26.400 t	675	3.128,88 t	80
Batata-doce	17.820 t	500	2.851,2 t	80
Mandioca	14.520 t	450	2.581,32 t	80
Chuchu	10.800 t	160	1350 t	20
Berinjela	6.000 t	290	413,8 t	20
Pimentão	4.400 t	250	352 t	20
Abóbora	2.400 t	100	480 t	20

Tabela 08: produção total da Cooperativa Agroecológica de Antônio Carlos. Fonte: dcálculos gerados pelo autor a partir de dados fornecidos pela Epagri.

Estes dados são ainda com a produção convencional, segundo Anderson Romão, podemos considerar valores de produção semelhantes para a produção agroecológica, já que esta apresenta um menor desperdício e um maior aproveitamento dos produtos cultivados, por não existir uma separação quanto ao tamanho.

A organização administrativa da Cooperativa Agroecológica proposta em Antônio Carlos se assemelha da Cooperativa Sabor da Terra, de Biguaçu: o agricultor gera uma nota fiscal para a Cooperativa e esta realiza o pagamento descontando gastos com a logística e manutenção das instalações da Cooperativa. A ideia também é que os próprios cooperados trabalhem nos equipamentos propostos, evitando ao máximo gastos com funcionários e terceiros. Também seguindo este mesmo modelo, está no comando da cooperativa um presidente e uma mesa diretora, principalmente para a organização financeira e busca de novos mercados para a Cooperativa.

Se propõe que a Cooperativa Agroecológica de Antônio Carlos faça parte de Rede Ecovida, para regulamentação no cultivo de agroecológicos. A Rede é composta por grupos de 12 agricultores que se reúnem mensalmente, nas suas propriedades. Assim se dá a troca de experiências e a fiscalização dos demais agricultores naquela propriedade. Portanto, serão 7 grupos que construirão a cooperativa na relação intrapropriedade.

Para evitar que haja superprodução e seguindo o exemplo já implantado na Cooperativa Sabor da Terra, os agricultores deverão se organizar em pequenos grupos, onde todos eles plantarão cenoura, beterraba, batata-doce e mandioca ao menos uma vez ao ano. Se organizarão grupos de 20 famílias para a produção dos demais cultivos agrícolas, ou seja, 25% dos cooperados ficarão responsáveis pela produção de cada um destes alimentos, que são eles: chuchu, berinjela, pimentão e abóbora.

12.1.1 | Os equipamentos

O primeiro equipamento construído pela Cooperativa será a Unidade 01, que se propõe utilizar a estrutura hoje existente do Salão de Bailes do Clube Bonsucesso, localizado na confluência dos caminhos dos bairros delimitados dentro da área de recorte e também na confluência de suas microbacias. Atualmente este equipamento se encontra subutilizado: há muitos anos não acontecem bailes neste local. Ao mesmo tempo, o edifício tem um grande potencial de centralidade, por se localizar ao lado da via principal de acesso as comunidades, na proximidade de uma planície com grande produção agrícola e também por estar logo ao lado do campo de futebol (Bonsucesso), espaço bastante movimentado principalmente nos

sábados à tarde e domingos. Junto a esta edificação também está localizada a casa-mercearia de Leopoldo Freiberger, importante político da comarca de Biguaçu no início do século XX, mas que atualmente encontra-se em estado bastante deteriorado. Esta será uma unidade de processamento mínimo, onde acontece a higienização e lavagem da produção agrícola.

Realizado o processamento desta produção ela seguirá para o mercado final, para venda in natura. O principal destino destes produtos serão as feiras de rua, a Cooperativa Central (relacionada com a Rede Ecovida), os supermercados e os sacolões. Parte da produção da Unidade 01, cerca de 30%, seguirá para a unidade de beneficiamento: a Unidade 02. Se busca junto a este mercado consumidor a criação de uma consciência ecológica e de valorização da origem desta produção: vinculando um consumo consciente à agricultura familiar com cultivo agroecológico.



Figura 42: casa construída no início do século XX localizada ao lado do campo de futebol do Clube Bonsucesso. Salão de baile à direita. Fonte: Google Street View, acessado em 03/06/2018. Editada pelo autor.

Figura 43: antiga casa-mercearia do prefeito Leopoldo Freiberger, à esquerda da foto salão de Baile do clube Bonsucesso, onde se propõe a instalação da Unidade 01 da Cooperativa. Fonte: Google Street View, acessado em 03/06/2018. Editada pelo autor.

Figura 44: foto de satélite mostrando a inserção no território deste equipamento, localizado no entroncamento de vias e de rios das comunidades do seu entorno. Fonte: Google Earth, acessado em 03/06/2018. Editado pelo autor.

Para que a Cooperativa proposta se constitua num instrumento de emancipação dos agricultores e numa política pública de valorização de agricultor, é necessário que estes sejam inseridos e valorizados também no contexto urbano do município. A parcela urbana depende das atividades agrícolas para a sua manutenção econômica: a maior parte da população de Antônio Carlos mora na parcela rural e a agricultura desempenha um importante papel na economia do município. O urbano no município, portanto, tem a função de apoio ao rural, é o que Milton Santos (1993) chama de cidades no rural. Por estes motivos se propõe a instalação de um segundo equipamento da Cooperativa, onde acontecerá o beneficiamento da produção agrícola, para a posterior venda com um maior valor agregado.

O terreno escolhido para a instalação deste equipamento é onde hoje está localizada a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos. Logo ao lado está o ginásio Municipal de Esportes e a escola estadual do município (ver figura 46). O principal motivo da escolha do terreno foi a reinserção do Sindicato na dinâmica do município, como instituição política, vinculada à ideia de que esta cooperativa seja

acima de tudo um instrumento de luta política dos agricultores na busca pela sua emancipação enquanto classe trabalhadora. A ideia, portanto, é de criar um lugar onde as discussões sobre as problemáticas rurais e onde as reivindicações dos agricultores possam tomar força. Se propõe criar um espaço que instige às relações horizontais e o fortalecimento destas instituições nas reivindicações políticas dos agricultores. Outro fator de escolha deste terreno é a sua centralidade na parcela urbana, sua proximidade com importantes equipamentos urbanos e com importantes eixos: a Rua Daniel Petry (principal acesso ao município) e o Rio Biguaçu.



Figura 45: foto tirada da Rua Daniel Petry, tomada do lado do colégio estadual. Na foto podemos ver em destaque o ginásio municipal de esportes. Fonte: foto do autor

Figura 46: foto mostrando a relação atual da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o ginásio municipal. Em primeiro plano aparece a Rua Daniel Petry, principal via de acesso ao município. Fonte: foto do autor.

Figura 47: foto de satélite mostrando a inserção no território deste equipamento, localizado na parcela urbana do município. Em destaque aparecem os principais equipamentos e os principais eixos conformadores daquele espaço. Fonte: Google Earth, acessado em 03/06/2018. Editado pelo autor.

Neste equipamento, chamado de Unidade 02, acontecerá o beneficiamento da produção agrícola. Estes produtos já estarão previamente lavados e higienizados, processo este realizado na Unidade 01. Também neste equipamento estará a administração da Cooperativa. Se preferiu colocar somente a parte de beneficiamento da produção por que é uma atividade mais específica, podendo estar separada da lavagem da produção, que é a parte mais bruta e que mais interfere no meio ambiente, por conta do uso da água em grande quantidade e o seu posterior tratamento. Também se optou pela separação da Cooperativa em dois grandes equipamentos para que sua territorialização e influência se desse em diferentes territórios do município, buscando que o agricultor se torne o centro das dinâmicas existentes em Antônio Carlos e que ele seja valorizado como ator que constrói ambos os territórios.

A partir dos dados conhecidos sobre a produção total da cooperativa, podemos gerar um quantitativo de produção de cada equipamento da Cooperativa, considerando que 30% da produção total será destinada para o beneficiamento na Unidade 02. Somente algumas das caixarias serão beneficiadas, algumas delas são mais difíceis de serem processadas, levando a um custo mais de produção. Pensando na praticidade desta produção, as produções de caixarias beneficiadas serão as seguintes:

Produção que chega na Unidade 02		
	Produção anual (caixa = 22kg)	Produção diária (considerando 250 dias)
Cenoura	76.800 cx/ano	307 cx/dia
Beterraba	76.800 cx/ano	307 cx/dia
Mandioca	63.360 cx/ano	253 cx/dia
Abóbora	47.124 cx/ano	189 cx/dia

Tabela 09: produção que chega diariamente na Unidade 02. Fonte: cálculos gerados pelo autor a partir de dados fornecidos pela Epagri.

Este total de produção gera aproximadamente 1.506 caixas por dia que chegam na sede 02 da cooperativa, sendo necessários 5 caminhões (considerando que um caminhão Accelo de pequeno porte tem capacidade de armazenamento de aproximadamente 200 caixas) para o transporte destes produtos da Unidade localizada na parcela rural do município até a Unidade de Beneficiamento da produção agrícola. Os subprodutos desta produção de caixarias serão os seguintes: cenoura em fatias/500g (40% da cenoura), cenoura ralada/100g (40% da cenoura), cenoura ralada com beterraba/100g (20% da cenoura e 20% da beterraba), beterraba ralada/100g (80% da beterraba), mandioca em tolete/500g (100% da mandioca) e abóbora em cubos/500g (100% da abóbora).

A partir destes dados podemos estimar uma média de produção diária destes produtos - considerando que a produção será igualmente distribuída durante o ano inteiro, fato este que será pouco provável.

Produção da Unidade 02 - caixas que saem			
	Produção diária(caixa = 22kg)	Empilhamentos	Área ocupada
Cenoura em fatias	92 cx	16	3 m ²
Cenoura ralada	216 cx	36	6,7 m ²
Cenoura c/ beterraba ralada	216 cx	36	6,7 m ²
Beterraba ralada	436 cx	73	13,6 m ²
Mandioca em tolete	292 cx	49	9,1 m ²
Abóbora em cubos	180 cx	30	5,6 m ²

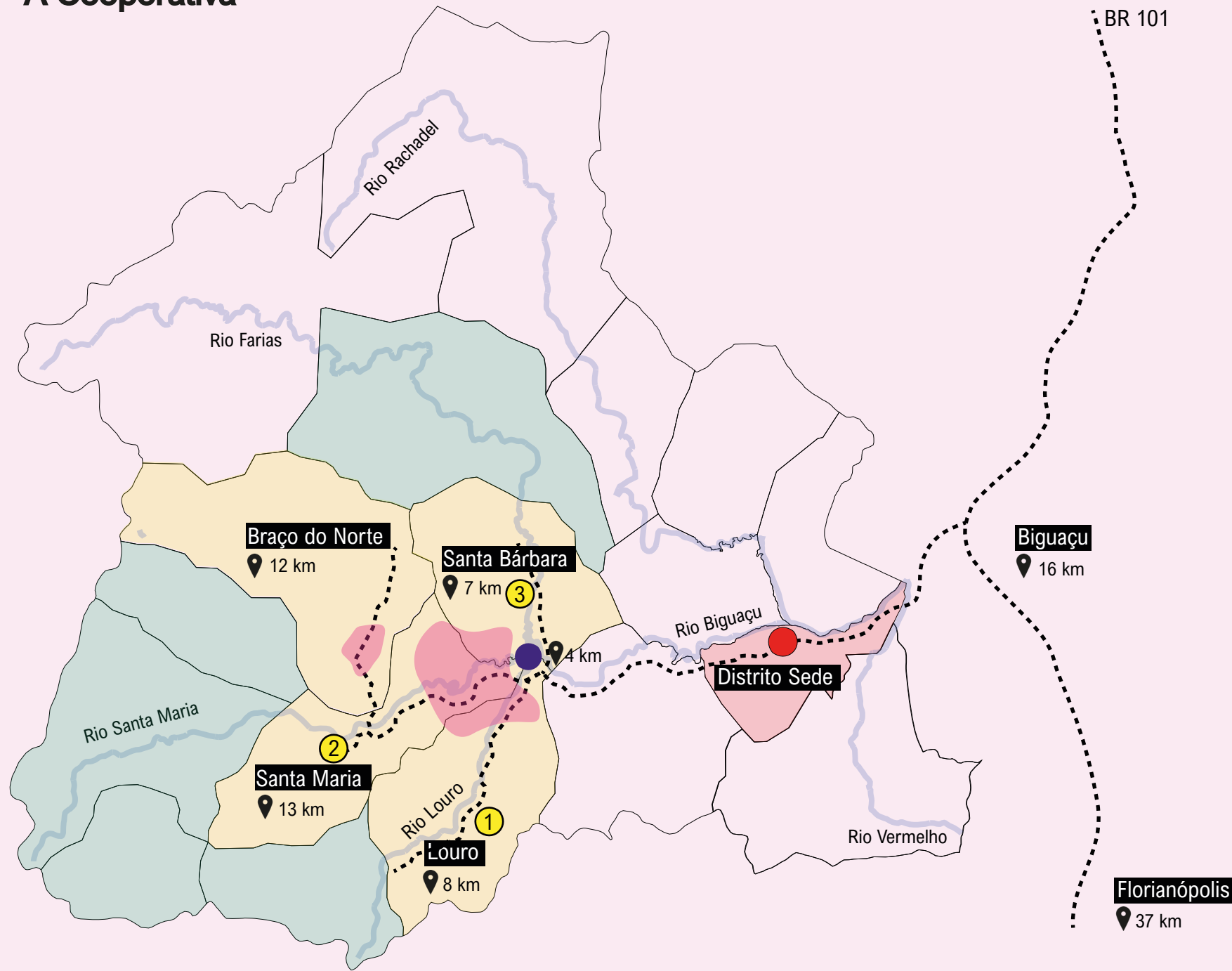
Tabela 09: produção diária da Unidade 02. Fonte: cálculos gerados pelo autor a partir de dados fornecidos pela Epagri.

Nota 01: o empilhamento de caixas considerado deverá ser no máximo de 6 caixas, o que nos leva a 1,86m de altura e 0,187m² de área ocupada por cada empilhamento.

A partir desta tabela se pode perceber que serão produzidas 1432 caixas por dia na Unidade 02 da Cooperativa Agroecológica, sendo necessários 7 caminhões para escoar esta produção diariamente.

Por último, com o aumento da produção agrícola para outros bairros, se propõe a expansão das estruturas da Cooperativa também para as urbanidades dos bairros rurais (RUA, 2006), que são três, localizadas nas comunidades Santa Bárbara, Santa Maria e Louro. Por considerar que esta é uma proposta que pode ser inviabilizada economicamente, se propõe que seja uma construção posterior a consolidação da Cooperativa na dinâmica do município, sendo desta forma também fortalecido o papel da Cooperativa Agroecológica como instituição social junto às urbanidades, considerando esta uma possível promotora de vivências e de espaços públicos nestes lugares citados anteriormente. Este equipamento, chamado de 'Receptor', será onde os agricultores-cooperados deixarão sua produção, além de funcionar como um espaço de encontro entre os agricultores nas diferentes comunidades, por estar inserido na dinâmica daqueles bairros: junto ao campo de futebol, ao comércio e a capela. Os produtos deixados neste equipamento posteriormente serão levados para a Unidade 01.

A Cooperativa



UNIDADE 01

Este equipamento se localiza na parcela rural, no entrocamento de vias e de rios próximo a principal planície de cultivo de caixaria, onde hoje é o Salão de Bailes do Clube Bonsucesso;

Atividades da Oficina 01:

- Armazenagem de produção suja (trazida pelos agricultores).
- Lavagem, higienização e seleção dos produtos agrícolas.
- Estocagem de produção limpa.
- Espaço público de reunião e de lazer

Com a lavagem já realizada a produção estará pronta para venda. Parte dela segue para o mercado consumidor final e parte dela segue para a Unidade 02, para beneficiamento.

UNIDADE 02

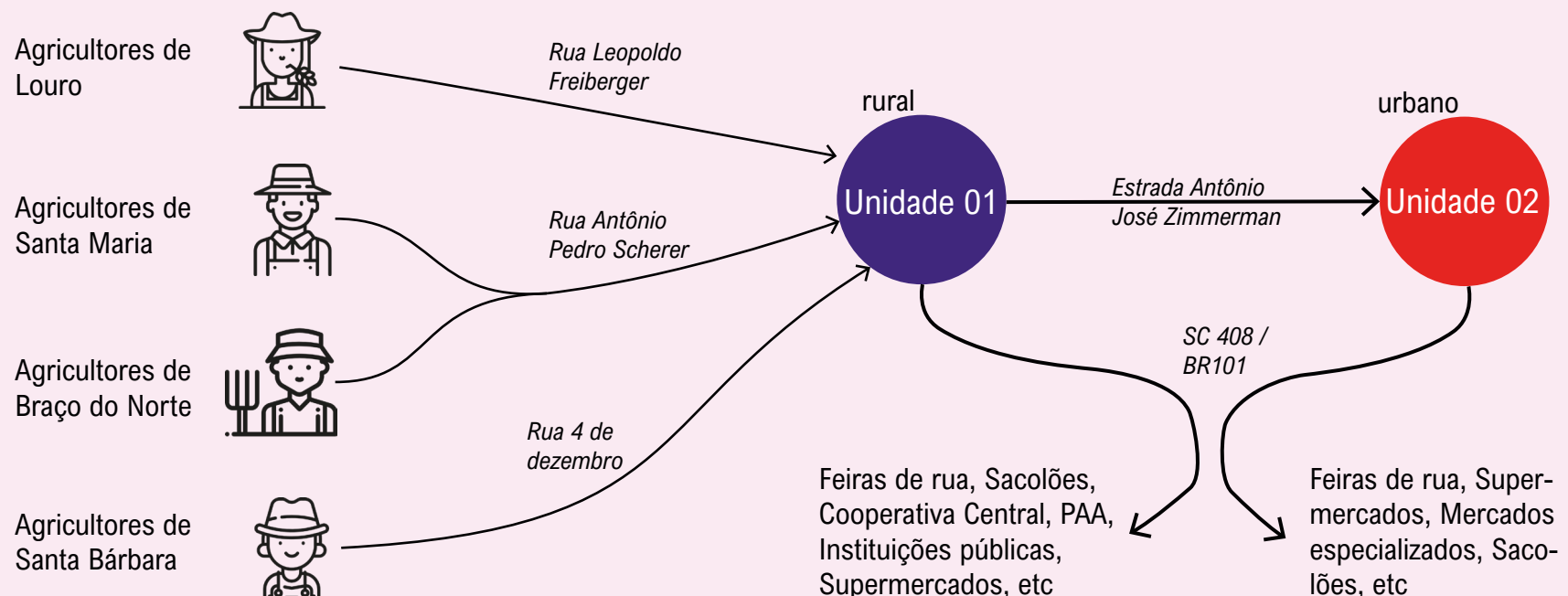
Este equipamento se localiza na parcela urbana do município por dois motivos: o primeiro deles é a valorização política dos agricultores dentro da dinâmica do município, proporcionando maior visibilidade a eles; e também pela característica de a parcela urbana de Antônio Carlos ser um apoio ao território rural, se inserindo na lógica de cidades no rural. Após o beneficiamento a produção seguirá para a venda.

Atividades da Oficina 02:

- Administração, beneficiamento e venda da produção agrícola
- Espaço para treinamento técnico e educacional.
- Espaço público de reunião e de lazer

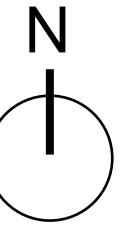
AS URBANIDADES

Como estratégia de inserção da Cooperativa agrícola na dinâmica do município e como proposição de valorização das urbanidades rurais ali existentes, se propõe a criação de um local onde os agricultores levem sua produção, os chamados 'Receptores'. Eles estariam localizados junto ao local de maior dinamismo do bairro, onde geralmente se localizam a capela, o salão comunitário e o campo de futebol do bairro. Este equipamento seria instalado posteriormente nestas urbanidades, que são três, dentro da área de produção de caixarias no município. Se propõe a instalação conforme a produção de caixarias for crescendo nos bairros dos arredores, mais interioranos e que portanto necessitem de um ponto de entrega mais próximo à eles. A principal área de produção de caixaria se localiza próxima à Unidade 01, portanto a logística desta proposição atualmente está inviabilizada.



Legenda

- Principal área de produção de caixarias atualmente
- Área de expansão da produção de caixarias
- Área de recorte da cooperativa - Parcela urbana
- Área de recorte da cooperativa - Parcela rural
- Unidade 01
- Unidade 02
- Principais eixos viários
- Rios
- Limite dos bairros



CIRCUITO INTERNO E ESPECIALIZAÇÃO
escala gráfica indicada

ESQUEMA 06

1 km, 5 km, 10 km

|Parte 06: Unidade 02 e a cidade no rural

13| Unidade 02: a cidade no rural

13.1 | O terreno

Como proposição projetual se optou pela aproximação da Unidade 02 da Cooperativa agroecológica, equipamento este responsável pelo beneficiamento de parte da produção agrícola dos cooperados. O terreno escolhido se localiza junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos, no Distrito Sede. Por conta da sua importância política junto aos trabalhadores como organização de classe, a aproximação do Sindicato com a Cooperativa proposta se faz fundamental na implantação do projeto: o equipamento de desenvolvimento socioeconômico se aproxima da instituição de luta política dos agricultores, buscando a emancipação dos produtores rurais das verticalidades que eles dependem e que os controlam atualmente.

Junto a este mesmo terreno também estão equipamentos importantes para a dinâmica do município, como o colégio EEB Altamiro Guimarães e o Ginásio Municipal de esportes, além de importantes eixos de conexão viária, como a Rua Daniel Petry – principal acesso ao município – e eixos naturais, como o Rio Biguaçu. Por conta da diversidade de equipamentos e eixos que estruturam aquele lugar, vê-se uma possibilidade de inserir a Cooperativa Agroecológica e os agricultores de forma mais efetiva na dinâmica do município e principalmente do Distrito Sede, ao se aproximar de equipamentos do dia-a-dia daquelas pessoas e do Sindicato, instituição que os representa como classe trabalhadora.

Algumas intervenções foram propostas nos edifícios já existentes: no Sindicato, principalmente, e no Ginásio. Além disso, a proposta abarca melhorias no sistema viário.

Foi proposto um novo edifício para o Sindicato, buscando uma aproximação com a Cooperativa (Unidade 02) e com os espaços públicos que conformam o projeto. Por mais que o edifício atual do Sindicato se volte para a Rua Daniel Petry (principal acesso ao município) não existe ali uma ambiência que propicie a interação entre os agricultores e a ocupação dos espaços públicos por estes atores.

Para o atual edifício do ginásio foi proposta a intervenção na fachada, bem como pequenas trocas na disposição interna atual: a sala da administração foi relocada próxima à entrada do ginásio, que também foi modificada para melhor se adaptar ao novo espaço proposto. O uso do ginásio foi mantido, assim como salas de oficina existentes no seu térreo. Entretanto, propõe-se nestas a instalação de maiores aberturas para a Rua e a retirada do muro que atualmente separa o Ginásio desta via.



Relação do colégio e do ginásio com a Rua Daniel Petry.

Fonte: Google Street View



Acesso atual ao colégio

Fonte: Google Street View



Entorno imediato do terreno

Fonte: Google Eart



Sindicato (em vermelho) e Ginásio

Fonte: Foto do autor



Sindicato (em vermelho) e Ginásio

Fonte: Google Street View

13.2 | Sistema viário: a proposição de um binário na parcela urbana

O caminhão é um veículo automotor que faz parte da vida diária dos agricultores do município. Porém, principalmente na parcela urbana, eles trazem certas dificuldades na mobilidade do lugar. Levando isto em consideração, tem-se discutido, de maneira informal pelos moradores, a construção de uma nova via junto ao rio para amenizar o trânsito da Rua Daniel Petry, principal rua comercial do município. Considerando este cenário, propõe-se a criação de um binário (Rua Daniel Petry-Rua Beira Rio) com uma pista de rolamento em cada sentido, de forma a dividir os fluxos, além de espaços de estacionamento mais adequados para os caminhões, que comumente se encontram junto ao comércio da parcela urbana do município. A maior parte dos caminhões estacionados no Distrito Sede são de agricultores que estão de passagem pelo local, mas que usam dos serviços da centralidade urbana para o suporte das atividades agrícolas e do dia-a-dia: a parcela urbana de Antônio Carlos pode ser categorizada como uma cidade no rural, conforme Milton Santos (1993), pois configura um urbano de suporte e apoio às atividades agrícolas e aos agricultores. Portanto no seu planejamento deve se levar em conta as dinâmicas também do território rural.

O binário proposto conta com rótulas nas suas duas extremidades para funcionamento do trânsito de forma contínua. A Rua Beira Rio está junto ao Rio Biguaçu, onde também se propõe a construção de um parque linear ao longo deste eixo geográfico. Esta via proposta, ao se encontrar com o córrego que restou do antigo curso do Rio Biguaçu – que foi retificado –, passa a acompanhá-lo até encontrar a Avenida João Antônio Besen. Esta via é uma das poucas que apresenta ciclovia no município, onde ao final está a segunda rótula proposta, finalizando o binário.

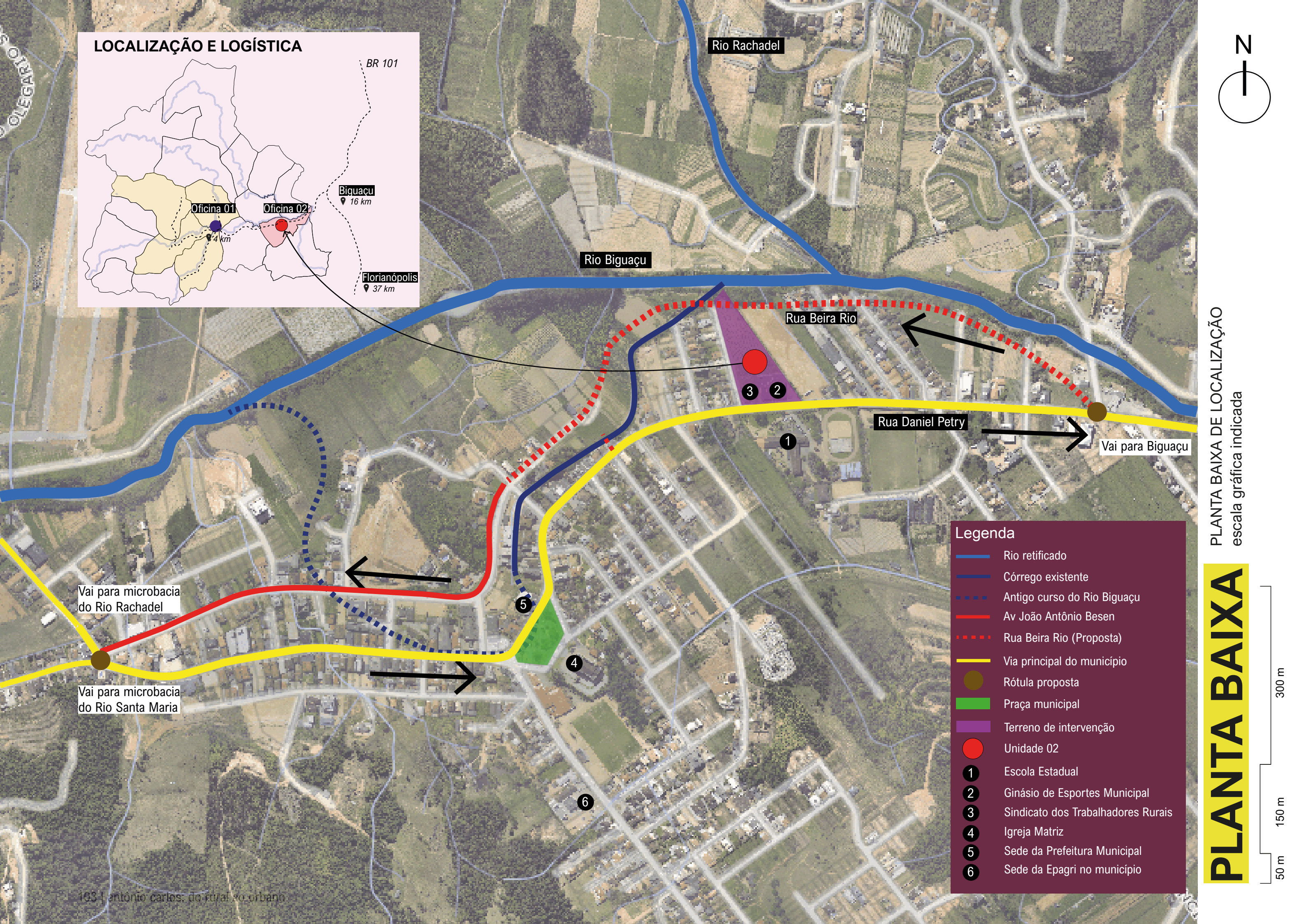
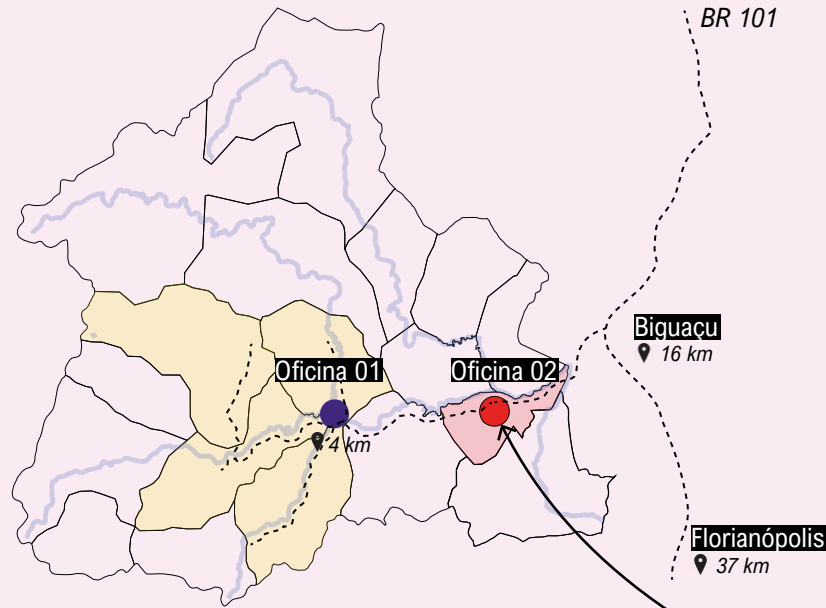
A via existente e a projetada se aproximam do terreno de intervenção nas suas duas bordas e, nos pontos de contato destas vias com o terreno se propõe a construção de passagens elevadas para que a travessia dos pedestres e ciclistas seja mais adequada. A Rua Daniel Petry faz a separação do terreno de projeto com o colégio, enquanto a Rua Beira Rio (via proposta) é o limite entre o terreno e o Rio Biguaçu. Portanto, a proposição de um binário acaba criando elementos de fluxo contínuo e de conexão com o restante do município em ambas as bordas, fazendo deste lugar um espaço com grande potencial de conexão entre diferentes elementos naturais e construídos já existentes.



VISTA DA RUA DANIEL PETRY ATUALMENTE

fonte: Google Street View

LOCALIZAÇÃO E LOGÍSTICA



Legenda

- Rio retificado
- Córrego existente
- - - Antigo curso do Rio Biguaçu
- Av João Antônio Besen
- - - Rua Beira Rio (Proposta)
- Via principal do município
- Rótula proposta
- Praça municipal
- Terreno de intervenção
- Unidade 02
- 1 Escola Estadual
- 2 Ginásio de Esportes Municipal
- 3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- 4 Igreja Matriz
- 5 Sede da Prefeitura Municipal
- 6 Sede da Epagri no município

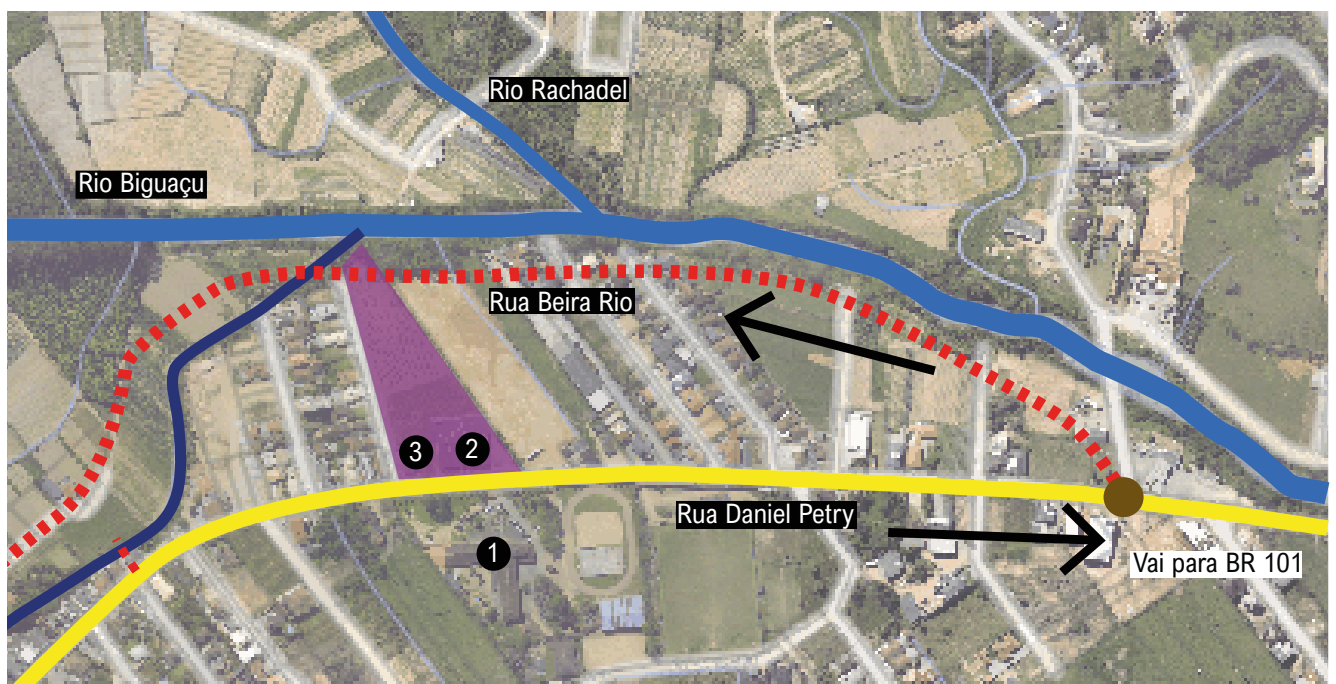
PLANTA BAIXA DE LOCALIZAÇÃO
escala gráfica indicada

PLANTA BAIXA

13.3 | O Partido Geral

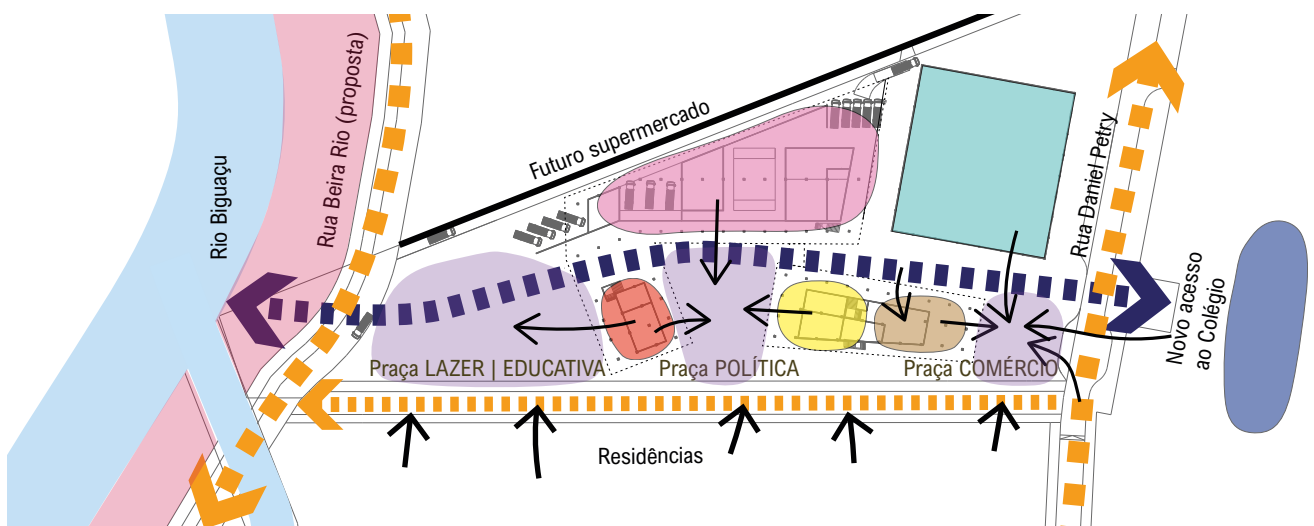
Ao se aproximar do terreno de intervenção, percebe-se a necessidade de criação de uma nova via, junto ao Rio Biguaçu: assim, cria-se um binário a fim de aliviar os problemas de mobilidade na Rua Daniel Petry, gerados principalmente pelos caminhões. Com a criação desta nova via se nota o grande potencial de conexão entre o Rio Biguaçu e o colégio EEB Altamiro Guimarães.

Portanto, o Eixo de conexão colégio-rio é o elemento estruturador do projeto e distribuidor dos diferentes espaços públicos - a Praça Comércio, a Praça Política e a Praça Lazer-Educativa. Estes espaços públicos, por sua vez, são contentores de ambiências onde se espacializam diferentes ações - como o descansar, o conversar, o vender, o discutir, o lutar - que são potencializadas pelos edifícios e equipamentos que as conformam espacialmente. Algumas destas ações são específicas de cada espaço público, como o lutar e o vender, e só são possíveis a partir da inserção dos equipamentos naquele lugar, conformando o caráter da cada uma das praças.



APROXIMAÇÃO DO ESQUEMA DE VIAS
escala gráfica indicada

50 m 150 m 300 m



ESQUEMA DO PARTIDO GERAL
escala não definida

- Equip. educacional
- Sindicato
- Unidade 02 (Cooperativa)
- Sacolão
- Ginásio
- Escola





PERSPECTIVA 06 - RUA BEIRA RIO



PERSPECTIVA 07 - RUA DANIEL PETRY

Legenda

UNIDADE 02 (COOPERATIVA)

- 1| Estacionamento de caminhões
- 2| Controle de entrada
- 3| Higienização de veículos
- 4| Arm. de caixas vazias
- 5| Descarga de caminhões
- 6| Depósito (carga que chega da Unidade 01)
- 7| Câmara fria (carga que chega)
- 8| Área de produção
- 9| Câmara fria (alimento beneficiado)
- 10| Depósito (produção que sai)
- 11| Arm. de embalagens
- 12| Copa
- 13| Vestiários
- 14| Descarga de caminhões
- 15| Sala de reuniões
- 16| Administração
- 17| Banheiros

SACOLÃO

- 1| Administração
 - 2| Depósito
 - 3| Sala de venda
- ESPAÇO PÚBLICO
- 1| Churrasqueiras
 - 2| Parque infantil
 - 3| Trapiche
- SINDICATO
- 1| Recepção
 - 2| Sala de exposições
 - 3| Administração
 - 4| Sala de reuniões
 - 5| Banheiros
 - 6| Sala de arquivos

RESTAURANTE

- 1| Sala multiuso
- 2| Depósito
- 3| Banheiros

GINÁSIO

- 1| Administração
- 2| Salas multiuso
- 3| Banheiros
- 4| Quadra
- 5| Vestiários



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO GERAL
escala gráfica indicada

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO GERAL
escala gráfica indicada

PLANTA BAIXA



Legenda

UNIDADE 02 (COOPERATIVA)

- 1| Estacionamento de caminhões
- 2| Controle de entrada
- 3| Higienização de veículos
- 4| Arm. de caixas vazias
- 5| Descarga de caminhões
- 6| Depósito (carga que chega da Unidade 01)
- 7| Câmara fria (carga que chega)
- 8| Área de produção
- 9| Câmara fria (alimento beneficiado)
- 10| Depósito (produção que sai)
- 11| Arm. de embalagens
- 12| Copa
- 13| Vestiários
- 14| Descarga de caminhões
- 15| Sala de reuniões
- 16| Administração
- 17| Banheiros

SACOLÃO

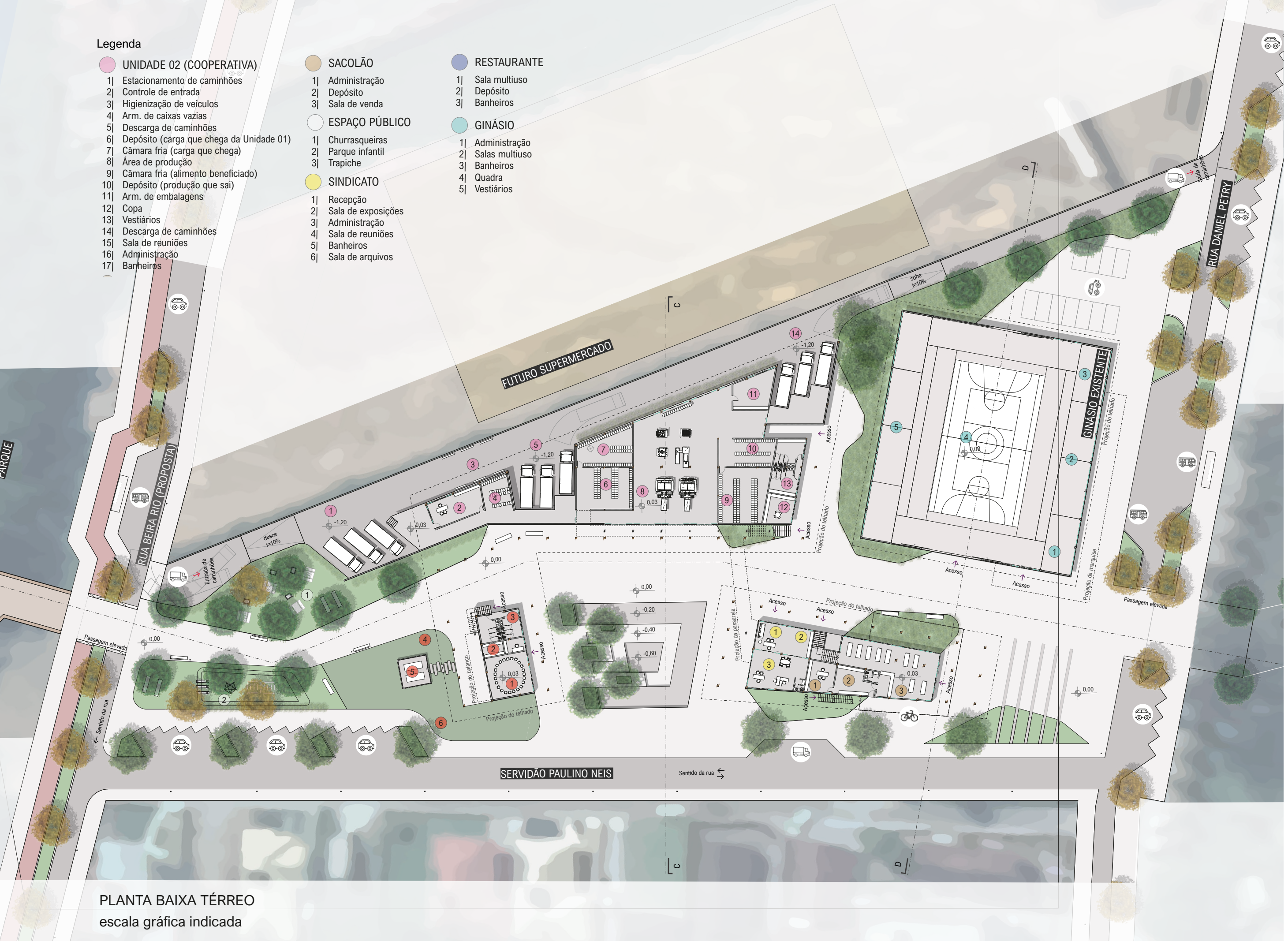
- 1| Administração
 - 2| Depósito
 - 3| Sala de venda
- ESPAÇO PÚBLICO
- 1| Churrasqueiras
 - 2| Parque infantil
 - 3| Trapiche
- SINDICATO
- 1| Recepção
 - 2| Sala de exposições
 - 3| Administração
 - 4| Sala de reuniões
 - 5| Banheiros
 - 6| Sala de arquivos

RESTAURANTE

- 1| Sala multiuso
- 2| Depósito
- 3| Banheiros

GINÁSIO

- 1| Administração
- 2| Salas multiuso
- 3| Banheiros
- 4| Quadra
- 5| Vestiários



PLANTA BAIXA TÉRREO
escala gráfica indicada

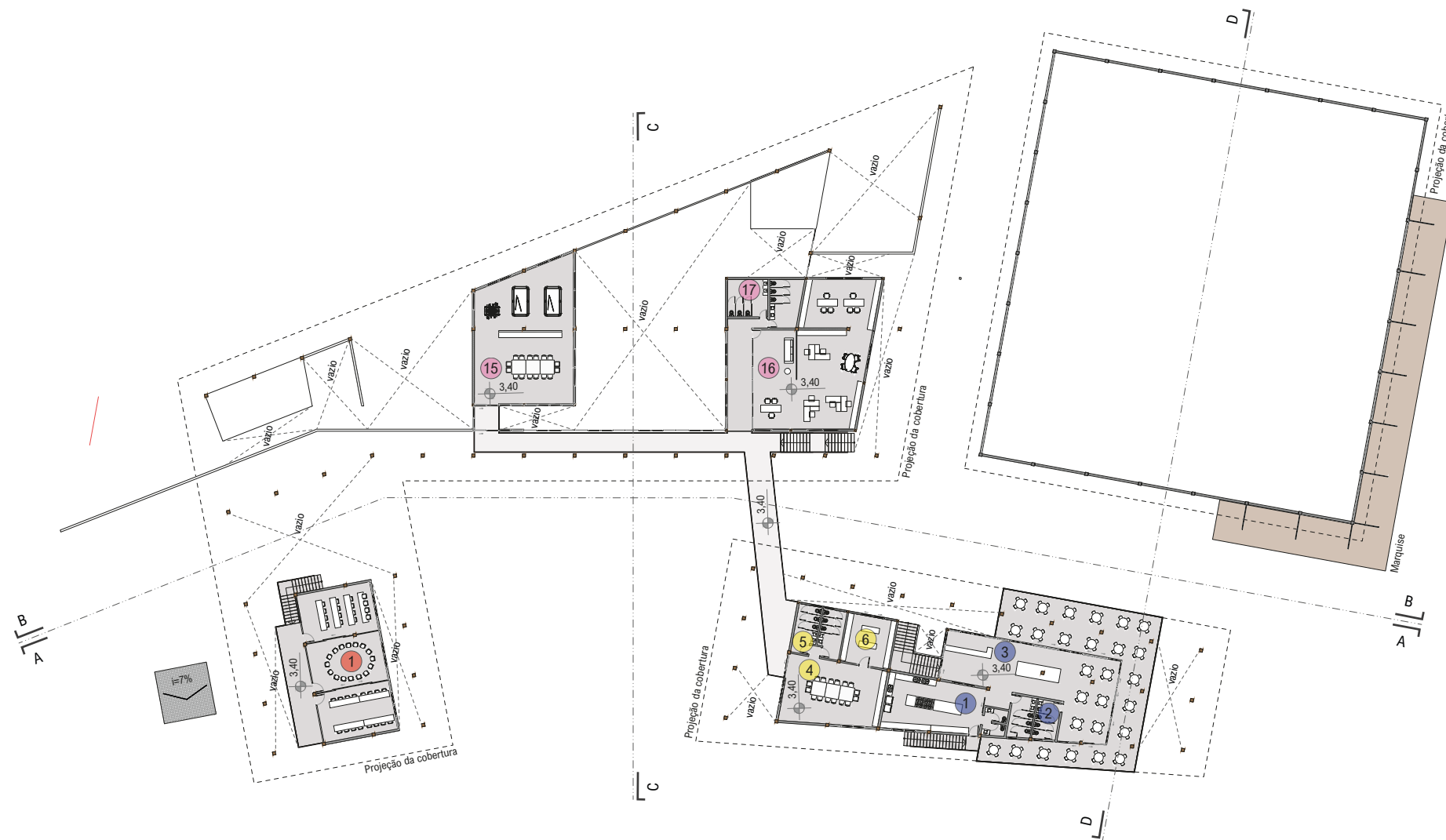
PLANTA BAIXA TÉRREO
escala gráfica indicada

PLANTA BAIXA

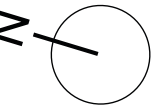


Legenda

- | | | |
|---|-----------------------|-------------------|
| ● UNIDADE 02 (COOPERATIVA) | ● SACOLÃO | ● RESTAURANTE |
| 1 Estacionamento de caminhões | 1 Administração | 1 Sala multiuso |
| 2 Controle de entrada | 2 Depósito | 2 Depósito |
| 3 Higienização de veículos | 3 Sala de venda | 3 Banheiros |
| 4 Arm. de caixas vazias | ○ ESPAÇO PÚBLICO | ● GINÁSIO |
| 5 Descarga de caminhões | 1 Churrasqueiras | 1 Administração |
| 6 Depósito (carga que chega da Unidade 01) | 2 Parque infantil | 2 Salas multiuso |
| 7 Câmara fria (carga que chega) | 3 Trapiche | 3 Banheiros |
| 8 Área de produção | ● SINDICATO | 4 Quadra |
| 9 Câmara fria (alimento beneficiado) | 1 Recepção | 5 Vestiários |
| 10 Depósito (produção que sai) | 2 Sala de exposições | |
| 11 Arm. de embalagens | 3 Administração | |
| 12 Copa | 4 Sala de reuniões | |
| 13 Vestiários | 5 Banheiros | |
| 14 Descarga de caminhões | 6 Sala de arquivos | |
| 15 Sala de reuniões | | |
| 16 Administração | | |
| 17 Banheiros | | |



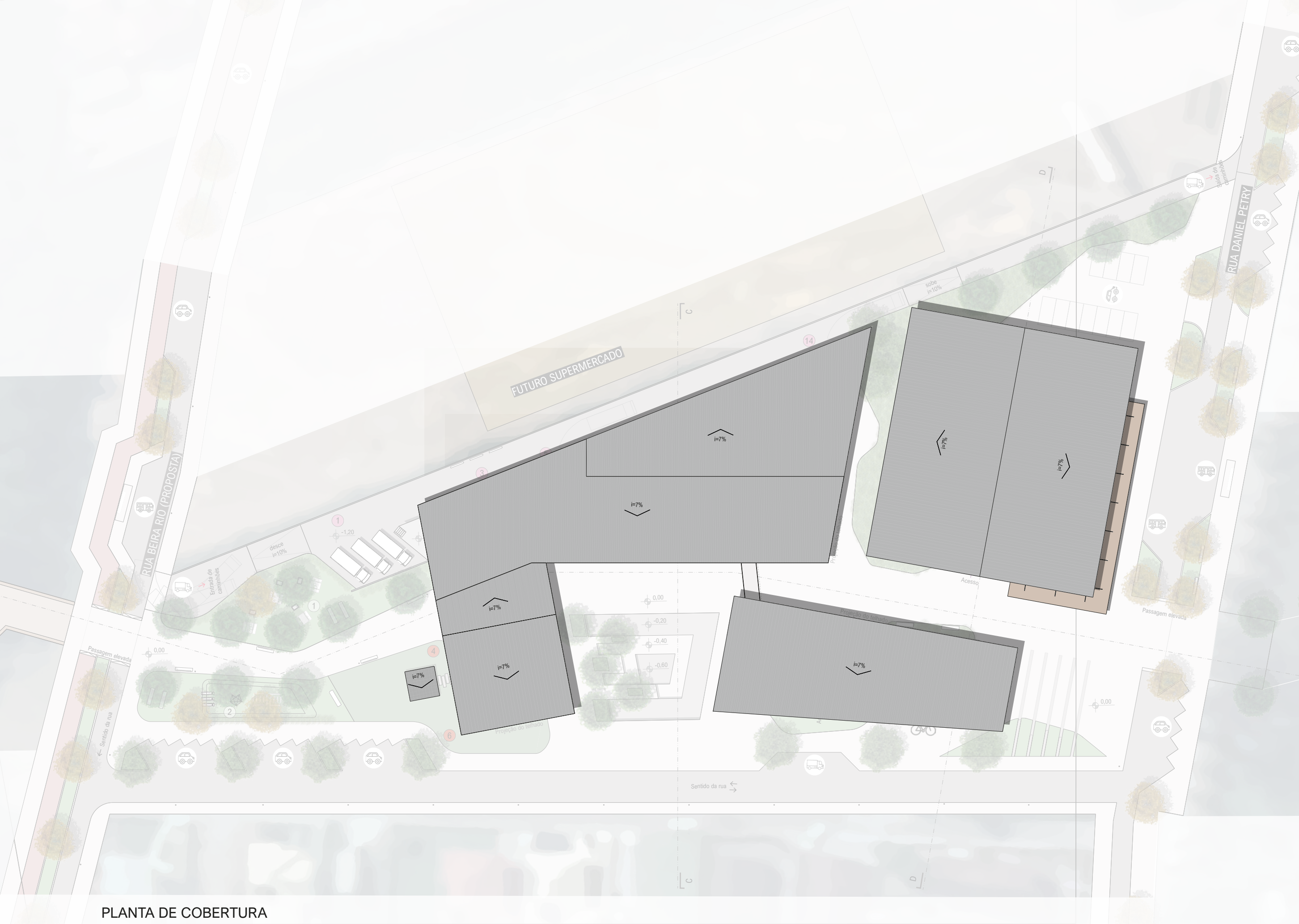
PLANTA BAIXA PRIMEIRO ANDAR
escala gráfica indicada



PLANTA BAIXA PRIMEIRO ANDAR
escala gráfica indicada

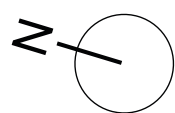
PLANTA BAIXA



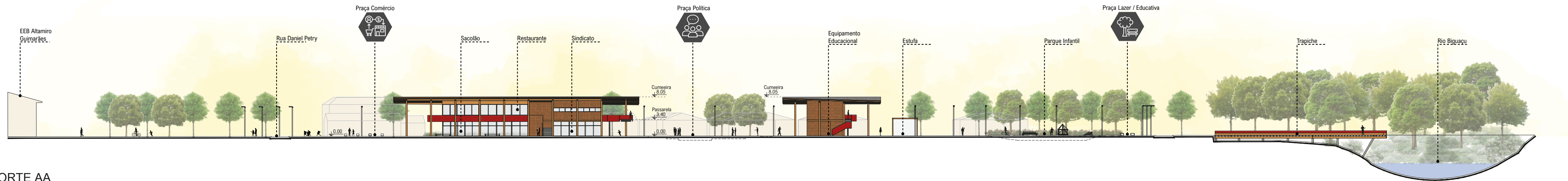


PLANTA BAIXA

PLANTA DE COBERTURA
escala gráfica indicada



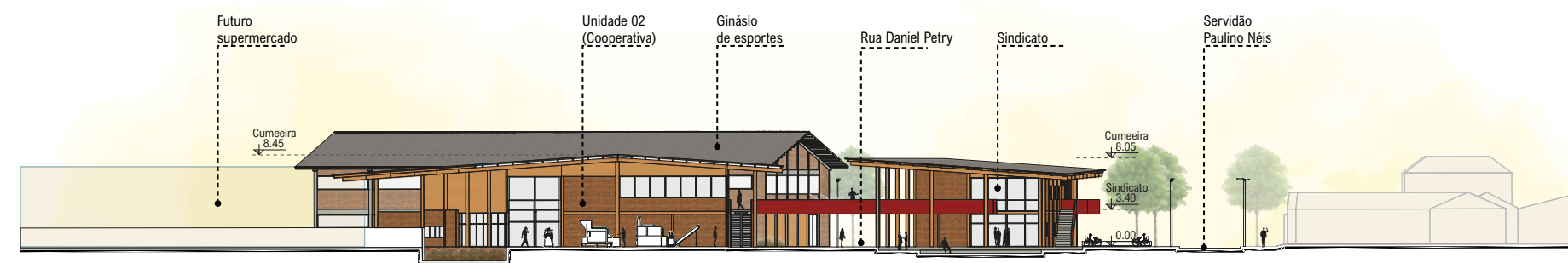
PLANTA DE COBERTURA
escala gráfica indicada



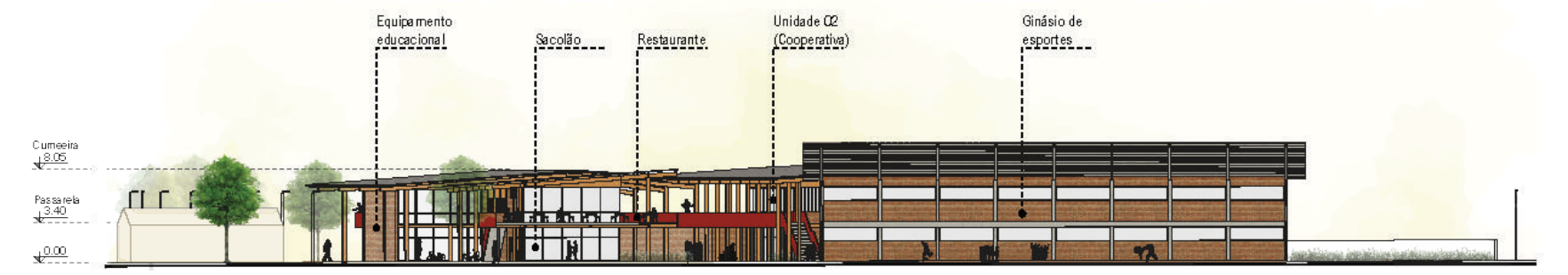
CORTE AA
escala gráfica indicada



CORTE BB
escala gráfica indicada



CORTE CC
escala gráfica indicada



CORTE DD
escala gráfica indicada

CORTES
 CORTES INDICADOS
 escala gráfica indicada

50 m
 25 m
 10 m
 5 m
 2,5 m

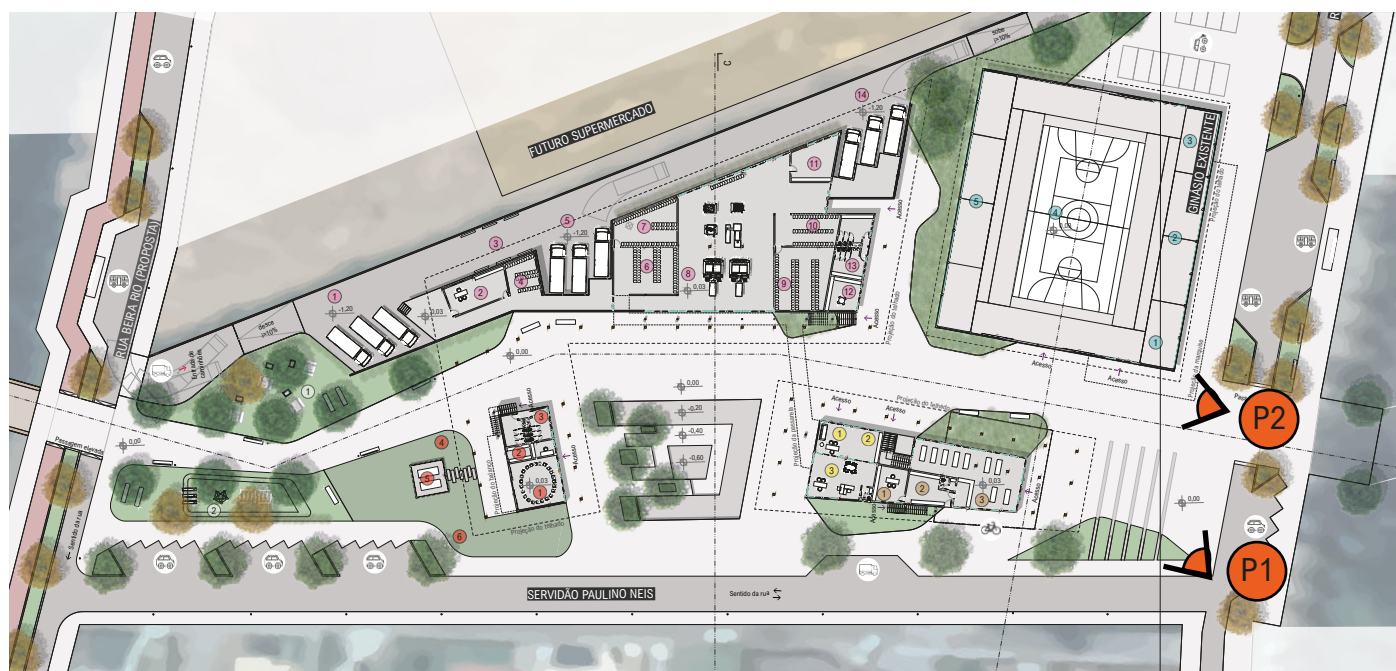
13.4 | As praças

13.4.1 | Praça Comércio

Na parte inicial do Eixo – no seu sentido colégio-rio – está a escola EEB Altamiro Guimarães, que é o maior colégio do município. Ali se propôs o deslocamento do acesso de pedestres e ciclistas junto à Praça Comércio e a Rua Daniel Petry, que agora se propõe ter um sentido único, em direção à BR 101. Do outro lado desta via se encontra a Praça Comércio, onde atividades de trocas comerciais e de maior interação urbana podem vir a acontecer.

Esta é a praça onde as trocas do agricultor com o urbano são mais evidentes: são previstas atividades como feira de rua e também acesso para outros equipamentos, como Ginásio e o colégio e por isso a necessidade de ser uma praça mais seca e com menos barreiras físicas e visuais. Como dito, esta é a praça de recepção ao colégio, um ponto de encontro dos estudantes, também por ali estar localizado o acesso do ginásio Municipal de Esportes, que teve seu acesso relocado de forma que se voltasse para este espaço, para fortalecer as trocas e a dinâmica desta praça, em diferentes turnos do dia. Também como proposta para o ginásio, se optou pelo uso de maiores aberturas a fim de possibilitar uma maior interação entre as pessoas que usam este equipamento e os pedestres. O uso do ginásio permanece o atual, porém com a possibilidade de ocupação em datas festivas, como a Festa do Colono: evento tradicional do município organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O restaurante e o sacolão também se voltam a esta praça, por conta da sua vida urbana e do grande fluxo de veículos. Eles foram propostos visando uma aproximação entre a produção agrícola e o consumo final, a fim de trazer um maior controle para os agricultores na venda desta produção e possibilitar uma aproximação de todas as etapas de preparo até que o produto seja consumido.



LOCALIZAÇÃO PERSPECTIVAS

escala gráfica indicada

2,5 m 5 m 10 m 25 m 50 m





PERSPECTIVA 01 - PRAÇA COMÉRCIO



PERSPECTIVA 02 - PRAÇA COMÉRCIO

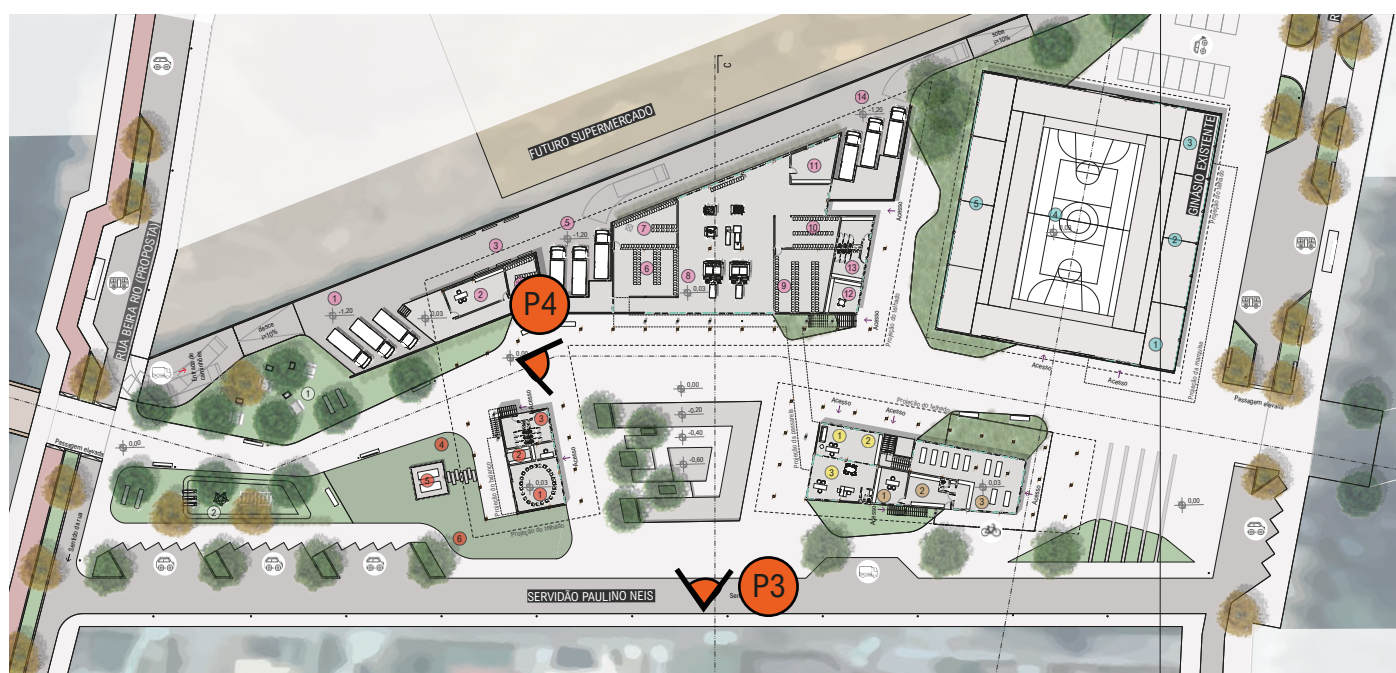
13.4.2 | Praça Política

Seguindo pelo eixo, neste mesmo sentido, chegamos à Praça Política, que é o espaço simbólico mais representativo do projeto: estão voltadas para ela a Unidade 02 (Cooperativa Agroecológica) e a sede do Sindicato Portanto, este é um espaço de luta e de troca de experiências entre os agricultores, onde o produtor pode se ver representado para o restante município, assim como se mostrar na dinâmica da parcela urbana, ocupando os seus espaços públicos.

É neste espaço onde o projeto toma a sua dimensão política enquanto meio da emancipação dos agricultores à dinâmicas atuais de produção e venda: é aqui onde a Cooperativa se aproxima do Sindicato, que é a Instituição de luta dos agricultores enquanto classe social.

A Praça foi desenhada em desníveis para que contemple diferentes atividades. Há uma área mais aberta para reuniões e assembleias, sendo este um espaço que acima de tudo busca fortalecer as trocas e o encontro entre os agricultores. Já na parte da praça mais próxima ao equipamento educacional, se espacializa uma área de descanso e mais sombreada. Fazendo o fechamento norte desta praça está o equipamento educacional: ele foi proposto como edifício para cursos e oficinas que possibilitem uma mudança no cultivo agrícola no município, buscando a transição para o cultivo agroecológico.

A Cooperativa proposta se inclui neste tipo de produção, portanto este equipamento se faz importante por possibilitar o suporte técnico adequado para esta transição e por difundir técnicas ambientalmente mais adequadas de produção agrícola no município. O equipamento educacional não é de uso exclusivo da Cooperativa, se prevê que ali aconteçam oficinas para todos os agricultores com interesse em mudar o seu modo de cultivo e também que seja um equipamento de suporte às escolas do município.



LOCALIZAÇÃO PERSPECTIVAS

escala gráfica indicada





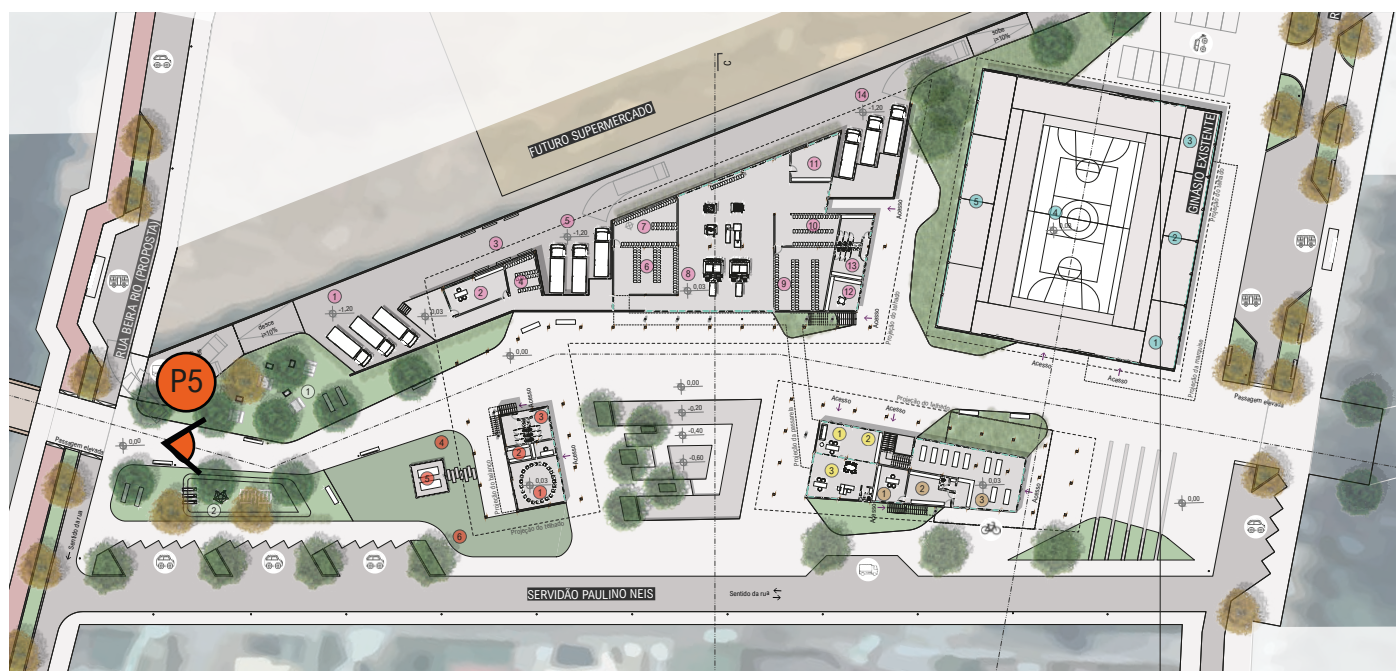
PERSPECTIVA 03 - PRAÇA POLÍTICA



PERSPECTIVA 04 - PRAÇA POLÍTICA

13.4.3 | Praça Lazer - Educativa

O terceiro espaço público gerado pelo Eixo colégio-rio é a Praça Lazer - Educativa. Este é o espaço público do descanso e de atividades recreativas, que se relacionam com o parque proposto que bordeia o Rio Biguaçu. O desenho deste parque não foi contemplado neste trabalho, porém a sua relação com o Rio, com o restante da parcela urbana e com o terreno de intervenção estão inseridos na proposição. Logo ao lado do equipamento educacional está a horta e a composteira, ali locadas para possibilitarem atividades práticas sobre cultivo agroecológico e também para uma aproximação da produção agrícola com as pessoas que não a vivenciam no seu dia-a-dia. Por conta destas atividades complementares o equipamento educacional foi locado entre a Praça Política e a Praça Lazer-Educativa. Seguindo pelo eixo chegamos à área de churrasqueiras e ao parque infantil, atividades estas que se voltam ao parque proposto junto ao Rio, e acabam tomando a dimensão de espaço de recreação urbana. Ali também foi planejada a construção da Rua Beira Rio, que será a via do binário no sentido-comunidades rurais. Esta via, como dito anteriormente, busca amenizar a sobrecarga existente sobre a Rua Daniel Petry: ela foi desenhada para que seja uma via que se volte para o parque proposto junto ao rio e que também conecte duas ciclovias já existentes, que atualmente se encontram descontínuas. No final do eixo se encontra o trapiche, buscando uma aproximação dos pedestres com o Rio Biguaçu a fim de trazer o Rio para dentro da paisagem e a dinâmica daquele lugar, criando uma ambiência de aproximação entre o pedestre e o Rio.



LOCALIZAÇÃO PERSPECTIVAS

escala gráfica indicada

2,5 m 5 m 10 m 25 m 50 m





PERSPECTIVA 05 - PRAÇA LAZER | EDUCATIVA
escala não definida

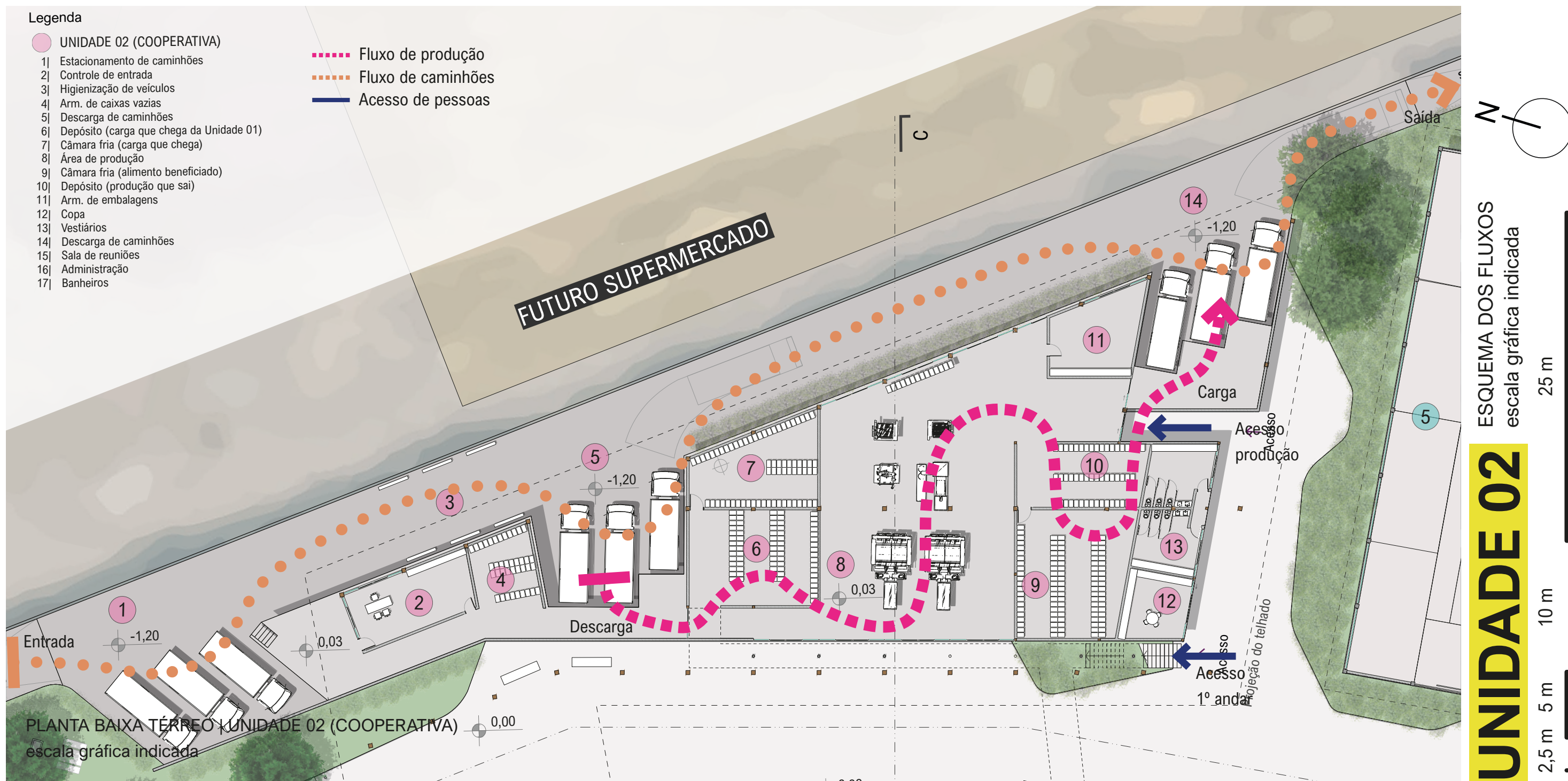
13.5 | Unidade 02: a Inserção da Cooperativa no conjunto especializado

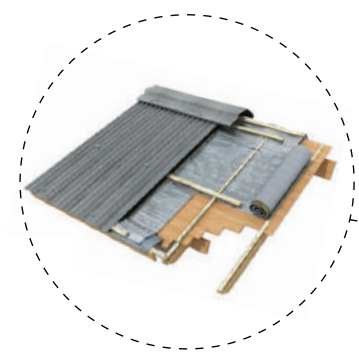
O edifício da Unidade 02 (Cooperativa Agroecológica) foi pensado de forma que contivesse diferentes fluxos: o de caminhões, o de produção e o de trabalhadores. O fluxo de caminhões e do de produção se aproximam bastante já que a rota de descarga e de carga, da produção já beneficiada, determina a disposição e a passagem dos caminhões pelo edifício. O fluxo de caminhões é realizado em um único sentido, com acesso pela Rua Beira Rio e saída pela Rua Daniel Petry, em direção à BR 101.

O acesso dos trabalhadores ao edifício é feito em um local separado da produção por conta de regulamentações da vigilância sanitária, por ser um equipamento com manuseio de alimentos. Por conta disso, os vestiários e a copa não têm um contato direto com a área de trabalho da Unidade 02. O acesso da administração e da sala de reuniões é feito por uma passarela que por sua vez é acessada a partir do Eixo colégio-rio. Esta mesma leva à sala de reuniões do Sindicato do Trabalhadores Rurais, assim conectando

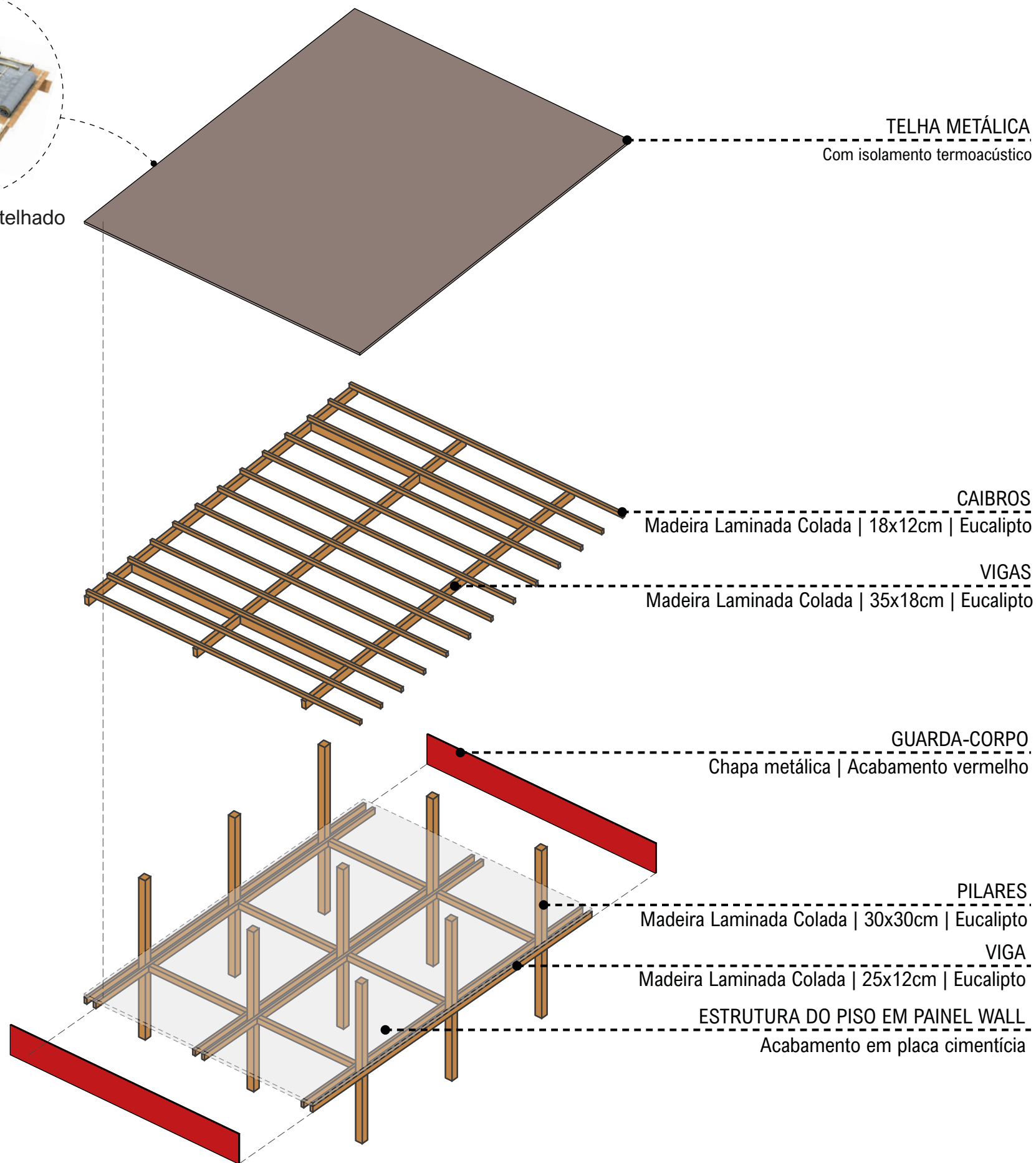
os dois espaços de tomada de decisões – juntamente com a praça – em um único elemento. Também pelo caráter deliberativo deste espaço é importante que elas estejam voltadas à Praça Política e que sejam de livre acesso aos agricultores. A passarela é um espaço palanque que se volta à Praça, além de ser um elemento que destaca a importância da aproximação da Cooperativa e do Sindicato e seus espaços de tomada de decisões, possibilitando que as relações horizontais se fortaleçam e que as ações da Praça se expandam para ali, aproximando os agricultores de espaços mais burocráticos destas Instituições.

A passarela é o elemento arquitetônico que conecta o restante dos edifícios. A sua linguagem com o guarda-corpo metálico vermelho – também usado no restaurante, no equipamento educacional e no trapiche – conecta visualmente todo o projeto e guia toda a continuidade do caminhar pelo Eixo.





Acabamento do telhado



ISOMÉTRICA DO SISTEMA ESTRUTURAL
escala não definida

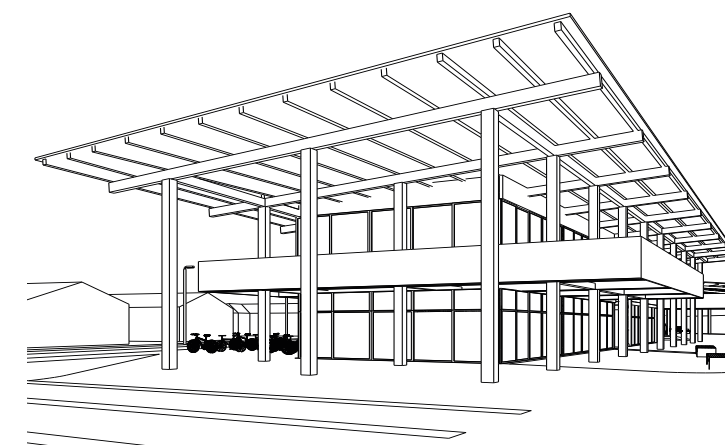
13.6 | Sistema construtivo

O sistema construtivo utilizado no conjunto de edifícios propostos neste projeto é dado em Madeira Laminada Colada (MLC) de eucalipto. É uma estrutura bastante simples, que surge a partir da combinação de pilares e vigas. A estrutura é o elemento gerador do partido arquitetônico do conjunto; é ela que determina o ritmo do caminhar e os enquadramentos visuais no decorrer do Eixo colégio-rio.

O beiral proposto chama a atenção por trazer leveza à estrutura e estende o interior dos edifícios ao exterior, criando um espaço abrigado tanto da chuva quanto do sol. Portanto, além de uma solução projetual, é uma estratégia bioclimática que busca o controle da insolação e protege os pedestres da chuva.

Como dito, a estrutura proposta será em MLC, inserida em uma malha de 2,5 m. Os vãos entre os pilares são entre 5m a 10m, e o beiral em todo o conjunto é de 2,5m, sendo estes os principais motivos da escolha desse sistema construtivo. Já os fechamentos dos edifícios serão em tijolo e painéis de madeira, por serem materiais de fácil acesso na região.

Outro elemento arquitetônico importante para a conexão da linguagem do conjunto é a passarela e o guarda-corpo vermelho, que aparece em quatro momentos distintos, trazendo o elemento surpresa e direcionando visualmente o caminhar do pedestre.



PERSPECTIVA DO EDIFÍCIO EM CONJUNTO
escala não definida

PERSPECTIVA E ISOMÉTRICA
escala não definida

SISTEMA CONSTRUTIVO

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. In Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 21, jul-dez de 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. In: Revista Sociologia e Política. No 26, p. 83-92 (jun. 2006). Curitiba, 2006
- CASTELLANO, Flora de Oliveira. **Condições para ampliação da comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar na Grande Florianópolis/SC: estudo sobre a organização de uma central de reunião e distribuição de produtos**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Agronomia)- Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento rural**. 2004. In STÉDILE, J. P. (org) O debate na década de 2000. 1ed, São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil contemporâneo**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103 a 112, oct. 2013.
Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1177>>. Date accessed: 21 oct. 2017.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. **A relação do Urbano-Rural no Brasil contemporâneo**. Publicado in Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC. 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Publicado in Revista de Estudos Avançados – USP ed 43. 2001
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o Urbano**. In Revista de Estudos Regionais e Urbanos. jun./set. 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes**. In: MOISÉS, J.A. Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- PINHEIRO, Angela Maria. **Cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária: o caso da Cooperativa Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda**. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrracial**. Florianópolis: Editora Lunardelli / Editora da UFSC, 1988.
- RUA, João. **A Ressignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica**. Revista da ANPEGE, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 45-66, 2005.
- RUA, João. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades**. In: Revista de Geografia Agrária. V. 1, n. 1, p. 82-106. (fev. 2006). Uberlândia, 2006
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 1. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 2007. 70 p.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social da América Latina. Ano 6 no. (jun. 2005). Buenos Aires: CLCSO, 2005

SILVA, José Graziano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp.37-50. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300005>>. Acesso: 02 nov. 2017.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. ed. rev. São Paulo: Contexto, 1998

|Outras Referências

ECOVIDA. **Apresentação da Rede Ecovida de Agroecologia**. Disponível em: <http://ecovida.org.br>. Acessado em 30/05/2018

IBGE. **Censo demográfico 1940-2010**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

MÍDIA NINJA, 2018. **Greve dos caminhoneiros e povo sem alimento: somos reféns do agronegócio**. Disponível em: <http://midianinja.org/mpa/greve-dos-caminhoneiros-e-povo-sem-alimento-somos-refens-do-agronegocio/>. Acessado em 31/05/2018

STÉDILE, João Pedro. Entrevista ao jornalista Antônio Abujamrano programa Provoações da TV Cultura. Programa exibido em 08/01/2013

<http://www.apla.org.br/agronegocio-43-da-balanca-comercial> - Balança comercial brasileira. Acessado em 11/06/2017

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf> - PRONAF. Acessado em 12/06/2017

<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx> - Minha Casa Minha Vida Rural. Acessado em 12/06/2017

https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp - Programa Luz para Todos. Acessado em 12/06/2017.

https://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?codmun=420120&search=santa-catarina%25257Cantonio-carlos%25257Cinfograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib&lang=_EN. Acessado em 15/02/2018